

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

LETICIA MELO NASCIMENTO

**DINÂMICAS DA POLÍTICA EXTERNA SUL AFRICANA (1999-2024): AS
RELAÇÕES COM ANGOLA, MOÇAMBIQUE E ZIMBABUÉ E O IMPACTO
POLÍTICO NA REGIÃO DA ÁFRICA AUSTRAL**

**Santana do Livramento
2024**

LETICIA MELO NASCIMENTO

**DINÂMICAS DA POLÍTICA EXTERNA SUL AFRICANA (1999-2024): AS
RELAÇÕES COM ANGOLA, MOÇAMBIQUE E ZIMBABUÉ E O IMPACTO
POLÍTICO NA REGIÃO DA ÁFRICA AUSTRAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Licenciado em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dra. Nathaly Xavier Schutz

**Santana do Livramento
2024**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais).

N111d Nascimento, Letícia Melo

Dinâmicas da política externa sul africana (1999-2024): as relações com Angola, Moçambique e Zimbabué e o impacto político na região da África Austral / Letícia Melo Nascimento. 100 p.

Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação)-- Universidade Federal do Pampa, RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 2024.

"Orientação: Nathaly Xavier Schutz".

1. África do Sul. 2. África Austral. 3. Relações Regionais. 4. Relações Internacionais. I. Título.

LETICIA MELO NASCIMENTO

**DINÂMICAS DA POLÍTICA EXTERNA SUL AFRICANA (1999-2024): AS
RELAÇÕES COM ANGOLA, MOÇAMBIQUE E ZIMBABUÉ E O IMPACTO
POLÍTICO NA REGIÃO DA ÁFRICA AUSTRAL**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Relações
Internacionais da Universidade Federal do
Pampa, como requisito parcial para
obtenção do Título de Licenciado em
Ciência Política.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 02 de Dezembro de
2024

Banca examinadora:

Prof. Doutora Nathaly Xavier Schutz
Orientador
UNIPAMPA

Prof. Doutora Anna Carletti
UNIPAMPA

Prof. Doutora Kamilla Raquel Rizzi
UNIPAMPA

Este trabalho é dedicado aos meus amados pais, Francisco e Sane. Pelo amor e apoio incondicional e por me permitirem voar alto e viver o sonho com a certeza de que nossa ligação transcende qualquer distância.

AGRADECIMENTO

Agradeço em primeiro lugar à Deus, que para cada lugar que pisei, pisou primeiro, que para onde olhei, olhou primeiro, e que para o que sonhei, sonhou primeiro. Agradeço por me guiar, por me permitir viver cada oportunidade, por me cuidar e cuidar dos meus.

Aos meus pais, Francisco Nascimento e Sane de Melo Nascimento, que comigo se formam também. Obrigado por serem minha base e meu pilar durante minha jornada, por serem minhas asas para voar para tão longe, por serem meus sapatos que me protegem no caminho, por serem minha sombra que me guardou do sol e por serem meu abraço que me remete a casa. Certamente, esse trabalho é, também, um trabalho deles.

Sou grata também à minha irmã, Helena Melo Nascimento, por ser minha força, meu combustível, o motivo mais encantador da minha risada, por me ensinar tanto sobre o que é o amor. Obrigado por ser minha inspiração para ser melhor não apenas na minha jornada acadêmica, mas também em minha vida pessoal.

Estendo meus agradecimentos aos meus familiares, pelo suporte no início de minha graduação, por cada palavra de incentivo e carinho, por cada abraço que recebi e pelas orações.

À minha grande irmã de vida, Thamires de Carvalho, por ser meu suporte durante esses anos de graduação. Obrigado por nossa amizade, tão fundamental para mim, por sua parceria na minha vida, tanto acadêmica quanto pessoal, por ter crescido e amadurecido tanto ao seu lado, por ser meu apoio, que durante esse processo, me fez, por vezes, lembrar-me do meu foco.

Às minhas amigas, especialmente às minhas amigas de uma vida toda, Gabriela Peres e Maria Paula Giacomelli, por me ensinarem o significado da palavra amizade, por serem meu apoio durante tantos anos e por dividirem a jornada da vida comigo. E, também, aos amigos que fiz durante a graduação, por todos nossos momentos que fizeram com que esse período fosse mais leve e por me fazerem tão bem.

À Paola Sinhoreli, a resposta mais bonita de todas as minhas orações, por sonhar e dividir o peso da vida comigo e a tornar tão mais gostosa de viver. Por seu amor, respeito, afeto, acolhimento, carinho e cuidado. Obrigada por todo o incentivo, por acreditar tanto em mim e, também, pelo suporte na produção deste trabalho.

À professora Doutora Nathaly Xavier Schutz, minha orientadora, por me inspirar através de suas aulas e de sua dedicação por sua área de pesquisa, a qual me motivou a escolha do tema deste trabalho. Obrigado por sua dedicação, respeito, sabedoria e disponibilidade durante nosso período de trabalho juntas e por me permitir inúmeros aprendizados.

Por fim, dedico meus agradecimentos à Universidade Federal do Pampa, à todo o corpo docente que participou da minha graduação e à Santana do Livramento por me guiarem neste período de aprendizado.

“Nenhum poder na Terra é capaz de deter um povo oprimido, determinado a conquistar sua liberdade.”

Nelson Mandela

RESUMO

Este trabalho analisa, principalmente, as dinâmicas da política externa da África do Sul entre 1999 e 2024, com foco nas relações bilaterais com Angola, Moçambique e Zimbábue. Além de explorar como, desde o fim do Apartheid, a política externa sul-africana tem sido moldada por fatores internos e externos os quais influenciam suas interações no continente africano e impactam a estabilidade da África Austral. A pesquisa revisita o contexto histórico e político da África do Sul, ressaltando a transição do regime segregacionista para a democracia e o legado de Nelson Mandela, que promoveu uma política externa afrocêntrica e de cooperação com os países vizinhos. Essa nova postura representou uma ruptura com o isolamento imposto durante a era do Apartheid. A partir do Realismo Neoclássico, que considera como fatores internos dos Estados influenciam sua política externa, examina-se como as questões domésticas e limitações de influência afetam a capacidade da África do Sul de exercer liderança regional. A pesquisa argumenta que, apesar de ser frequentemente reconhecida como potência regional, o país enfrenta desafios significativos para consolidar essa posição devido a obstáculos internos e limitações em suas políticas com Angola, Moçambique e Zimbábue. Esses países, com suas próprias dinâmicas políticas e econômicas, representam tanto oportunidades quanto desafios para a projeção de poder sul-africano. Quanto à metodologia, a pesquisa se deu por meio de referenciais bibliográficos, os propósitos da investigação demonstram natureza exploratória através da análise de fontes bibliográficas, tais como: obras, periódicos acadêmicos e materiais científicos elucidativos relacionados ao tema e através da abordagem hipotético-dedutivo. Com isso pode-se analisar que trabalho avalia as complexidades da política externa sul-africana e a trajetória de sua projeção de poder, argumentando que, embora a África do Sul tenha adotado uma política de cooperação e tenha tentado expandir sua influência regional, questões internas e crises persistentes em países vizinhos dificultam sua consolidação como líder incontestável na África Austral.

Palavras-Chave: África do Sul; Relações Internacionais; África Austral; Relações Regionais; Angola; Moçambique; Zimbábue.

ABSTRACT

This work primarily analyzes the dynamics of South Africa's foreign policy between 1999 and 2024, focusing on bilateral relations with Angola, Mozambique, and Zimbabwe. It explores how, since the end of Apartheid, South African foreign policy has been shaped by internal and external factors that influence its interactions within the African continent and impact the stability of Southern Africa. The research revisits South Africa's historical and political context, highlighting the transition from the apartheid regime to democracy and the legacy of Nelson Mandela, who promoted an Afrocentric foreign policy and cooperation with neighboring countries. This new approach marked a departure from the isolation imposed during the Apartheid era. Drawing on Neoclassical Realism, which considers how internal factors of states influence their foreign policy, the study examines how domestic issues and limitations in influence affect South Africa's capacity for regional leadership. The research argues that, despite being frequently recognized as a regional power, South Africa faces significant challenges in consolidating this position due to internal obstacles and limitations in its policies with Angola, Mozambique, and Zimbabwe. These countries, with their unique political and economic dynamics, represent both opportunities and challenges for South Africa's projection of power. Methodologically, the research is based on bibliographic references, with an exploratory nature through the analysis of bibliographic sources, including books, academic journals, and scientific materials related to the topic, and through a hypothetico-deductive approach. This analysis highlights the complexities of South Africa's foreign policy and its trajectory of power projection, arguing that, although South Africa has adopted a cooperative policy and attempted to expand its regional influence, internal issues and persistent crises in neighboring countries hinder its consolidation as an uncontested leader in Southern Africa.

Keywords: South Africa; International Relations; Southern Africa; Regional Relations; Angola; Mozambique; Zimbabwe.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGNU	Assembleia Geral das Nações Unidas
BNC	Comissão Binacional
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CEE	Comunidade Económica Europeia
CNA	Congresso Nacional Africano
DIRCO	Departamento de Relações Internacionais e Cooperação
EUA	Estados Unidos da América
ELF	Estados da Linha da Frente
FAO	Organização para Alimentação e Agricultura
FNLA	Frente Nacional de Libertação de Angola
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
GEAR	Programa Crescimento, Emprego e Redistribuição
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
NEPAD	Nova Parceria para o Desenvolvimento da África
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
OMS	Organização Mundial da Saúde
OUA	Organização da Unidade Africana
PAC	Congresso Pan-Africanista
RAS	República Sul-Africana
RDP	Programa de Reconstrução e Desenvolvimento
RENAMO	Resistência Nacional Moçambicana
RISDP	Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional
SADC	Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
SADCC	Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral
SAFTA	Área de Livre Comércio da SADC
SANDF	Forças Armadas Nacionais da África do Sul
UA	União Africana
UDF	Frente Democrática Unida
UNITA	União Nacional para a Independência Total de Angola
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
ZANU	União Nacional Africana do Zimbábue

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	CONTEXTO HISTÓRICO: POLÍTICA EXTERNA SUL-AFRICANA	19
2.1	Período colonial e a construção do Estado sul-africano	19
2.2	Isolamento sul-africano	25
2.3	Queda do regime do Apartheid e a política externa sul-africana	30
2.4	O legado de Mandela e a diplomacia sul-africana	35
3	LAÇOS CONTINENTAIS: ÁFRICA DO SUL E SUAS RELAÇÕES BILATERAIS COM ANGOLA, MOÇAMBIQUE E ZIMBÁBUE	40
3.1	Relações África do Sul-Angola	40
3.1.1	Histórico das Relações África do Sul-Angola (1975-1999)	41
3.1.2	Angola sob perspectiva da política externa sul-africana	45
3.2	Relações África do Sul-Moçambique	50
3.2.1	Histórico das Relações África do Sul-Moçambique (1975-1999)	50
3.2.1	Impacto dessa relação para a região e para a posição sul- africana	53
3.3	Relações África do Sul- Zimbábue	58
3.3.1	Histórico das Relações África do Sul- Zimbábue (1980-1999)	58
3.3.2	Zimbábue sob perspectiva da política externa sul-africana	60
4	PROJEÇÃO DA ÁFRICA DO SUL COMO POTÊNCIA NA REGIÃO DA ÁFRICA AUSTRAL	65
4.1	Realismo Neoclássico	66
4.2	Realismo Neoclássico aplicado na política externa sul-africana	68
4.3	Expectativa versus Realidade: a projeção de poder sul-africana na região da África Austral	75
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
6	REFERÊNCIAS	89

1. INTRODUÇÃO

No contexto das Relações Internacionais africanas, a África do Sul emerge como um dos principais atores na África Austral após o fim do *Apartheid*, processo marcado pela transição de uma política externa isolacionista e dominada por políticas racistas para uma diplomacia multilateral e afrocêntrica. Desde a libertação de Nelson Mandela e o estabelecimento de um regime democrático em 1994, o país tem buscado redefinir seu papel no continente, empenhando-se em construir uma política externa baseada na cooperação e na integração regional. Essa nova postura representa uma ruptura significativa com o passado, que via o país em confronto com seus vizinhos, e reflete a transição da África do Sul para um status de potência regional. Os sucessivos governos sul-africanos vêm tentando consolidar essa posição, mas enfrentam um cenário complexo de desafios tanto internos quanto externos, especialmente na relação com os países vizinhos Angola, Moçambique e Zimbábue.

Em uma análise acerca da política externa da África do Sul durante o século XXI, observa-se que as transformações políticas e sociais ocorridas dentro desse território, principalmente na década de 1990, são as principais responsáveis pela mudança de paradigma das dinâmicas da Política Externa sul-africana. Uma vez que a solução dos conflitos locais, a libertação de Nelson Mandela e o término da proibição dos movimentos de libertação foram, indubitavelmente, acontecimentos significativos que assinalaram o fim do *Apartheid* e o retorno da África do Sul à comunidade internacional (Visentini; Pereira, 2010). Com isso em mente, a justificativa para o recorte temporal escolhido para essa monografia, de 1999 a 2024, decorre-se da importância do legado de Mandela especialmente para as novas dinâmicas da política externa sul africana, as quais perduram até os dias atuais.

A política externa sul-africana no período pós-*Apartheid* é caracterizada por transformações substanciais que refletem a reorientação do país em suas relações internacionais, especialmente com os países da África Austral. Desde a eleição de Nelson Mandela, a África do Sul tem buscado consolidar-se como potência regional por meio de uma política de cooperação e integração com seus vizinhos. Este processo de transformação, que marca a saída de uma diplomacia isolacionista para uma política internacional afrocêntrica, objetiva não apenas reintegrar a África do Sul

na comunidade internacional, mas também atuar de forma significativa em um cenário regional historicamente marcado pela instabilidade política e econômica.

Partindo da ideia de que fundamentalmente a principal meta de todo Estado é proteger, promover e projetar seu interesse nacional, a África do Sul precisou redirecionar interna e externamente a sua postura. De acordo com Rizzi e Schutz (2014), o sistema de segregação racial do *Apartheid* começou a se tornar inviável, conseqüentemente a África do Sul iniciou uma fase de reintegração internacional, que gerou como consequência também a regularização das relações com os demais Estados africanos, especialmente com os países vizinhos da África Austral.

Assim, a partir de sua transição democrática suave do apartheid para a democracia, pós-1994 e como resultado de sua economia relativamente robusta, esperava-se que a África do Sul utilizasse sua postura hegemônica para orientar os projetos de integração regional da África Austral. Com efeito, a integração regional é um elemento importante na busca do desenvolvimento de África. Embora a África do Sul tenha enfrentado vastos desafios internos e distantes, principalmente por causa da enorme divisão social e da história do apartheid na África Austral [...], Pretória tem um papel significativo a desempenhar no desenvolvimento atual e futuro da região (Mlambo; Adetiba, 2020, p. 6, tradução nossa)¹.

Nesse ínterim, colocar os países africanos como centro da agenda das relações internacionais da África do Sul passou a ser recorrente nos governos subsequentes ao governo Mandela (1994-1999). Ou seja, essa nova fase na política externa sul-africana pode ser observada como uma herança de Mandela (Otávio, 2015). Dessas relações destacam-se as relações com Angola, Moçambique e Zimbábue, dado que através dessas relações é possível entender as dinâmicas da pasta de relações exteriores da África do Sul frente à África Austral.

Com o fim do *Apartheid*, a África do Sul se posiciona como liderança potencial no continente, tendo como um dos alicerces de sua política externa o fortalecimento das relações com nações vizinhas, como Angola, Moçambique e Zimbábue. As dinâmicas dessas relações bilaterais são complexas e multifacetadas, envolvendo desde acordos comerciais e iniciativas de cooperação até desafios decorrentes de crises internas em cada país. Esses desafios, por sua vez, afetam diretamente as

¹ Texto original: "Hence, from its smooth democratic transition from apartheid to democracy, post-1994 and as a result of its relatively robust economy, South Africa was expected to utilize its hegemonic stance to steer Southern Africa's regional integration blueprints. Indeed, regional integration is an important element in Africa's quest for development. While South Africa has encountered vast challenges domestically and afar mainly because of the huge social divide and the history of apartheid in Southern Africa [...], Pretoria has a significant role to play in the current and future development of the region."

possibilidades de a África do Sul exercer sua influência como potência regional, revelando os limites impostos tanto por fatores internos quanto pela resistência ou instabilidade dos Estados vizinhos.

Com os olhos voltados às relações entre África do Sul e Angola, dentro do cenário da África Austral, ainda que pacíficas e diplomáticas, podemos analisar uma competição pela posição de líder regional. Acerca das relações entre esses Estados, conforme Visentini e Pereira (2010) ao longo da história foram marcadas por fases, desde o apoio da África do Sul ao colonialismo português até o empenho para consolidar uma parceria econômica e política mais sólida na era pós-*Apartheid*.

Ao que se dirige às relações África do Sul-Moçambique, referente ao papel sul-africano na região, pode-se observar também um passado marcado por fases, sendo elas desde um passado colonial com relações limitadas, passando pela hostilidade da África do Sul diante do processo de independência moçambicano, causando dissonância nas relações (Schutz, 2014), até o atual momento de compromisso contínuo com o fortalecimento de seus laços bilaterais.

Destacando Sidiropoulos (2020), as relações entre a África do Sul e o Zimbábue foram marcadas por uma série de eventos ao longo da história, incluindo uma crise econômica e social no Zimbábue que teve um impacto significativo na África do Sul, especialmente devido à violência xenófoba contra zimbabuanos em solo sul-africano. A crise econômica e política no Zimbábue, exacerbada pela pandemia de Covid-19, tem levado a uma série de dificuldades generalizadas. Enquanto o FMI e outras organizações internacionais enfatizam a necessidade de reformas políticas e econômicas no Zimbábue, a SADC e a África do Sul apelam ao levantamento imediato das sanções. Nesse sentido, “o governo da África do Sul sabe o que é necessário para sair desta crise. Mas precisa de vontade política” (Sidiropoulos, 2020). Partindo da ideia de que a realidade do Zimbábue tem um impacto significativo na economia de toda a África Austral, a não eficácia das ações sul-africanas na resolução da crise no Zimbábue coloca em xeque a posição da África do Sul como liderança regional.

Em síntese, as relações internacionais da África do Sul no século XXI refletem as mudanças políticas e sociais ocorridas após o fim do *Apartheid*. O redirecionamento da política externa sul-africana, impulsionado pela reintegração internacional e pelo foco renovado na África, é um legado importante dos governos pós-Mandela, nomeadamente Thabo Mbeki (1999-2008), Kgalema Motlanthe

(2008-2009), Jacob Zuma (2009- 2018) e Cyril Ramaphosa (2018- presente). As relações com Angola, Moçambique e Zimbábue exemplificam essa dinâmica, marcada por competição, cooperação e desafios regionais. Enquanto a África do Sul busca consolidar sua liderança na região, a persistência das crises em países como o Zimbábue destaca os desafios contínuos que o país enfrenta em sua trajetória de política externa.

Assim, quanto ao problema de pesquisa, a monografia buscará analisar se a África do Sul consegue se estabelecer como liderança na região a qual se insere, a África Austral, por meio de sua política externa em relação a Angola, Moçambique e Zimbábue durante o período de 1999 a 2024.

Nesse viés, a hipótese que assumimos nesta pesquisa é a seguinte: pressupõe-se que, ainda que a África do Sul seja constantemente associada à posição de potência regional, a dificuldade de influenciar e assumir a postura de liderança na resolução de conflitos é bastante presente no cenário da política externa sul-africana diante da África Austral. Desse modo, mesmo que o país apresente estratégias diplomáticas, econômicas e de segurança, a África do Sul tem enfrentado entraves em consolidar sua posição de liderança na região da África Austral, por meio de sua política externa em relação a Angola, Moçambique e Zimbábue.

A África do Sul ocupa um papel estratégico no cenário mundial, especialmente devido à sua localização geopolítica e geoeconômica. Entender as relações internacionais desse país é essencial para compreender as dinâmicas políticas e interações internacionais da África. A análise de sua política externa se beneficia do Realismo Neoclássico, que, segundo Silva (2015), considera que os fatores internos dos Estados influenciam suas respostas aos estímulos externos, levando a políticas externas que variam conforme as particularidades domésticas de cada nação.

Schweller (2006) observa que potências regionais do sul global, como a África do Sul, enfrentam limitações de ação devido a uma baixa coesão interna e à necessidade de focar mais em questões domésticas do que externas. Isso faz com que sua capacidade de influenciar o sistema regional seja menor que a de potências globais (Silva, 2017). A partir da transição democrática, a África do Sul vem buscando consolidar sua posição regional por meio de uma abordagem de

cooperação e competição com países da África Austral, como Angola e Zimbábue (Adler e Greve, 2009).

Com o fim do *Apartheid*, a política externa sul-africana adotou uma postura afrocêntrica, buscando integrar-se ao continente e fortalecer suas relações regionais (Rizzi; Schutz, 2014). Esse enfoque culminou na adesão a organizações regionais, como a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), refletindo o desejo da África do Sul de se afirmar como uma liderança regional. Esse processo faz parte de um movimento de Renascimento Africano, que busca modernizar o continente enquanto reconhece os efeitos do colonialismo (Nyang'oro; Shaw, 2000).

De forma geral, utilizando o Realismo Neoclássico como arcabouço teórico, que incorpora fatores internos e externos na análise de política externa, este estudo argumenta que a capacidade da África do Sul de influenciar sua região é fortemente condicionada por questões internas, como desigualdades sociais persistentes e limitações econômicas, que restringem suas opções de atuação no cenário internacional. Em contraste, Angola, Moçambique e Zimbábue apresentam dinâmicas políticas e econômicas distintas, que ora representam oportunidades, ora configuram desafios para a diplomacia sul-africana, revelando a complexidade e as ambições da África do Sul em consolidar-se como potência regional.

Nesse sentido, a importância desse estudo revela-se principalmente pela relevância que a África do Sul apresenta não apenas para o continente africano e para a região sul da África como também no sistema mundial. Uma vez que esse país localiza-se em uma região estratégica, geopolítica e geoeconomicamente, e, além disso, possui uma importância singular para assimilar as Relações Internacionais da atualidade. O interesse nessa área também se apresenta à medida que se observa a necessidade de entender mais profundamente os processos políticos na região e as dinâmicas das Relações Internacionais africanas. Para tal, este trabalho se propõe a investigar as complexidades das relações entre a África do Sul e seus vizinhos da África Austral entre 1999 e 2024, destacando os desafios, sucessos e mudanças de paradigma na política externa sul-africana.

Nesse viés, visando verificar a hipótese desse trabalho, os objetivos deste trabalho dividem-se em objetivo geral e objetivos específicos. Tendo isso em vista, o objetivo geral debruça-se em analisar se a África do Sul consegue se estabelecer como liderança da África Austral, através das dinâmicas de sua política externa em relação a Angola, Moçambique e Zimbábue. Para tal, buscar-se-á apresentar um

histórico das relações exteriores da África do Sul, apontando os padrões de conduta de sua política externa diante de sua região. Além de investigar as dinâmicas das relações bilaterais entre a África do Sul e Angola, Moçambique e Zimbábue, na perspectiva da política externa sul-africana. E por fim realizar uma análise da eventual projeção da África do Sul como potência na região da África Austral.

Ao que refere-se a metodologia, este estudo será conduzido por meio de pesquisa de referências bibliográficas sobre o histórico das relações exteriores da África do Sul frente a África Austral e acerca das relações desse Estado com Angola, Moçambique e Zimbábue. Assim, consoante a Gil (2002), os propósitos da investigação demonstram natureza exploratória e explicativa através da análise de fontes bibliográficas, tais como: obras, periódicos acadêmicos e materiais científicos elucidativos relacionados ao tema. A realização deste trabalho ocorrerá através da abordagem hipotético-dedutivo a fim de avaliar a hipótese, a qual será confirmada ou refutada, acerca do posicionamento da África do Sul em sua região geográfica, África Austral, em que esse Estado possivelmente não seja a liderança incontestável, apresentando dificuldade em assumir a postura de influência.

Em linhas gerais, este trabalho busca contribuir para o entendimento das dinâmicas da política externa sul-africana, analisando como o país, com seu histórico de transição do apartheid para a democracia, tem construído sua posição em relação aos países vizinhos da África Austral. Ao explorar as relações com Angola, Moçambique e Zimbábue, será possível avaliar em que medida a África do Sul tem sido bem-sucedida ou enfrenta entraves em sua tentativa de se afirmar como liderança regional, frente a um cenário de desafios internos e instabilidades externas.

2. CONTEXTO HISTÓRICO: POLÍTICA EXTERNA SUL-AFRICANA

No presente capítulo será apresentado a base histórica dessa análise acerca do papel que a África do Sul desempenha diante da África Austral. Uma vez que, para uma compreensão mais abrangente das políticas e ações, internas e externas, implementadas pela África do Sul após o *Apartheid*, é necessário realizar uma análise das bases históricas que deram forma à construção do Estado sul-africano.

Dessa forma, o capítulo foi dividido em quatro subcapítulos: o primeiro trata sobre a constituição da África do Sul, passando-se de colônia a país independente; o segundo, trabalha o período em que a política externa sul-africana isola-se do sistema internacional; o terceiro apresenta o legado de Mandela para às relações internacionais do país, o qual, por fim, revela os novos padrões de conduta da diplomacia sul-africana.

O primeiro subcapítulo busca localizar o leitor no contexto histórico do processo de construção do Estado sul-africano, destacando não apenas seu passado colonial como também as bases políticas e ideológicas que fundamentaram por décadas a postura adotada pelo país internamente e diante do cenário internacional e, principalmente, regional.

No segundo subcapítulo é trabalhado a grande consequência das relações externas sul-africanas, o isolamento sul-africano frente ao globo, resultado da política do *Apartheid*. A segregação racial passou a ditar não apenas a repressão interna do país, mas também a política externa da África do Sul.

O terceiro subcapítulo discute o fim do *Apartheid* e a eleição de Mandela como Presidente da África do Sul em 1994. Esses eventos influenciaram os pensadores de política externa sul-africana a adotarem uma nova postura para a diplomacia nacional, uma herança deixada por Mandela para as relações internacionais sul-africanas. O quarto subcapítulo desta sessão abordará esse tema em maior detalhe.

2.1. Período colonial e a construção do Estado sul-africano

Utilizando por base a historiografia escrita por Ribeiro e Visentini (2010), o território correspondente à África do Sul, antes da chegada dos colonizadores, era ocupado por populações tradicionais. Nesse sentido, segundo os autores, as terras

eram habitadas por povos primitivos do grupo linguístico *Khoisan*². Segundo Rizzi e Schutz (2014), da mesma forma que se deu em outras regiões do continente africano, os primeiros europeus a chegarem à região do Cabo da Boa Esperança, localizado no extremo sul da África, foram os portugueses, durante o século XV.

[...] os portugueses trocaram braceletes de cobre por bois com os *Khoikhoi*, que se aproximavam do litoral com seu gado. Nesse contato, Vasco da Gama vislumbrou alguns nativos utilizando seus bois como montaria e como animais de carga. Após doze dias de estada, ocorreu um confronto e os portugueses retiraram-se (Visentini; Pereira, 2010, p. 22).

Ou seja, deparando-se com dificuldades frente aos líderes locais e em outros pontos estratégicos da África sob seu controle, os portugueses optaram pela não permanência no território. Consoante a Ribeiro e Visentini (2010), a partida dos portugueses abriu espaço para a chegada de outros exploradores que almejavam competir com a suposta legitimidade de dominação portuguesa. Ingleses, franceses e holandeses passaram a frequentar a região do Cabo como um ponto de parada e reabastecimento ao longo do século XVI. Nesse contexto, os ingleses, no início do século XVII, procuraram estabelecer bases na área, porém sem sucesso.

Foi a Companhia Holandesa das Índias Orientais, em 1652, que, de fato, conseguiu estabelecer com sucesso uma feitoria nas terras de pastagem dos rebanhos *Khoikhoi*, sob o comando de Jan Van Riebeeck (Farley, 2008). Como propriedade dos holandeses, a feitoria não contava com colonos, mas sim com empregados que estavam sujeitos à autoridade do representante legal da empresa mercantilista. Contudo, logo surgiram dificuldades, como: o controle dos *Khoikhoi* sobre o acesso ao gado, a falta de avanço no cultivo de cereais e a resistência dos empregados em aceitar as condições impostas pela companhia. A escassez de mão-de-obra agrícola levou à introdução de escravos, que muitas vezes fugiam, o que provocava atritos entre a feitoria e os *Khoikhoi* acusados de acobertar os fugitivos (Visentini; Pereira, 2010).

Desse modo, de acordo com Ribeiro e Visentini (2010), alguns funcionários receberam status de burgueses livres e terras para produzir cereais em 1657, mas

² Os *Khoikhoi* (pejorativamente chamados de “Hotentotes”) eram pastores e os *Sans* (pejorativamente denominados “Bosquímanos”) eram caçadores, enquanto os *Bantos* eram agricultores e pastores seminômades. Os diferentes tipos de atividades possibilitaram o compartilhamento territorial e relações de clientelismo (nem sempre pacíficas) entre esses grupos. A organização social era fundamentada em clãs, sem conhecerem o Estado (VISENTINI; PEREIRA, 2010, p. 18-19).

sob condições de venda monopolista à Companhia. Isso resultou em guerras³ entre os *Khoikhoi* e os holandeses, bem como na transformação dos agricultores em camponeses pastores (*boers*)⁴. Esses camponeses adotaram um estilo de criação transumante, expandindo suas áreas de pastagem e buscando a livre comercialização de seus produtos. Logo, a feitoria gradualmente evoluiu para uma colônia de povoamento.

[...] Van der Stel, que governou a feitoria de 1679 a 1699, iniciou uma política de povoamento distribuindo terras para colonos alemães, huguenotes franceses e soldados holandeses. O crescimento demográfico e a ampliação territorial possibilitaram a criação com esses novos imigrantes-colonos livres, da cidade de Stellenbosch, que seria o berço da indústria vinícola sul-africana. Os novos colonos também se dedicaram ao cultivo de trigo e de outros cereais, tornando a colônia autossuficiente. Durante esse período, a escassez de mulheres brancas possibilitou, através de casamentos (raríssimos), de concubinagens ou de simples relações sexuais eventuais inter-raciais, o surgimento de uma população mestiça de europeus com mulheres africanas e asiáticas. Ao lado dessa população, surgiu também uma legislação restritiva das relações e que estará no germe da futura política do *Apartheid* (Visentini; Pereira, 2010, p. 25-26).

O século XVIII nessa região foi marcado pelo crescimento populacional, reivindicações anti-mercantilistas dos colonos e dos *boers* e a expansão territorial pelas migrações autônomas. Além da intensificação do trabalho escravo ou servil dos *Khoikhoi*, por parte da Companhia Holandesa das Índias Orientais e dos colonos. Já frente aos *Sans*, a política era de extermínio deliberado (Visentini; Pereira, 2010).

Nesse período, inúmeras razões possibilitaram a expansão dos *boers*. Ainda conforme os autores, os monopólios comerciais, aliados ao aumento do tráfego de navios estrangeiros em busca dos produtos locais, impulsionaram a expansão territorial dos *boers*. Essa expansão foi também motivada pelo crescimento populacional e pela necessidade de ampliar terras e rebanhos devido à baixa

³ De acordo com Ribeiro e Visentini (2010), os colonos holandeses e a Companhia enfrentaram duas guerras contra os pastores *Khoikhoi*. Na primeira, entre 1659 e 1660, os colonos venceram devido à superioridade das armas de fogo e à rápida mobilidade dos cavalos. Os *Khoikhoi*, liderados por Harry e Damian, retaliaram com guerrilha, forçando os colonos a se refugiarem na Cidade do Cabo. Após a ferida de Damian, os *Khoikhoi* propuseram a paz, e as áreas ocupadas foram declaradas conquistadas pelos colonos. Em seguida, os colonos expandiram para o leste, levando os *Khoikhoi* derrotados a se submeterem ou migrarem. Os *Khoikhoi*, pressionados, migraram para terras de outros clãs e caça dos *Sans*, tornando-se intermediários entre os brancos e outros pastores, monopolizando o comércio de gado com a Companhia e os africanos locais. Isso gerou inveja e cobiça, resultando na segunda guerra *Khoikhoi* entre 1673 e 1677, que terminou com a vitória holandesa e a expansão da colônia, subjulgando os nativos.

⁴ Os primeiros *boers* compunham-se de grupos sociais europeus que vieram da Holanda, e em menor número da França e Alemanha, se estabelecendo no país nos séculos XVII e XVIII.

produtividade. A oportunidade de vender produtos fora do monopólio da Companhia incentivou os *boers* a buscar distâncias maiores, intensificando os conflitos com os *Khoikhoi*. Estes foram pressionados a recuarem para o interior e os povos africanos *Sans* para regiões desérticas. Além disso, epidemias como tifo e varíola causaram perdas significativas aos *Khoikhoi*, e aos que sobreviviam, restavam-lhes trabalhos servis nas propriedades *boers*. Os escravos alocados para atender às demandas produtivas foram submetidos a leis brutalmente repressivas.

Ainda durante o século XVIII, os *boers*, através de sua superioridade militar, continuaram se expandindo pelo território de forma pouco pacífica, entrando em conflito com as populações *Sans*, *Xhosas* e também com os pastores bantos. Desse modo, “junto com o crescimento dos *boers*, ocorreu o surgimento da identidade *afrikaaner*⁵, paternalista e discriminatória” (Rizzi; Schutz, 2014, p. 182).

De maneira geral, os conflitos com a companhia holandesa, o surgimento de uma classe mercantil no Cabo, os embates territoriais e pecuários com os nativos africanos, aliados à influência calvinista dos colonos e sua adaptação à cultura africana, moldaram uma identidade que se desenvolveu durante o século XVIII e se solidificou na resistência contra os britânicos ao longo do século XIX (Visentini; Pereira, 2010).

O século XIX foi marcado por eventos importantes para a região sul, a Revolução Francesa e o conflito com a Grã-Bretanha na Holanda resultaram na falência da Companhia Holandesa das Índias Orientais em 1799. Logo, consoante a Rizzi e Schutz (2014), os ingleses conquistaram o controle do Cabo da Boa Esperança, intensificando as tensões entre eles e os *boers*, impulsionando o desenvolvimento do nacionalismo *afrikaaner*.

Mais especificamente, segundo Ribeiro e Visentini (2010), os britânicos assumiram o controle do Cabo, suplantando a frágil autoridade da Companhia Holandesa das Índias Orientais na região. Com recursos administrativos mais eficazes, os ingleses se estabeleceram rapidamente. A nova ordem prejudicou os *boers*, cuja economia agrícola estava defasada, tornando-os vulneráveis ao livre

⁵ A identidade *afrikaaner* possuía características religiosas (calvinismo, crença na predestinação de um povo eleito), psicológicas (iniciativa, independência), linguísticas (o *afrikaans* é constituído por um holandês arcaico acrescido de elementos do português, do inglês, de línguas asiáticas e, principalmente, das línguas africanas da região), e, estrutura socioeconômica (patriarcalismo) e tecnológica (adoção das tecnologias de criação e agricultura africanas mescladas com as de origem holandesa). Tal identidade era fortemente paternalista, preconceituosa e discriminatória (VISENTINI; PEREIRA, 2010, p. 28).

comércio inglês e necessitados de mais terras e trabalhadores. Em 1828, os britânicos promulgaram uma lei de igualdade racial e, em 1833, aboliram a escravidão, desencadeando a maciça migração⁶ dos *boers*, que buscavam escapar do governo britânico, conquistar terras e subjugar os chefes *bantus*, escravizando a população negra. Eles enfrentaram conflitos com os *zulus* e outros grupos, estabelecendo-se no Natal e nos montes Drakensberg em 1839. Nascia, assim, o nacionalismo *afrikaner*.

Nesse contexto, de acordo com Rizzi e Schutz (2014), em 1842, estabeleceram o Estado Livre de Orange, seguido pela criação da República do Transvaal (posteriormente República Sul-Africana) em 1852. Sendo os dois Estados fundamentados em leis racistas. Durante este período, os ingleses e os *boers* mantiveram impasses políticos sobre a região, com os ingleses, sempre no encalço dos *boers* e nacionalismo *boer* se intensificando (Visentini; Pereira, 2010).

Em 1910, foi estabelecido o Domínio da África do Sul, baseado na “aliança do ouro com o milho”, com autonomia dentro do Império Britânico. Ele era formado pelas províncias do Cabo e Natal (inglesas) e de Orange e Transvaal (*boers*), e consagrava o princípio de Segregação (depois de 1948, Separação, ou *Apartheid*). O *Native Land Act*, de 1913, concedia aos negros 7,3% das terras (12,7% em 1936), os quais constituíam três quartos da população. O fluxo de escravos de Madagascar para a África Oriental, de fins do século XVIII e início de século XIX, fora substituído ao longo desse último século pela imigração indiana para as lavouras de cana de Natal e pelo estabelecimento de um fluxo de trabalhadores africanos, especialmente moçambicanos, para as minas do Transvaal. Estabeleceram-se, assim, os fundamentos étnicos da África do Sul racista (Visentini; Pereira, 2010, p. 33-34).

A África do Sul foi um dos pioneiros a alcançar independência da colonização direta. Em 1910, estabeleceu um governo autônomo, mas a colonialidade interna persistiu, especialmente durante a Guerra Fria⁷. O controle da elite branca pode ser mais precisamente descrito como um colonialismo interno, que estabeleceu um

⁶ Aproximadamente 14.000 homens e mulheres *boers* carregaram seus carros de bois com seus pertences, juntamente com o gado e seus serviçais negros e emigraram da Colônia do Cabo.

⁷ A Guerra Fria foi um conflito o qual dividiu o mundo em duas facetas, capitalista e socialista, que respectivamente simbolizavam as políticas internas dos EUA e da URSS. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, esses dois países disputavam a hegemonia militar, econômica e política na seara internacional, enquanto os outros Estados tentavam se recuperar das perdas no conflito. Um sistema bilateral foi instaurado, outras nações precisavam se identificar e desenvolver a sua política com base na economia planificada ou no sistema capitalista. Nesse contexto, a maioria das nações africanas conquistaram sua independência, porém essa emancipação não significou o fim de um sistema colonial (LIMA; COLINO, 2020, p.68).

sistema institucionalizado de opressão contra a maioria negra, uma realidade em grande medida aceita pelo Ocidente (Lima; Colino, 2020).

Na década de 1910, os boers e os britânicos chegaram a um acordo e formaram a União Sul-Africana⁸, posteriormente instituindo o *Apartheid*. Os boers, de ascendência europeia, escolheram se identificar como afrikaners e africanizar-se. Eles foram o primeiro grupo europeu a abandonar o orgulho associado à ideia de um mundo criado e dominado por eles mesmos. A mudança de nome, embora possa parecer insignificante, capacitou esse povo a implementar políticas de segregação racial mais rígidas, baseadas na crença de que a África era primordialmente deles (Braga, 2011).

Em 1914, os africânderes, liderados por Hertzog, fundaram o Partido Nacional, que tinha como objetivo a tomada do poder sem o apoio da classe inglesa. O partido conseguiu chamar a atenção de fazendeiros com dificuldades econômicas e também ganhou o apoio dos intelectuais africânderes (Braga, 2011, p. 68).

Na década seguinte, de acordo com Lima e Colina (2020), após as eleições, Barry Hertzog, general de guerra, assumiu o poder. Contudo, diante da crise econômica mundial de 1929, houve uma transformação na dinâmica política, levando à desintegração da união partidária. O Partido Nacional então formou uma nova aliança com o Partido Sul-Africano, que contava com amplo apoio da população de origem inglesa.

Durante os primeiros anos do governo de Hertzog, houve um esforço para romper com a hegemonia britânica e enfrentar os desafios da crise econômica global, estabelecendo os fundamentos para a futura implementação do regime do *Apartheid*. Essa coalizão política perdurou até 1948, quando houve uma mudança de governo, com Daniel François Malan, pastor protestante, assumindo a presidência. Malan fundou o Partido Nacional Purificado⁹ e, durante seu mandato, o regime do *Apartheid* foi formalmente instituído.

⁸ A União Sul-Africana foi criada a 31 de maio de 1910 no território da atual África do Sul, era uma federação das províncias do Cabo, Natal, Orange e Transvaal (Pereira, 2007).

⁹ O período entre 1910 e 1948 é caracterizado pela alternância no poder de partidos que representavam a mistura das influências dos afrikaners e dos ingleses. A colaboração de Smuts, líder do Partido Único, com os britânicos durante a Primeira Guerra Mundial, desagradou uma parcela de seus apoiadores, que foram reunidos no Partido Nacional, reestruturado em 1934 sob a liderança de Malan (Schutz, 2013, p. 52).

2.2. Isolamento sul-africano

Ao se tratar da África do Sul torna-se quase que impossível entender sua política externa sem levar em consideração seus aspectos internos, uma vez que elementos sistêmicos são influenciados por características domésticas dos Estados (Silva, 2015). Sendo assim, de 1948 a 1994, a política externa sul-africana procurou justificar e proteger o sistema político autoritário do *Apartheid*. Portanto nessa seção será abordado os impactos que o regime do *Apartheid* geraram para as relações internacionais sul-africana.

Nesse ínterim, segundo Lima e Colino (2020), a institucionalização do *Apartheid* se deu principalmente através da Lei de Registro da População de 1950, a qual categorizava cada indivíduo com base em sua raça e estabelecia seus respectivos direitos e deveres. O Partido Nacional Purificado usou a diferenciação racial para justificar políticas econômicas e sociais exploratórias. O *Apartheid* representou uma nova forma de imperialismo, mas ainda manteve práticas passadas do colonialismo e consolidou o retrato do colonizado e do colonizador em uma dinâmica interna legalizada.

O que caracterizou o novo período foi a dissociação entre poder político e poder econômico; a população de origem inglesa manteve o poder econômico, enquanto os *afrikaaners* passaram a deter o poder político. Assim, a institucionalização do *Apartheid* tornou-se um dos pilares do novo surto de desenvolvimento (Pereira, 2007, p. 55)

As políticas internas da África do Sul, segundo apontam Lima e Colino (2020), estabeleceram um sistema de periferia, vivido pela grande maioria negra, caracterizado por uma economia de subsistência. Em contraste, o centro, dominado pela população "branca", passava por um intenso processo de industrialização. Soma-se a isso o fato de que mais de 90% da população vivia em um sistema econômico-político dependente do estado central e de sua tecnologia.

Além disso, percebe-se a desvalorização da mão de obra negra, pois além de considerar o produtor capitalista só preocupado com a disponibilidade e o preço do trabalhador (Wallerstein, 2001, p. 20). Percebia-se, também, a mentalidade racista e exploratória que estabelecia o negro como um tipo de selvagem que necessitava de educação e auxílio. Essa perspectiva é notada também nos países de centro em relação às nações subdesenvolvidas ou emergentes, a visão disseminada era de que os mais desenvolvidos deveriam servir de guia para os outros. Portanto, essa desigualdade interna deixou um legado de desumanização e uma profunda

crise econômica, mesmo após a queda do *Apartheid* (Lima; Colino, 2020, p. 71).

Os reflexos do regime foram claros na política externa do Estado, consoante a Flandes (2009), durante o período do *Apartheid*, a comunidade internacional tratava a África do Sul como um pária, classificando sua política externa como "diplomacia do isolamento", conceito apresentado por Geldenhuys (1984). Desde a sua formação como entidade independente em 1910 até o fim do regime de minoria branca em 1994, os governos sul-africanos adotaram uma postura intervencionista em relação ao restante do continente africano. Isso era especialmente evidente na África Austral¹⁰, que o regime de Pretória considerava seu quintal ou esfera de influência, vendo a região como uma fonte a ser explorada para recursos energéticos.

Durante a década de 1950, de acordo com Pereira (2007), no campo da política externa, o governo de Pretória, liderado inicialmente por Malan (1948-1954) e, posteriormente, por Johannes Gerhardus Strijdom (1954-1958), decidiu que os interesses sul-africanos seriam mais bem protegidos através da afirmação enfática de sua soberania.

Em 1948, o governo de Pretória comunica à ONU que o mandato do Sudoeste Africano¹¹ havia terminado e anuncia a interrupção do envio de relatórios de cortesia. Em 1949, o território passa a ter representação no Parlamento da União. Em 1950, Pretória recusa-se a aceitar o parecer da Corte Internacional de Justiça que, embora reconhecendo como intangível o mandato, determina que a União deverá se submeter à ONU, na questão, como fizera à Liga das Nações. A ONU decide então aceitar petições contra a administração sul-africana no território apresentadas pelo reverendo Michael Scott e ouvir – o que o mandato da Liga não autorizava – o depoimento dos chefes Herero, Nama e Damara, cujo caso defende. As relações com a ONU amargam-se ao ponto de a União quase retirar-se do organismo, quando, ao contrário, em 1958, volta a ter nele participação ativa, afirmando que alguns governos mostram maior compreensão para com a posição sul-africana. Em 1955, retira-se da Unesco (Mendonça, 2000, p. 18-19).

De acordo com Mendonça (2000) e Pereira (2007), no começo da década de 1950, mais precisamente depois de 1952, a questão do *Apartheid*, denunciada por países árabes e asiáticos, tornou-se um tema de discussão internacional. Nos anos

¹⁰ Não existe uma definição geográfica universal de África Austral, a mais consensual inclui os seguintes países: Angola, Namíbia, África do Sul, Botswana, Lesoto, Suazilândia, Moçambique, Zâmbia, Zimbabwe, Malawi e Tanzânia (Branco, 2003, p.83).

¹¹ Em 1919 a União Sul-Africana obteve a antiga possessão britânica da *South West Africa* (atual Namíbia), que se tornou seu protetorado (Pereira, 2007).

seguintes, várias resoluções de medidas punitivas foram aprovadas, pressionando o governo sul-africano a revogar a legislação segregacionista e a submeter o Sudoeste Africano ao sistema de tutela da ONU.

Ainda segundo os autores, em compensação, e como reação à pressão multilateral, o governo sul-africano deu prioridade aos canais bilaterais baseados na identidade de valores, especialmente o anticomunismo. Restabeleceu relações com a República Federal da Alemanha e a Itália, além de estabelecer vínculos diplomáticos com a Áustria, Espanha, Portugal e Suíça, e fortalecer laços com a Argentina e o Brasil. Em relação aos países europeus, o relacionamento intensificou-se apenas nas áreas econômica e comercial, já que, no campo político, as relações permaneciam pragmáticas. Uma vez que os países ocidentais estavam preocupados em não parecerem coniventes com as práticas segregacionistas.

Vale o destaque acerca das relações bilaterais entre África do Sul e Reino Unido, as quais mostravam-se ambíguas. Ainda que o governo britânico tenha sido, naquela época, o principal parceiro e o maior investidor estrangeiro da União Sul-Africana, as relações políticas entre os dois países esfriaram consideravelmente. Essa ambiguidade era nítida também no fato de que mesmo os britânicos tentando conter as resoluções de caráter recomendatório do Sistema Internacional em relação aos sul-africanos, eles ainda desconfiavam das possíveis ambições expansionistas da União Sul-Africana (Pereira, 2007).

Ainda sobre a postura externa sul-africana, durante a década de 1960, a África do Sul buscou intensificar a cooperação econômica, política e militar com outros países "brancos", como Portugal e a Rodésia do Sul, atual Zimbábue, que ainda não havia alcançado a independência (Swart; Plessis, 2004). Dessa forma, conforme Rizzi e Schutz (2014), sob uma perspectiva regional, a África do Sul adotou uma política de desestabilização, visando os países recém independentes da África Austral que se mostravam contrários ao *Apartheid*. Visto que, através dessa política, visava principalmente enfraquecer internamente a oposição ao seu regime interno.

Consoante a Pereira (2007), com o intuito de fortalecer a independência política sul-africana, Verwoerd¹² submeteu o estatuto de república para a União Sul-Africana a um referendo, emergindo como vencedor em outubro de 1960. Uma vez estabelecida a República, sua política externa direcionou-se para o

¹² Hendrik Frensch Verwoerd foi Primeiro-Ministro da África do Sul entre os anos de 1958 e 1966.

auto-isolamento. Apesar dos apelos para suavizar a política de segregação, o primeiro-ministro confiava que os interesses relacionados à aliança ocidental com a República Sul-Africana (RAS) impediriam sua marginalização¹³. Nas questões de relações multilaterais, pode-se observar as consequências da manutenção do regime do *Apartheid* através de resoluções cada vez mais condenatórias. As quais destacam-se:

Em 1963, uma Resolução do Conselho de Segurança recomendou o embargo voluntário de armas. No que se refere ao Sudoeste Africano a AGNU afirmava que o governo sul-africano estaria administrando o território de forma contrária ao mandato e à Carta da Organização. Anos antes, em 1960, Etiópia e Libéria interpelam a RAS por repressão violenta de distúrbios populares. A essas iniciativas juntaram-se aquelas adotadas pela Organização da Unidade Africana (OUA), como proibição ao sobrevôo e pouso no continente para aeronaves sul-africanas e a aceitação do emprego de meios violentos na luta pela emancipação. Em 1964, a RAS é suspensa do Comitê Olímpico Internacional e da Federação Internacional da Associação de Rugby. É também expulsa da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e da Organização para Alimentação e Agricultura (FAO). No ano anterior, em 1963, já havia sido expulsa da Organização Mundial da Saúde (OMS). (Pereira, 2007, p. 64).

Nesse contexto, a resistência ao regime de segregação racial imposto pelo governo sul-africano não demorou a se organizar. Entre as diversas organizações que surgiram, destaca-se o Congresso Nacional Africano (CNA)¹⁴. A repressão aos movimentos negros pelas lideranças sul-africanas se intensificou assim que o CNA iniciou ações de luta armada. Em 1964, líderes do CNA, incluindo Nelson Mandela e Walter Sisulu, foram presos, forçando a organização a atuar na clandestinidade. Entretanto, apesar de reduzida, a luta das organizações contra o *Apartheid* continuou (Schutz, 2013).

Do final da década de 1960 até meados da década de 1970, o regime e o governo do Partido Nacional começaram a perder força. Nesse sentido, pode-se elencar algumas razões para isso, sendo elas: “a independência da maioria dos países africanos nessa década, além da intensificação das atividades do Congresso

¹³ Tendo em vista o equilíbrio de poder no contexto da Guerra Fria e da influência das novas nações na ONU, tanto o Reino Unido quanto os Estados Unidos incentivaram essa postura devido ao receio de uma efetiva influência comunista sobre os movimentos de resistência (Pereira, 2007, p. 64).

¹⁴ O CNA foi estabelecido em 1912 e representou um ponto crucial na luta da população negra. O partido sempre batalhou por igualdade e melhores condições de vida. O Congresso Nacional Africano foi criado com a finalidade de unir a nação africana, e desde então, suas iniciativas têm sido direcionadas para promover uma consciência nacional e um verdadeiro senso de comunidade entre as diversas nacionalidades no país (Pereira, 2010).

Nacional Africano, do Partido Comunista, do Congresso Pan-Africano, da pressão e do isolamento internacional.” (Lima; Colino, 2020, p. 72).

Após o assassinato de Hendrik Verwoerd em setembro de 1966, Balthazar Johannes Vorster tornou-se primeiro-ministro da África do Sul (1966-1978). Vorster adotou um estilo de governo menos autoritário, porém igualmente repressivo. Ele promoveu a política para o exterior (*outward policy*) para obter reconhecimento internacional e sugeriu que o desenvolvimento econômico poderia levar à pacificação interna e ao desmantelamento gradual do *Apartheid*, visando reduzir as pressões internacionais. Em linhas gerais, Vorster queria promover a imagem do país¹⁵, para mitigar os efeitos do isolamento internacional, tendo a África como prioridade, mas verdadeiro objetivo de Vorster era obter reconhecimento internacional para o regime sul-africano, sem intenção real de moderar ou eliminar o *Apartheid* (Pereira, 2007).

O cenário de isolamento internacional, conflitos regionais, associados à crise política e econômica interna “levou a África do Sul a rever sua política externa, iniciando um período que ficou conhecido como *détente*” (Rizzi; Schutz, 2014, p. 183). Ou seja, de acordo com Pereira (2007)

O colapso do colonialismo português na África, seguindo a derrubada do regime salazarista em abril de 1974, representou uma ameaça em termos de segurança para a RAS. A exposição das fronteiras da África do Sul e da Namíbia a Estados que adotavam políticas antiapartheid e o quase cercamento da Rodésia pelos *Frontline States* (Estados da Linha de Frente), fez com que Pretória formulasse e apresentasse uma nova iniciativa em termos de política regional – a chamada *détente* – que norteou as relações internacionais na África Austral entre 1974 e 1975. Dessa forma, Vorster procurou encaminhar uma solução às questões da Rodésia e do Sudoeste Africano, temeroso de que os conflitos pudessem aumentar (Pereira, 2007, p. 65).

Dessa forma no âmbito regional, de acordo com Farley (2008), as participações, as quais serão melhor apresentadas no próximo capítulo, da África do Sul nas lutas pela independência em Angola e Moçambique foram amplamente influenciadas pela necessidade de controlar a Namíbia. Desse modo, segundo Schutz (2013), após a independência das duas colônias, a África do Sul foi impelida a participar dos conflitos emergentes pós-independências, especialmente no caso de

¹⁵ [...] governo de Pretória criou o Departamento de Propaganda, que implementou uma ampla campanha de divulgação e convencimento em torno de tal proposta, bem como os serviços de inteligência conduzidos pelo *Bureau of State Security* (PEREIRA, 2007, p. 65).

Angola. Além disso, as fronteiras da África do Sul e da Namíbia tornaram-se vulneráveis a regimes antagônicos ao *Apartheid*.

De acordo com Döpcke (1998), a *détente* na região foi abruptamente encerrada devido ao envolvimento da África do Sul na guerra civil em Angola, o que culminou com a invasão do país entre setembro/outubro de 1975 e início de 1976. A intervenção militar representou uma mudança significativa na política regional, marcando a primeira vez que a África do Sul se envolveu diretamente com força militar nos assuntos internos de seus vizinhos. Essa intervenção estabeleceu um precedente de interferência repressiva na região, que se tornaria sistemática durante a era de desestabilização da Estratégia Nacional Total¹⁶ nos anos 1980.

Desse modo a década de 1980 representou “[...] o esfacelamento do cordão de segurança¹⁷ de colônias brancas que protegiam a África do Sul da onda negra” (Pereira, 2007, p.8). De forma geral, de acordo com a autora, a política de desestabilização, executada pelo governo de Pretória, fundamentava-se na coerção econômica e militar dos Estados vizinhos para impor a hegemonia sul-africana. Logo, a aplicação dessa estratégia alterou significativamente as condições na África Austral, resultando em grande insegurança e instabilidade nas relações sub-regionais.

Nesse período, consoante a Rizzi e Schutz (2014) e Pereira (2007), além dessas questões, nota-se que a África do Sul começou a enfrentar problemas econômicos adicionais, que surgiram da queda dos preços do ouro e das matérias-primas, dentro do contexto de uma crise global que afetou o sistema mundial. Essa situação foi exacerbada pelos altos gastos em questões militares e de segurança, juntamente com as sanções financeiras impostas ao país. Diante disso o regime do *Apartheid* começou a se tornar inviável, logo a África do Sul foi obrigada a modificar a direção tanto em seu âmbito nacional quanto internacional.

2.3. Queda do regime do *Apartheid* e a política externa sul-africana

Nos últimos anos do *Apartheid*, o regime mergulhou em uma crise cada vez mais profunda, intrinsecamente ligada à crise social e política do próprio sistema.

¹⁶ *Total National Strategy*, o conceito de “estratégia total” origina-se de um documento do Ministério da Defesa de 1977, mas foi somente posto em prática nos anos 1980, quando a política do “Constructive Engagement” (Compromisso Construtivo) do presidente Ronald Reagan criou um ambiente favorável para a coerção militar e econômica na África Austral (DÖCKE, 1998, p. 138).

¹⁷ *Cordon Sanitaire* (cordão de segurança): envolvia Gana, a República Malgache, Seychelles, Gabão, Quênia, Senegal e Costa do Marfim

Diversos fatores contribuíram para o esvaziamento desse regime, mas o isolamento econômico foi, sem dúvida, o mais significativo (Davies, 1996). Paralelo ao gradual enfraquecimento do *Apartheid* ascendia Mandela, personagem fundamental para a mudança de perspectiva nacional e internacional do país. Assim, entre o final da década de 1980 e o início da década de 1990, a África do Sul passou por uma profunda transição em suas estruturas sociais, econômicas e políticas.

Nesse contexto, não há como apresentar a queda do regime segregacionista sem falar de Nelson Mandela. Ele foi um dos líderes mais influentes e respeitados do século XX, conhecido principalmente por sua luta contra o *Apartheid* na África do Sul. Nesse sentido, para que se entenda sua relevância política e seu impacto para as relações internacionais da África do Sul, o que será abordado no próximo tópico, convém apresentar sua trajetória política.

Em 1943, em Joanesburgo, Mandela juntou-se ao CNA e, em 1944, ajudou a fundar a Liga Juvenil do CNA. Tornou-se, então, uma figura central no movimento anti-*apartheid*, organizando campanhas de desobediência civil e protestos pacíficos contra a discriminação racial. Na década de 1950, enfrentou crescente repressão do governo. Posteriormente, em 1961, ajudou a fundar a *Umkhonto we Sizwe* (Lança da Nação), braço armado do CNA. E em 1964, foi preso e condenado a cinco anos de prisão por viajar ilegalmente e incitar greves, dois anos depois, em 1964, foi condenado à prisão perpétua (Silva, 2017).

De acordo com Singer (2000), enquanto Mandela estava preso houve tratativas entre ele, como principal líder da oposição, e o governo sul-africano. Na década de 1980, o governo gradualmente reintegrou Mandela ao movimento de resistência sem conceder-lhe a liberdade. Muito devido às pressões internas e externas, essa mudança progressiva na postura das autoridades da África do Sul apresentou-se também com a chegada de Frederik de Klerk ao poder.

Assim, as condições objetivas para uma mudança significativa na postura do Partido Nacional estavam postas. A situação econômica e o esgotamento das estratégias políticas militarizadas não davam mais suporte à manutenção do regime. Botha¹⁸ colocava-se como um obstáculo a um avanço qualitativo nas negociações com as lideranças do ANC¹⁹. Diante da fragilidade de sua saúde e dos apelos de seus próprios ministros, o presidente apresentou sua renúncia, cedendo o lugar ao então presidente do Partido Nacional e ministro da Educação, Frederik W. de Klerk, em

¹⁸ Pieter Willem Botha foi um político sul-africano que serviu como primeiro-ministro de 1978 a 1984 e como presidente de Estado de 1984 a 1989.

¹⁹ Em inglês, *African National Congress* (ANC); Em português: Congresso Nacional Africano (CNA);

agosto de 1989. Nas eleições que se seguiram, o Partido Nacional fez uma campanha bastante conservadora, sem indicar qualquer possibilidade de mudança. No entanto, o próprio De Klerk justificou que esta posição foi tomada em função do temor em perder os votos dos conservadores. Embora alguns observadores identifiquem o ponto de virada da política sul-africana com a gestão De Klerk, o início dessas mudanças ligeiramente antecede sua posse. (Pereira, 2007, p. 79).

De fato, simbolicamente, uma nova fase foi inaugurada com o memorável discurso no Parlamento no dia 2 de fevereiro de 1990, no qual o presidente Klerk anunciou a legalização de todos os partidos banidos, incluindo o CNA, *Umkhonto we Sizwe* (Lança da Nação), o Congresso Pan-Africanista (PAC), a Frente Democrática Unida (UDF) e o Partido Comunista Sul-Africano, além da libertação de Nelson Mandela, o qual passou vinte e sete anos na prisão, e centenas de outros prisioneiros políticos (Pereira, 2007).

É fundamental ressaltar que ao mesmo tempo que a África do Sul passava por intensas transformações tanto em sua política interna como na externa, o cenário internacional era marcado pelo fim da Guerra Fria. Na visão de Pereira (2007), as transformações políticas e socioeconômicas na África do Sul ocorreram simultaneamente à reconfiguração do equilíbrio de poder global, impulsionada pelo colapso da União Soviética e o fim da Guerra Fria.

O desaparecimento da União Soviética como ator político global limitou o espaço que havia para os países do Terceiro Mundo barganhar vantagens diplomáticas nos organismos internacionais, bem como a capacidade desses países em perseguir agendas próprias. E ainda, essa reestruturação internacional promoveu a aceleração dos processos de democratização e o desenvolvimento de uma economia orientada para o mercado como exigência para a inserção internacional dos países do Terceiro Mundo (Pereira, 2007, p. 123).

Nesse contexto, de acordo com Visentini e Pereira (2010), internamente o *Apartheid* começou a ser desmantelado por meio de um processo complexo. A situação na África do Sul era delicada, especialmente referente aos problemas sociais que afetavam a maioria negra. Esse percurso foi difícil, caracterizado por numerosos conflitos internos, como a mobilização do grupo *Zulu Inkhata*, aliado do regime racista, contra os militantes do Congresso Nacional Africano, com o intuito de desestabilizar o processo e intimidar seus partidários. Além disso, houve negociações complicadas que antecederam a realização das eleições.

Esse processo gerou impasses políticos entre o governo e o CNA. Uma vez que o governo De Klerk buscava rapidamente revogar os embargos, visando reintegrar o país de forma ativa na comunidade internacional. Em contrapartida, o CNA, buscou ativamente posicionar-se no exterior, advogando pela importância de resguardar a segurança do processo de transição negociada, um momento desafiador e propenso a impasses, para, posteriormente, revogar completamente as sanções. Para tal o CNA, representado por Mandela, deu início a uma sequência de missões diplomáticas com o propósito de prolongar o tempo disponível e, ao mesmo tempo, angariar fundos para a organização, uma vez que as principais fontes, nomeadamente União Soviética e Alemanha Oriental, já não estavam mais disponíveis (Pereira, 2007).

Nelson Mandela empreendeu uma série de viagens estratégicas para fortalecer o apoio internacional às negociações do ANC e à manutenção de sanções contra o regime do apartheid. Em Lusaka, Zâmbia, reuniu-se com membros do ANC, e em Harare, Zimbábue, intensificou o diálogo com Robert Mugabe e o ZANU, garantindo seu apoio. Em Angola, reforçou os laços históricos com o MPLA, e em Abuja, Nigéria, participou como observador de uma sessão da Comunidade Britânica, onde buscou combater a proposta britânica, apoiada por Portugal, de relaxar as sanções econômicas. Na Europa, Mandela trabalhou para que a Comunidade Econômica Europeia (CEE) mantivesse os embargos, enfrentando resistência de países como Itália e Espanha, enquanto Irlanda e Dinamarca apoiavam o ANC. As negociações resultaram em um acordo parcial, com a CEE mantendo as sanções, mas considerando um relaxamento gradual. No Canadá, Mandela garantiu apoio às sanções e obteve financiamento de diversas fontes, enquanto nos Estados Unidos enfrentou dificuldades significativas para avançar sua agenda (Pereira, 2007).

Ainda durante o governo de Frederik de Klerk, ao que se refere ao cenário regional, começa a delinear-se uma área de integração na África Austral, centrada na nova África do Sul. O processo de paz traz implícita a integração econômica da região, permitindo, em grande medida, uma maior estabilidade social e diplomática, bem como uma inserção internacional menos onerosa. Simultaneamente, a nova diplomacia sul-africana abriu possibilidades de mudança na política regional, pois a África do Sul ingressou na Organização da Unidade Africana (OUA) e no Movimento dos Não Alinhados, rompeu relações com Taiwan e as estabeleceu com a República

Popular da China, além de buscar romper o isolamento imposto pelos EUA em relação à Líbia, Nigéria, Sudão e Cuba. Soma-se a isso, o estabelecimento em 1993, por iniciativa brasileira, da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, criou possibilidades de cooperação sistemática entre a África Austral e os países do Mercosul, apresentando uma nova capacidade de atuação internacional (Visentini; Pereira, 2010).

Vale ressaltar que, conforme Visentini e Pereira (2010), o movimento que levou a África do Sul a transitar do regime do *Apartheid* para um novo governo democrático também impactou sua política externa. Observou-se que a principal característica desse processo foi a busca pela reintegração do país na política regional e a normalização das relações internacionais diante do globo. A política externa sul-africana passou a formar uma aliança com o Ocidente, embora sua atuação externa tenha sido, na maior parte do tempo, reativa aos processos do sistema mundial.

Consoante a Pereira (2007), Rizzi e Schutz (2014), essa postura revela a denominada "Nova Diplomacia", a qual representava a política externa sul-africana durante o período de transição, que foi estabelecida em 1988, direcionando novas condutas para as relações internacionais sul-africanas. Através de diretrizes que projetavam o país não como uma extensão da Europa, mas como uma potência média, reconhecida como tal por seus pares na região austral. Logo, sua política regional deveria ser implementada por meio de instrumentos não coercitivos. No entanto, é essencial considerar a complexidade das relações que os sul-africanos precisavam desenvolver com os Estados adjacentes, o que fez com que a transição para a democracia fosse marcada pela desconfiança. Nesse contexto, a Nova Diplomacia tornou-se mais relevante e aplicável no período pós-*Apartheid*.

O dismantelamento do regime se potencializou com a liberação de Nelson Mandela em 1990, com a Convenção Nacional da Paz²⁰ no ano seguinte e com as eleições de 1994 que, com o direito ao voto de negros, indianos, mestiços e brancos, elegeram Mandela para Presidente, pelo CNA. Destaca-se que em 1994 foram realizadas as eleições e o CNA obteve mais de 60% dos votos e Mandela

²⁰ Em setembro de 1991 ocorreu a Convenção Nacional da Paz, que permitiu a criação de um acordo nacional com vistas a inibir a violência política no país. Apesar deste acordo não ter obtido os resultados esperados, abriu caminho para novas negociações no âmbito da CODESA (Convention for a Democratic South Africa). A Convenção ocorreu em Johannesburgo e contou com a presença de 19 grupos políticos (VISENTINI; PEREIRA, 2010, p. 69-70).

ascendeu à presidência, mas não atingiu os dois terços necessários para a aprovação da Constituição sem o apoio de outros partidos. Então, como Partido Nacional conquistou cerca de 20% dos votos, teve o direito de indicar o vice-presidente, posição preenchida por de Klerk (Rizzi; Schutz, 2014).

2.4. O legado de Mandela e a diplomacia sul-africana

Como apontado, Nelson Mandela foi inegavelmente um dos grandes nomes da história da humanidade, principalmente para os sul-africanos. Ao assumir o cargo de presidente em Maio de 1994, Mandela surgia como a personificação da nova África do Sul, tanto no cenário interno quanto no cenário regional e global. Seu mandato durou cinco anos, mas seu legado mantém-se até os dias atuais. Nesse íterim, essa seção encarrega-se de apontar os efeitos da política externa de Mandela para o estabelecimento de uma nova África do Sul.

Com a ascensão de Mandela à presidência em 1994, era oficial, o regime de segregação racial, o *Apartheid*, cuja duração foi de quatro décadas, acabara. De acordo com Rizzi e Schutz (2014), o novo governo assumiu o poder em Maio daquele ano e iniciou o trabalho de elaboração da nova Constituição, organizando comissões responsáveis pelos julgamentos dos abusos da era segregacionista. Além disso, buscou-se reorganizar as estruturas econômicas e sociais herdadas de séculos de exploração racial.

Com Mandela na presidência, ao que se refere às questões internas se pode observar que a situação que marcava o início dessa nova era era que a vivência dos negros, marcada pelo desemprego, precariedade da habitação, falta de acesso à terra, educação, saúde e condições de desenvolvimento social, precisava ser redimensionada. Para tal, essa perspectiva foi consolidada através do Programa de Reconstrução e Desenvolvimento (RDP)²¹, cujas principais políticas focavam nas necessidades do povo, como trabalho, habitação, saneamento básico e acesso à água, entre outras. Ademais, o programa se propunha a desenvolver recursos humanos, reconstruir a economia, democratizar o Estado e a sociedade sul-africana, além de implementar programas de interesse comum. Vale ressaltar também que o presidente formou o Governo de Unidade Nacional com o objetivo de reorganizar o país, incluindo representantes de diversos partidos aliados. Além disso, os braços

²¹ Sigla em inglês de *Reconstruction and Development Programme*.

armados do CNA e do PAC foram integrados às forças de defesa nacionais, que já contavam com um contingente próprio. (Visentini; Pereira, 2010).

As metas propostas pelo Programa não alcançaram completamente os objetivos pretendidos. Nesse contexto, em 1996, ano da promulgação da nova Constituição, também foi criado o Programa Crescimento, Emprego e Redistribuição (GEAR)²², com metas como o crescimento econômico nacional, a criação de mais empregos fora do setor agrícola e o aumento da exportação de manufaturados. De maneira geral, o governo de Mandela consolidou a democracia no país, e além disso a reestruturação do país destacou a possibilidade de investimentos externos. (Rizzi; Schutz, 2014).

Com foco agora na política externa sul-africana do período, Mandela acreditava que o mundo estava em constante transformação e, portanto, exigia que os Estados se adaptassem a essas mudanças. Ele enfatizava que, nesse contexto, a importância dos direitos humanos, a promoção da democracia, a valorização do direito internacional, a busca pela paz através de métodos não violentos e a interdependência econômica entre as nações se tornariam, portanto, cada vez mais relevantes no cenário global pós-1991. Em suas próprias palavras,

[1] as questões de direitos humanos são fundamentais para as relações internacionais e seu entendimento vai além da política, abrangendo as dimensões econômica, social e ambiental; [2] as soluções justas e duradouras para os problemas da humanidade só podem vir através da promoção da democracia em todo o mundo, [3] a justiça e o respeito ao direito internacional devem orientar as relações entre as nações, [4] a paz é o objetivo para o qual todas as nações devem se esforçar, e onde esta é rompida, acordos internacionais e mecanismos não violentos, incluindo regimes de controle de armas eficazes, devem ser empregados; [5] em um mundo interdependente, o desenvolvimento econômico depende da crescente cooperação econômica regional e internacional (Mandela, 1993, s/p, tradução nossa)²³

Além desses objetivos fundamentais, durante a gestão de Mandela, outros aspectos foram incorporados à política externa sul-africana, como a valorização do

²² Sigla em inglês de *Growth, Employment and Redistribution*.

²³Texto original: “[1] that issues of human rights are central to international relations and an understanding that they extend beyond the political, embracing the economic, social and environmental; [2] that just and lasting solutions to the problems of humankind can only come through the promotion of democracy worldwide; [3] that considerations of justice and respect for international law should guide the relations between nations; [4] that peace is the goal for which all nations should strive, and where this breaks down, internationally agreed and nonviolent mechanisms, including effective arms-control regimes, must be employed; [5] that economic development depends on growing regional and international economic cooperation in an interdependent world.” (Mandela, s/p, 1993).

multilateralismo, o respeito à soberania dos Estados e a busca pela resolução pacífica de conflitos entre nações (Lipton, 2009). Nesse ínterim, de acordo com Habib (2009), fica nítido que essas decisões tomadas, além de serem completamente opostas àqueles vigentes durante as administrações do Partido Nacional, refletiam as transformações internas que levaram o país a se tornar uma democracia multirracial. Essas bases estruturaram uma África do Sul que surgia como um modelo a ser seguido por outros países africanos, uma vez que a Comunidade Internacional considerava que a aceitação desses princípios por parte de Pretória poderia motivar outras nações africanas a adotarem, por exemplo, a democracia e os direitos humanos (DIRCO²⁴, 1996).

Consoante ao Departamento de Relações Internacionais e Cooperação (DIRCO), em um documento de 1996, apresenta-se que, durante o período em que Mandela liderou Pretória, ficou claro que a disseminação desses princípios não era relevante apenas porque tanto as Organizações Internacionais quanto as potências ocidentais ajudariam no desenvolvimento dos países que valorizassem e aceitassem tais condições, mas também porque se acreditava que ambos seriam essenciais para a resolução dos problemas africanos. Nesse contexto,

Mandela e o CNA afirmaram que a "preocupação central" era a busca dos direitos humanos —amplamente interpretado como direitos econômicos, sociais e ambientais, bem como políticos. Estes estavam diretamente relacionados com a promoção da democracia, na medida em que soluções justas e duradouras para os problemas internacionais só podem vir através da promoção da democracia em todo o mundo. (Barber, 2005, p.1079, tradução nossa)²⁵.

Com isso, podemos destacar que um dos grandes resultados tanto do estabelecimento de um Estado democrático na África do Sul quanto da gestão de Mandela foi a capacidade de o país não apenas receber ajuda externa, mas também sua importância na resolução de conflitos de forma autônoma interna e regionalmente (Landsberg, 2000). Essa postura ficou nítida nas palavras de Mandela, as quais referiam-se que “juntamente e solidariamente no subcontinente, temos ao nosso alcance o poder de assegurar que a liberdade para todos os nossos

²⁴ Sigla em inglês de *Department of International Relations and Cooperation*.

²⁵ Texto original: “Mandela and the ANC group stated that their ‘core concern’ was the pursuit of human rights—broadly interpreted to cover economic, social and environmental as well as political rights. These were directly related to the promotion of democracy, on the basis that just and lasting solutions to international problems ‘can only come through the promotion of democracy worldwide’ (Barber, 2005, p. 1079)

povos signifique a libertação da fome, da ignorância, da doença e outras formas de privação social” (Mandela, 1997, s/p, tradução nossa)²⁶.

De certa maneira, a democracia durante a administração Mandela (1994-1999) era interpretada como instrumento de libertação, visto que a liberdade alcançada por tal sistema tornaria possível o fim da fome, de doenças e da ignorância. Além disso, Mandela considerava que a democracia se tornava importante para o enraizamento de uma cultura democrática no continente (Otavio, 2015, p. 654).

Segundo Ngwenya (2011) e Otavio (2015), além da democracia, outro aspecto que a política externa da África do Sul começou a enfatizar foi a busca e o fortalecimento das relações com outros países, com foco nas relações regionais. Assim, uma das características do governo Mandela foi se aproximar de antigos aliados na luta contra o *Apartheid* e buscar a admissão e/ou readmissão em organizações internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU), o Movimento dos Países Não-Alinhados e o G77.

No âmbito continental e regional, estas iniciativas foram simbolizadas pela Organização da Unidade Africana (OUA), que mais tarde se tornou a União Africana (UA), e pela recém-transformada SADCC, agora denominada Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC)²⁷. Ressalta-se que como consequência dessa postura, segundo Barber (2005), a África do Sul chegava ao ano de 1996 com 124 missões diplomáticas e fazendo parte de 45 organizações internacionais.

Soma-se a isso, de acordo com Rizzi e Schutz (2014), a política externa de Mandela manteve a África do Sul próxima à Europa e aos Estados Unidos, visando ampliar a cooperação financeira, técnica e de assistência, necessária para impulsionar os programas internos em curso. É importante destacar também que o governo sul-africano interrompeu as relações com Taiwan e estabeleceu vínculos com a República Popular da China (1998). Além disso, aproximou-se da Índia, do Japão, de Hong Kong, das Filipinas e da Malásia, todos importantes parceiros comerciais. Buscou também superar o isolamento diplomático em relação à Líbia, Sudão e Cuba, o que gerou certa tensão nas relações com os Estados Unidos, que consideravam esses países como párias no contexto pós-Guerra Fria.

²⁶ Texto original: “Jointly and severally in the sub-continent, we have it within our power to ensure that freedom for all our people should mean liberation from hunger, ignorance, disease and social deprivation.”(MANDELA, s/p, 1997).

²⁷ Sigla em inglês *Southern African Development Community*.

No contexto africano, o desejo da África do Sul de se engajar mais ativamente no continente, seja através da OUA, da SADC, ou por meio de acordos bilaterais com países africanos, está relacionado à sua aspiração de contribuir para resolver os desafios enfrentados pelo continente. Além disso, essa conduta busca demonstrar que a África do Sul é parte integrante da África e, portanto, deve se preocupar com seu futuro. Em grande medida, essa integração também reflete a necessidade de encontrar soluções para os desafios internos do país dentro do próprio continente. Dessa forma, ao contrário do regime do *Apartheid*, que buscava equilíbrio através de meios coercitivo e militares em países vizinhos, o governo de Mandela valorizava a cooperação e a paz regional e continental (Otávio, 2015).

Em resumo, sob a perspectiva de Otávio (2015), África do Sul durante o mandato de Mandela (1994-1999) representou transformações significativas. Durante a era anterior, o país estava associado à manutenção do *Apartheid*, mas agora tinha como um dos principais objetivos resolver seus desafios internos. A valorização dos direitos humanos, da democracia, do crescimento econômico, da maior integração com os países da África, especialmente da região sul do continente, do multilateralismo, do respeito à autonomia dos Estados e da resolução de conflitos por meio do diálogo marcaram uma ruptura definitiva com o passado e inauguraram uma nova era na diplomacia sul-africana.

Nesse cenário, ao que concerne à política interna e externa do país, pode-se observar o surgimento de uma nova África do Sul, com novos padrões e objetivos. Passando do isolamento político e econômico ao foco nas relações multilaterais regional e internacionalmente. Nesse viés, o próximo capítulo focará na apresentação das relações internacionais sul-africanas com seus vizinhos, Angola, Moçambique e Zimbábue, a fim de entender suas dinâmicas e impacto para a África Austral.

3. LAÇOS CONTINENTAIS: ÁFRICA DO SUL E SUAS RELAÇÕES BILATERAIS COM ANGOLA, MOÇAMBIQUE E ZIMBÁBUE

Considerando que a inserção dos países africanos no centro da agenda das relações internacionais da África do Sul passou a ser recorrente nos governos subsequentes ao governo Mandela, uma nova fase na política externa sul-africana começou a se delinear (Otávio, 2015). Nesse contexto, destacam-se as relações com Angola, Moçambique e Zimbábue, pois, por meio dessas, é possível entender as dinâmicas da pasta de relações exteriores da África do Sul frente à África Austral. Para tal, este capítulo foi dividido em três subtópicos: o primeiro trabalha as relações da África do Sul com Angola; o segundo, com Moçambique; por fim, o terceiro, com o Zimbábue.

O subcapítulo inicial destrincha as relações entre África do Sul e Angola, dentro do cenário da África Austral. Ainda que pacíficas e diplomáticas, nota-se uma competição pela posição de líder regional. Essa seção busca analisar acerca da relação entre ambos, a qual, conforme Visentini e Pereira (2010), ao longo da história, foi marcada por fases, desde o apoio da África do Sul ao colonialismo português até o empenho para consolidar uma parceria econômica e política mais sólida na era pós-*apartheid*.

Na sequência, o segundo capítulo examina as interações entre África do Sul e Moçambique, a fim de entender, principalmente, o papel sul-africano na região a partir dessas relações. Observando, também, o passado marcado por fases, sendo elas desde um passado colonial com relações limitadas, passando pela hostilidade da África do Sul diante do processo de independência moçambicano, causando dissonância nas relações (Schutz, 2014), até o atual momento de compromisso contínuo com o fortalecimento de seus laços bilaterais.

O subcapítulo final apresenta as relações entre a África do Sul e o Zimbábue, destacando a série de eventos que marcaram essa história. Com isso em vista, o subtópico buscará entender qual o impacto que Zimbábue tem na política externa sul-africana diante da África Austral e em que medida a postura sul-africanas diante do Zimbábue coloca em xeque a posição da África do Sul como liderança regional.

3.1. Relações África do Sul-Angola

Partindo do entendimento que tanto a África do Sul quanto Angola são importantes protagonistas internacionais na África Austral, é evidente que a interação entre eles exerce uma influência significativa na região. Logo, debruçar sobre o histórico e os desdobramentos para a região é fundamental, não apenas

para entender a dinâmica entre os países, mas também para analisar o impacto dessa relação para a região e para a posição sul-africana.

Angola revela-se fundamental para compreender as dinâmicas da política externa sul-africana frente a África Austral, a medida em que, anteriormente considerada a “joia da colônia portuguesa”, tornou-se em 1975 um epicentro da geopolítica africana. A guerra que eclodiu após o Acordo de Alvor, em janeiro de 1975, perdurou por quase 30 anos após a independência, transformando-se em uma sequência de conflitos que, ao menos até 1989, centralizou as disputas regionais e globais no continente. Angola foi cenário de interesses estratégicos tanto de potências regionais, como África do Sul e Zaire, quanto de forças externas, Cuba, além de grandes potências globais, nomeadamente EUA, URSS e China (Birmingham, 2002; Silva, 2022)

No entanto, de acordo com Silva (2022), destaca-se que essa relevância global foi condicionada por complexas dinâmicas locais e regionais, perdendo força com o final da década de 1980. Seu potencial econômico e posição geográfica estratégica, com vasta área costeira e conexões rodoviárias que integram o interior, continuaram a assegurar a importância de Angola na geopolítica regional.

3.1.1. Histórico das Relações África do Sul-Angola (1975-1999)

Como foi apresentado no capítulo anterior acerca da constituição da África do Sul como um Estado, convém apresentar, brevemente, a formação de Angola. De acordo com Jovita (2022), a constituição do Estado angolano começou ainda no período colonial, quando, durante a Conferência de Berlim (1884-1885), foi desenhado o mapa geopolítico das aspirações europeias no continente africano. Nesse marco histórico das relações entre a Europa e a África, Angola, assim como outras colônias europeias na região, teve suas fronteiras delineadas de forma arbitrária, sem levar em conta os diversos povos, línguas e nações existentes na área, uma situação que perdurou após os processos de independência, com impactos que se estendem até hoje, afetando as capacidades institucionais e o desempenho das elites políticas.

A partir disso, podemos observar o primeiro ponto de proximidade entre África do Sul e Angola, seus respectivos histórico colonial e a herança de uma configuração geopolítica pré-estabelecida por seus colonizadores. Todavia, vale dizer que, com o passar do tempo, a África do Sul passou a apresentar vantagens

competitivas em relação às condições angolanas. A primeira delas foi seu sistema de colonização sob molde político inglês, mais vantajoso para a elite local do que o modelo francês ou ainda o controle português (Savite, 2014).

Entre as aparentes vantagens do modelo de colonização inglês estariam um *status* singular em termos políticos e econômicos e o pertencimento à *Commonwealth*. Além disso, ao ter conquistado maior autonomia e independência previamente a outros territórios africanos, a África do Sul ganhou vantagem quanto a ambição de exercer influência política, econômica e militar sobre o continente, inclusive com projetos de expansão territorial sobre a Namíbia e outras regiões, especialmente no período sob liderança do nacionalismo africâner do Partido Nacional, o mesmo que instituiu o sistema do *Apartheid* (Jovita, 2022, p. 27).

Concomitantemente ao progresso histórico de uma África do Sul autônoma, um dos principais impulsos para a independência de Angola emergiu com a Carta do Atlântico²⁸. Nesse contexto, os movimentos de libertação fortaleceram-se para alcançar a emancipação de Portugal em novembro de 1975. Contudo, esses grupos começaram a competir pelo poder dentro do recém-criado Estado independente, estabelecendo as bases para uma prolongada guerra civil²⁹ e uma contínua instabilidade política (Jovita, 2022).

É fundamental acrescentar ao histórico das relações entre África do Sul e Angola o contexto da Guerra Fria. A independência de Angola ocorreu dentro desse período, portanto, a aproximação com um dos polos liderados ou pelos Estados Unidos ou pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas foi quase inevitável, influenciado questões internas e externas. Assim, de acordo com Neto (2011), o alinhamento de Angola, por parte do MPLA, se baseou, principalmente, na

²⁸ A Carta do Atlântico foi emitida pelas Nações Unidas durante a Segunda Guerra Mundial e defendia o direito dos povos à autodeterminação.

²⁹ Angola, localizada na África, passou por um longo período de conflito, que teve início com a luta armada contra o colonialismo português após a sua independência em 1975, quando movimentos nacionalistas pró-independência passaram a lutar entre si pelo controle político do país, o que perdurou até o ano de 2002. No ano de 1960, o surgimento do nacionalismo angolano que criou vários movimentos de libertação. Outro fator que marcou foi a criação da Organização Das Nações Unidas (ONU) e da Organização da Unidade Africana (OUA), que se transformaram em tribuna do anticolonialismo militante. Com a queda do Estado Novo de Salazar em Portugal e a ascensão do MFA, teve início a institucionalização da democracia e se realizou a política dos três “D” pelo governo do MFA, que tinha como pauta democratizar, descolonizar e desenvolver. A revolução dos cravos abriu, assim, caminho para a independência das então províncias ultramarinas. Durante os treze anos de luta colonial travada por Portugal (1961–1974), apenas três movimentos foram destacados, a FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola; o MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola; e, mais tarde, a UNITA – União Nacional para Independência Total de Angola. Foram esses movimentos que lutaram contra o colonialismo português; porém, ainda que todos os movimentos tivessem por objetivo a libertação de Angola, existiam divergências entre eles, as quais, depois da proclamação da independência, levariam à em guerra civil que durou vinte e seis anos (Silva, 2018, p. 2).

inspiração para sua independência, influenciada pelo espírito revolucionário que permeava o bloco soviético, especialmente após frustradas tentativas de aproximação com o mundo liderado pelos EUA.

Os movimentos surgiram da politização de identidades étnicas predominantes em Angola (kongo, mbundu e ovimbundu) e assumiram de forma diversa aspectos ideológicos seculares. Entretanto, sua identificação com ideologias políticas nacionalistas mais amplas foi crescente, principalmente da parte do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA). Esse movimento assumiu a ideologia marxista-leninista nacionalista e angariou apoio de URSS, Cuba e Alemanha Oriental, desde a década de 1960, o que foi incrementado com a aproximação da independência. Seus rivais (FNLA e UNITA), por seu turno, permaneceram vinculados a identidades particularistas e angariaram apoio dos EUA (Silva, 2022, p. 143).

A relação África do Sul- Angola passou a ser marcada por um considerável descompasso, já que, de acordo com Jovita (2022), o alinhamento soviético emergindo em uma Angola independente durante a Guerra Fria se opunha aos interesses da África do Sul como potência regional e aliado do Estados Unidos, pois reconhecia que seu caráter revolucionário possuía o potencial de impulsionar uma reconfiguração geopolítica, tanto regional quanto além das fronteiras, tanto pelo modelo de sociedade que delineava, quanto por atrair a intervenção de Cuba, da URSS e dos EUA.

Inserido nesse contexto, de acordo com José (2011), o descompasso rapidamente tornou-se um conflito declarado entre Angola e a África do Sul, envolvendo não apenas os países vizinhos, mas também atores de fora do continente. Vale ressaltar que, sob a ótica específica da liderança do MPLA, o objetivo era não apenas a autopreservação como também o controle das repercussões das ambições sul-africanas.

Tanto no período de luta pela independência quanto durante a Guerra Civil angolana (1975-2002), por estarem inseridas nesse contexto de bipolarização, os conflitos regionais prontamente alcançaram o âmbito internacional. Nesse sentido, surgem dois aliados importantes para Angola: Cuba e a URSS. A presença cubana em Angola acabou predominando nas parcerias militares e civis, enquanto as forças soviéticas se concentraram em oferecer um apoio financeiro mais restrito e uma assessoria técnico-militar de alto nível às forças e ao governo do MPLA (George, 2005; Westad, 2019).

De acordo com Westad (2019) e Jovita (2022), a presença cubana e soviética em Angola chamou a atenção dos EUA, que mantinham uma relação próxima com a África do Sul na região. Diante desses alinhamentos, os EUA iniciaram contatos de alto nível, incluindo suas agências de inteligência, oferecendo apoio financeiro e militar à Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), à União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), e também à África do Sul.

O cenário potencializou as relações dos EUA com Pretória, uma vez que a África do Sul se apresentava aos estadunidenses como o “único bastião confiável de defesa contra o comunismo”, argumentando que os outros governos da região eram, em sua visão, incapazes de resistir à URSS no campo político (Viegas Filho, 2016). Assim, Angola apresentou-se como antagonista dos planos de controle absoluto dos Estados Unidos.

[...] as ações angolanas, tomadas como interferindo nos interesses e movimentos estadunidenses e movendo-se contra as ações coloniais sul-africanas, fizeram com que Washington concedesse redobrado e consequente apoio logístico à África do Sul, ao então Zaire e à UNITA com o intuito de opor-se ao poder central do governo do MPLA entre as décadas de 1970 e 1980 (Jovita, 2022, p. 33).

Nesse período, durante as décadas de 1970 e 1980, as disputas entre Angola e África do Sul não ficavam apenas no campo político-ideológico, os conflitos se estenderam ao campo bélico, como por exemplo a Batalha de Cuito Cuanavale, de 1987-1988. Em linhas gerais, esses anos foram um momento que deflagrou fundamentalmente a política de confrontos entre ambos.

Como nova demonstração das dinâmicas militares e de confronto bélico para o jovem Estado angolano destaca-se a Batalha de Cuito Cuanavale, de 1987-1988. Nesse momento, a batalha traduzia-se como símbolo de sustentação, manutenção e determinação das bases institucionais fundadas pelo governo do MPLA. Ao mesmo tempo, instalava-se, também, como resposta revolucionária à África do Sul e seus aliados, os quais combatiam a legitimidade do governo do MPLA, bem como a soberania e independência de Angola e de seus aliados regionais (Jovia, 2022, p. 35).

É importante destacar que a África do Sul soube utilizar a retórica anticomunista de forma eficaz, tanto para atrair o apoio dos Estados Unidos em nome de seus interesses geoestratégicos regionais, quanto para justificar suas intervenções na África Austral, incluindo Angola. No entanto, esse processo enfrentou uma significativa ruptura com o fim da Guerra Fria, especialmente devido

à crescente pressão internacional contra o regime racista praticado internamente pela África do Sul e pelos desgastes causados por suas repetidas agressões aos países vizinhos. Como resultado, também, do gradual enfraquecimento do apoio dos EUA (Barbosa, 2015; Viegas Filho, 2016; Silva, 2017).

O embaixador Ismael Martins (2019)³⁰ destaca que a queda do Muro de Berlim, em 1989, e o desmoronamento da URSS impulsionaram a concretização dos processos de pacificação das dinâmicas regionais entre Angola e África do Sul, uma vez que grande parte desses conflitos foi instigada pelas disputas bipolares ou influenciada por essas rivalidades nas disputas regionais e locais, complicando a formação de diferentes acordos.

De maneira geral, as estruturas conflituosas da projeção internacional angolana, após vivenciar a década de 1970 como um período marcado por tensões decorrentes dos confrontos entre as diversas forças independentistas, passam, a partir da década de 1980, a ser intensamente moldadas pelas disputas regionais, tendo como principal oponente a África do Sul. Até que, no início dos anos 1990, houve uma diminuição dessas relações tensas, especialmente após a eleição de Mandela, em 1994 (Silva, 2017; Jovita, 2022).

Inegavelmente, de acordo com Ginga (2014), a transição interna na África do Sul para um novo governo sob a liderança de Mandela foi essencial para o surgimento de uma nova dinâmica regional, incluindo uma relação melhor com Angola. Essa transformação liberou forças de ambos os lados da fronteira, permitindo uma reflexão sobre princípios alternativos e pacíficos na formulação das políticas externas. Uma vez que, o governo Mandela se empenhou em restaurar a imagem internacional da África do Sul e em promover a estabilização regional.

3.1.2. Angola sob perspectiva da política externa sul-africana

Partindo da ideia de que as relações de Angola com a África Austral foram principalmente moldadas pelos vínculos com a África do Sul e, em menor escala, com os demais países da região. O objetivo desta seção reside em analisar o impacto dessa relação para a região e para a posição sul-africana, observando a política externa dos presidentes que sucederam Mandela frente a Angola,

³⁰ Entrevista do jornalista José Rodrigues sobre o percurso político e a experiência da diplomacia angolana ao Embaixador Ismael Martins, pela Rádio Luanda Antena Comercial (LAC) durante o programa Café da Manhã em 2019.

nomeadamente Thabo Mbeki (1999-2008); Kgalema Motlanthe (2008-2009); Jacob Zuma (2009- 2018); e Cyril Ramaphosa (2018- presente).

Como se pôde observar a postura adotada pela política externa da África do Sul é o que, majoritariamente, dita o tom das relações com a África Austral em um geral, e conseqüentemente com Angola. Isso fica evidente na medida em que observamos o quão conflituoso o relacionamento que Pretória mantinham com Angola no período que a África do Sul apresentava um caráter mais invasivo e hostil em relação à região. Todavia, com o abrandar das decisões dos pensadores de política externa sul-africana, as relações tomaram outro rumo.

O governo Mandela foi sucedido pelo governo de Thabo Mbeki (1999-2008)³¹. Em relação ao tópico de relações exteriores, Mbeki adotou uma política externa marcada pela "Renascença Africana", que tinha como objetivo promover a paz, a estabilidade e o desenvolvimento econômico no continente. O Renascimento Africano de Mbeki pode ser entendido como uma ambiciosa iniciativa para redefinir a África do Sul como um estado comercial global, com importantes interesses regionais e continentais (Evans, 1999). Nesse cenário, Angola apresenta-se como um país estratégico na África Austral, desempenhando um papel fundamental nesse esforço do então presidente.

De modo geral, durante o governo de Mbeki, a África do Sul ganhou destaque internacional como líder regional, apresentando três características centrais da postura de Mbeki: democracia, africanismo e anti-imperialismo (Barber, 2005). Além disso, vale dizer que o governo de Mbeki se esforçou para alinhar suas políticas internas e externas, consolidando a chamada "Agenda Africana", além de promover a Cooperação Sul-Sul, o diálogo Norte-Sul e tratar de questões socioeconômicas e político-securitárias (Landsberg, 2012; Rizzi, Schutz, 2014).

A vista disso, vale dizer que quando Mbeki assume a presidência, Angola ainda estava no contexto de guerra civil, portanto, com o Renascimento Africano em mente, Pretória apresentou “[...] o desejo de acabar com os conflitos e buscar soluções negociadas com suas esperanças de manter bons laços com o MPLA” (Siko, 2014, p. 215). Todavia, de acordo com Penha (2016), é importante ressaltar que durante o período do governo Mandela, as relações bilaterais entre Angola e a

³¹ Thabo Mvuyelwa Mbeki (18 de Junho de 1942) é um político da África do Sul, ele foi o 2º presidente do país, de 14 de junho de 1999 até 24 de setembro de 2008, quando renunciou (Adebajo, 2017).

África do Sul foram altamente produtivas, mas sob o governo de Mbeki, surgiram algumas discordâncias.

A transformação da Organização da Unidade Africana (OUA) em União Africana (UA), em 2002, contou com o apoio decisivo da África do Sul, ampliando os objetivos da organização e promovendo uma cooperação mais estreita entre os países africanos rumo a uma verdadeira integração. Assim como a Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD), a UA enfrentou incertezas sobre seu foco principal (Rizzi, Schutz, 2014).

Uma diferença clara entre os governos de Mandela e Mbeki foi o uso das forças sul-africanas em missões de paz da ONU e da própria UA, amplamente aceitas durante o governo Mbeki³². O uso dessas tropas sinalizou uma mudança no papel de Pretória no cenário africano, buscando prestígio diplomático, um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU e legitimação perante seus pares continentais. A ambiguidade na política externa de Mbeki se refere especialmente à conduta ambígua em relação ao Zimbábue e Angola (Rizzi, Schutz, 2014).

De acordo com Sidiropoulos (2008), a transição política que ocorreu após a renúncia de Thabo Mbeki em setembro de 2008 marcou um ponto de virada na política externa da África do Sul. Durante o curto mandato de Kgalema Motlanthe (2008-2009), que se estendeu até as eleições gerais de 2009, houve uma clara continuidade nas políticas de Mbeki, sem grandes mudanças imediatas. Isso reflete a intenção de manter a estabilidade tanto internamente quanto nas relações internacionais, como no caso da cooperação com Angola.

Embora o mandato de Motlanthe tenha sido visto como um "vestíbulo" para a nova era política pós-apartheid, sua presidência foi marcada por uma abordagem de continuidade, garantindo que questões cruciais como a política externa e a estabilidade regional, especialmente em relação ao desenvolvimento de Angola, permanecessem no centro da agenda sul-africana (Sidiropoulos, 2008).

Em 2009, após eleição presidencial, Jacob Zuma³³ assume o governo sul-africano. Segundo Rizzi, Schutz (2014), Maphaka e Tirivangasi (2022), nesse

³² UN Assistance Mission in Afghanistan, 2002; UN Assistance Mission in Iraq, 2003; UN Mission in Nepal, 2007; AU/UN Hybrid Operation in Darfur, 2007; UN Organization Stabilization Mission in the Democratic Republic of the Congo, 1999; UN Integrated Office in Burundi, 2007. (SIPRI, 2011).

³³ Jacob Gedleyihlekisa Zuma é um político sul-africano, foi presidente da África do Sul após a vitória de seu partido nas eleições gerais de 2009, até 14 de fevereiro de 2018, quando renunciou. Também presidiu o Congresso Nacional Africano, partido governante do país, sendo substituído por Cyril Ramaphosa em 18 de dezembro de 2017, e foi vice-presidente da África do Sul de 1999 a 2005.

mesmo ano, o "Plano Estratégico de Médio Prazo para orientar o Programa Governamental durante o mandato de 2009-2014" delineou as diretrizes da política externa de Zuma, que se enquadravam na chamada "Busca pelo Progresso Africano e Fortalecimento da Cooperação".

Tendo em mente que dois dos pilares que conduziram sua política externa eram garantir a integração da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral e priorizar o continente africano através do "Avanço Africano" (Landsberg, 2012). Voltamos então ao foco desta seção, as relações África do Sul- Angola, Zuma reaproximou África do Sul de Angola ao realizar sua primeira visita oficial ao país em agosto de 2009, reconhecendo que Luanda se tornaria o principal aliado africano da África do Sul durante seu mandato.

Na África Austral, as boas relações diplomáticas cultivadas sob o governo de Jacob Zuma permitiram que os dois países colaborassem para manter a região austral politicamente estável e fomentar uma maior integração no âmbito da SADC (Maphaka e Tirivangasi, 2022). Nesse sentido, diferentemente de Mbeki, que passou grande parte do período do *Apartheid* na Europa, Zuma se exilou em países vizinhos, como Angola e Moçambique, posicionando-se como um defensor da integração regional e do fortalecimento das relações com os países próximos. (Penha, 2016; Visentini, Pereira, 2010).

De modo geral, no contexto regional, as relações econômicas originadas da Agenda Africana não só foram preservadas, como também ampliadas durante a gestão Zuma. Um exemplo disso é a criação dos denominados *Business Forums*, estabelecido também com Angola. Ainda sobre Angola, a administração Zuma procurou reforçar a Câmara de Comércio África do Sul-Angola e assegurar que empresas sul-africanas aumentassem sua atuação neste país (Otavio, 2021).

Nesse ínterim, portanto, podemos analisar que ainda que durante o governo Zuma as relações sul africanas com Angola tenham sido de intensa parceria e colaboração, vale ressaltar que é nesse período principalmente que surgem preocupações acerca de que Angola possa desenvolver um poder de influência regional que bata de frente com o da África do Sul.

Cyril Ramaphosa³⁴ (2018- presente) foi escolhido como presidente da África do Sul em 2018, posição que ocupa até os dias de hoje. De acordo com Otávio (2021), no que se refere aos propósitos de sua política externa, não podemos ignorar que o contexto interno do país estava caracterizado por grandes desafios socioeconômicos. Sendo assim, Ramaphosa vê no Ministério das Relações Internacionais uma possível solução não apenas para a pobreza e o desemprego, mas também para posicionar a África do Sul como uma liderança regional no cenário mundial. Ainda segundo o autor, na tentativa de superar os desafios socioeconômicos em geral, e o desemprego especificamente, o governo Ramaphosa tem mostrado que o multilateralismo e a universalidade na política externa continuarão sendo pilares essenciais para o país, uma vez que ambos favorecem a ampliação da diplomacia econômica.

O atual presidente busca manter a postura afrocêntrica como forte conduta de sua política externa, além de participar das principais iniciativas multilaterais realizadas no continente, o governo Ramaphosa tem se esforçado para manter a África do Sul como defensora dos interesses africanos no âmbito global (Ramaphosa, 2019). Com destaque às relações com Angola, a África do sul entende o país como uma parceria estratégica, e ao que

[...] refere-se à relação com Angola, país que desde a administração Zuma mantém-se estratégico para Pretória. Neste caso, vale destacar a intenção e o interesse de Ramaphosa e João Lourenço, atual presidente angolano, em cooperarem nas áreas do extrativismo, comércio, infraestrutura, agricultura, turismo, dentre outras consideradas relevantes para ambos (Otavio, 2021, p. 100)

Nesse cenário, Angola se insere na diplomacia econômica de Ramaphosa, que vem adquirindo crescente relevância na pauta sul-africana. Dado o constante interesse da África do Sul em iniciativas como a NEPAD, por exemplo, a tendência de valorizar as relações econômicas com o continente africano alinha-se à criação das Conferências de Investimento Sul-Africanas e ao fortalecimento e desenvolvimento de parcerias estratégicas, como no caso das parcerias com Angola.

³⁴ Matamela Cyril Ramaphosa (1952) é um político, empresário, ativista e ex-líder sindical sul-africano, e o quinto e atual presidente de seu país desde 2018. Foi vice-presidente do governo do presidente Jacob Zuma, de 25 de maio de 2014 até 14 de fevereiro de 2018, quando Zuma renunciou à presidência

3.2. Relações África do Sul-Moçambique

Moçambique e África do Sul são dois países localizados no extremo sul da África, ambos situados à margem das principais decisões geoestratégicas globais. No entanto, há diferenças marcantes entre eles. A África do Sul é considerada uma potência regional, tanto no contexto da África Austral quanto em todo o continente africano. Ela se destaca por seus vastos recursos minerais e pelo desenvolvimento de seu capital humano, o que a coloca em uma posição superior em relação a seus vizinhos (Pereira, 2006).

Moçambique, por outro lado, de acordo com Pereira (2006), está entre os países mais pobres do mundo e, mesmo após 30 anos de independência, ainda apresenta um dos mais baixos índices de desenvolvimento. Somente nos últimos anos, com a chegada de diversos investimentos, o país tem experimentado um leve crescimento, iniciando sua inserção na economia global, mas permanecendo fortemente dependente de ajuda externa.

No que diz respeito às relações entre África do Sul e Moçambique, em especial ao papel sul-africano na região, nota-se um histórico marcado por diferentes fases. Essas fases incluem desde um passado colonial com interações limitadas, passando pela postura hostil da África do Sul em relação ao processo de independência moçambicana, o que gerou tensões nas relações (Schutz, 2014, p.66-69), até o momento atual de compromisso constante com o fortalecimento de seus laços bilaterais. Essa seção do capítulo, portanto, apresenta o desdobramento dessa relação ao longo do tempo e como se dá a conduta da política externa sul-africana diante de Moçambique.

3.2.1. Histórico das Relações África do Sul-Moçambique (1975-1999)

A independência de Moçambique ocorreu em 1975, mas para elucidar as bases das relações África do Sul- Moçambique convém retroceder um pouco mais na linha do tempo. Durante o período colonial, os portugueses estabeleceram fortes laços econômicos com a África do Sul sob o regime do *Apartheid*. Nesse contexto apresenta-se a primeira forma de integração econômica que concentrou-se na exploração de mão de obra barata de Moçambique nas minas sul-africanas e nos serviços de transporte (Lubaszewski, 2019).

Nesse viés, acerca da utilização de mão de obra moçambicana, segundo o governo sul-africano, especificamente com o DIRCO, nota-se que as relações entre a África do Sul e Moçambique originaram-se em 1928, quando a África do Sul e Portugal, representando a então colônia de Moçambique, firmaram uma convenção que regulava questões trabalhistas, de transporte e comércio entre ambos. Na primeira metade da década de 1970, o setor de mineração da África do Sul tornou-se a principal fonte de emprego assalariado para os moçambicanos, fazendo das remessas enviadas por esses trabalhadores a mais importante fonte de renda e financiamento para o setor agrícola no sul de Moçambique. (Lalbahadur; Otto, 2013; Castel-Branco 2002).

Essas migrações impactaram fortemente a estrutura geopolítica da região, uma vez que serviu como base para o desenvolvimento do Corredor de Desenvolvimento de Maputo³⁵, que continua a ser crucial nos dias de hoje. Esse corredor de transporte conecta Joanesburgo ao Oceano Índico por meio do Porto de Maputo, tornando-se uma peça-chave na dinâmica regional da África Austral. Atualmente, é considerado um dos exemplos mais marcantes de cooperação entre Moçambique e África do Sul (Taylor, 2003; Lubaszewski, 2019).

Da perspectiva moçambicana, a África do Sul destaca-se como parceiro econômico fundamental desde o início dessa relação, revelando o peso sul-africano no território de Moçambique. A título de exemplo, de acordo com Castel Branco (2002), no começo dos anos 1970, a África do Sul posicionava-se como o segundo maior parceiro comercial dos moçambicanos, estando atrás apenas de Portugal, a então metrópole de Moçambique.

Esse panorama de proximidade passou a mudar com o processo de independência, o qual se deu através de uma guerra (1964-1974), e a decorrente guerra civil moçambicana (1977-1992). Com esses dois processos, a hostilidade e o distanciamento entre os dois Estados se intensificaram. Nesse cenário, levantou-se a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), vista como uma ameaça pelo regime sul-africanod do *Apartheid*. Em resposta, a África do Sul lançou uma intensa

³⁵ De acordo com o portal do Porto Maputo, atravessando a fronteira Lebombo/Ressano Garcia na Província de Maputo em Moçambique, o Corredor liga o interior norte da África do Sul à capital de Moçambique, Maputo e aos seus dois portos de águas profundas de Maputo e da Matola, com recurso a uma estrada nacional moderna, rápida e eficiente, conhecida como a EN4 em Moçambique. O trecho de 92 km de estrada encaminha-se diretamente para o Porto de Maputo antes de terminar perto do centro da cidade de Maputo.

campanha de desestabilização em Moçambique, apoiando fortemente a Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO), a então oposição. (Lalbahadur; Otto, 2013).

Essa política de desestabilização, segundo Pereira (2006), fica evidente não apenas o apoio militar, mas também a sabotagem das principais vias de comunicação do Estado, a interrupção das compensações financeiras dos contratos de trabalho dos moçambicanos na África do Sul e o fim do recrutamento de trabalhadores migrantes para suas minas, o que causou um grande impacto em uma das principais fontes de receita de Moçambique.

O apoio sul africano à Renamo e o alastramento da guerra a todo o país alcançou zonas de grande importância económica para Moçambique e trouxe graves consequências para o país. De acordo com Pereira (2006), Moçambique chegou a ter 40% da sua população em situação de deslocados de guerra. Entre 1980 e 1986 o seu PIB decresceu mais de 30%, sua dívida externa cresceu quase 500% entre 1984 e 1992 e, entre 1985 e 1993 63% do investimento externo direto no país foi cancelado ou nem chegou a ser iniciado. Para além disso, a destruição das infraestruturas foi avassaladora (Pereira 2006). Esta campanha de desestabilização é considerada por alguns especialistas como uma das causas da pobreza profunda de Moçambique no início dos anos 2000 (Taylor 2003) e resultou na assinatura do Acordo de Nkomati (1984), no qual os sul africanos se comprometeram a deixar de apoiar a Renamo, ao passo que os moçambicanos se comprometeram a deixar de apoiar o Congresso Nacional Africano (ANC), principal partido de oposição na África do Sul (Campos 1996). (Lubaszewski, 2019, p.14)

Os primeiros anos após o fim da guerra civil moçambicana, em 1992, coincidiram com o término do regime do *Apartheid* na África do Sul, marcando um período de grandes afinidades entre os movimentos de libertação CNA, liderados por Mandela, e FRELIMO, que chegaram ao poder em seus respectivos países (Lalbahadur & Otto 2013). Como já apresentado anteriormente neste trabalho, o fim do regime do *Apartheid* alterou as diretrizes da política externa sul-africana consideravelmente, “assim, os sul africanos passaram a se envolver mais no comércio regional e a desenvolver projetos de cooperação setoriais, investindo principalmente em infraestrutura regional” (Lubaszewski, 2019, p.17).

Conforme o DIRCO, com o advento da democracia na África do Sul, em 1994, e a paz em Moçambique, essas relações se intensificaram, especialmente na cooperação económica e no investimento. A parceria resultou na implementação de projetos de bilhões de rands, como o Corredor de Desenvolvimento de Maputo e a Iniciativa Trilateral de Desenvolvimento Espacial com a Suazilândia. Além disso, a assinatura do Acordo relativo a uma Comissão Mista Permanente de Cooperação,

em 20 de julho de 1994, criou um mecanismo para aprofundar ainda mais a colaboração entre os dois países.

Essa reaproximação, reforçada por laços históricos, sob liderança de Mandela, expandiu-se para a esfera política, consolidando as relações entre os dois países como um dos alicerces fundamentais da participação regional de Moçambique. Esses eventos abriram caminho para que a África do Sul se tornasse o maior investidor africano em Moçambique. As relações econômicas entre as duas nações exemplificam o aprofundamento da integração regional por parte de ambos a partir dos anos 1990. De forma estratégica, em busca de se recuperar da devastadora guerra civil, Moçambique fortaleceu seus laços com os sul-africanos. (Alden; Le Pere, 2009).

O estabelecimento de um canal aberto de comunicação entre ambos permitiu que ambos se beneficiassem com essa relação. Conforme Cardoso (1993), Lalbahadur e Otto (2013), o aumento das demandas por provisão energética na África do Sul foi essencial para o fortalecimento das relações entre os dois países, visto que Moçambique apresenta vasto potencial hidroenergético. Nesse ínterim, as diversas redes de produção e transporte de energia tornam-se, portanto, de interesse estratégico e crucial para ambos.

A África do Sul, que durante o Apartheid contribuiu para a deterioração da economia e infraestrutura moçambicanas, através do seu apoio a Renamo, após 1994 passou a buscar se posicionar como uma alternativa regional de ajuda a reconstrução da economia de Moçambique. Tornou-se, a partir daí, um dos principais parceiros comerciais e de investimentos do país (Lubaszewski, 2019, p.30).

De maneira geral, Mandela, os laços históricos e as necessidades de ambos geraram um panorama o qual estabeleceu bases para que não apenas a da África do Sul se consolidasse como um dos principais parceiros comerciais internacionais de Moçambique, mas também para que Moçambique também passasse a ser um dos parceiros comerciais africanos mais relevantes para os sul-africanos.

3.2.2. Impacto dessa relação para a região e para a posição sul-africana

A África do Sul e Moçambique compartilham uma extensa fronteira e uma trajetória de cooperação, enfrentando também desafios semelhantes, como o

desenvolvimento econômico e a instabilidade regional. Esta seção tem como objetivo examinar o impacto dessa relação tanto na região quanto na posição sul-africana, analisando a política externa adotada pelos presidentes que sucederam Nelson Mandela em relação a Moçambique, especificamente Thabo Mbeki (1999-2008), Kgalema Motlanthe (2008-2009), Jacob Zuma (2009-2018) e Cyril Ramaphosa (2018-presente).

De acordo com Lubaszewski (2019), o governo de Thabo Mbeki (1999-2008) entendia que um estado não pode alcançar pleno desenvolvimento se estiver rodeado por pobreza. Assim, a África do Sul passou a se reconhecer como parte da realidade de subdesenvolvimento do continente africano, entendendo que seu progresso está diretamente ligado à prosperidade de seus vizinhos. Isso reforça sua política de Renascimento Africano e fortalece a ideia do pan-africanismo, logo ser parceiro destaque de Moçambique, seu vizinho fronteiro, opinava-se primordial³⁶. Mbeki, de forma geral, optou por dar continuidade às reformas estabelecidas por Mandela.

Nas relações entre a África do Sul e Moçambique, além de uma certa interdependência econômica, pode-se observar que o crescimento dessas relações faz parte de um plano mais amplo. Esse plano se insere no contexto da NEPAD³⁷, iniciativa motivada pelo então presidente sul-africano Mbeki, com a finalidade de aumentar o protagonismo e a influência da África do Sul na África Austral. Ademais, essa estratégia corporativa parece indicar o interesse das grandes empresas sul-africanas em dominar os recursos minerais e energéticos da região (Pereira, 2006).

Moçambique através de seus recursos alivia demandas fundamentais da África do Sul, principalmente no que refere às restrições energéticas. Ou seja, as relações com Moçambique além de fundamentais pelas questões fronteiriças, são cruciais para as dinâmicas geopolíticas sul-africana.

³⁶ Um estudo feito por Grobbelaar em 2004, mostra que entre 1997 e 2002 os investimentos sul-africanos somaram 49% dos investimentos diretos estrangeiros totais em Moçambique, com um valor de 1.164 milhões de dólares (Lubaszewski, 2019, p.50).

³⁷ A Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (*New Economic Partnership for Africa Development*) foi criada, em Julho de 2001, no âmbito da União Africana (UA), por iniciativa dos Chefes de Estado e de Governo da Argélia, Egito, Nigéria, Senegal, e África do Sul, sendo neste momento um dos instrumentos privilegiados das Relações Económicas Internacionais da África do Sul (Pereira, 2006. p.133).

Alguns dos investimentos mais substanciais incluem o envolvimento da *Industrial Development Corporation* no estabelecimento da fundição de alumínio Mozal, o primeiro megaprojeto de Moçambique, e o investimento da *Sasol* em 2003 em um gasoduto de 865 km entre Moçambique e a África do Sul. Estão também em curso planos para a *Sasol*, em parceria com a Electricidade de Moçambique, construir uma central a gás natural, com mais de metade da energia gerada destinada ao mercado moçambicano. Esses dois investimentos totalizam US\$ 1,1 bilhão (ZAR 11 bilhões). O investimento de US\$ 1,26 milhão (ZAR 12,6 milhões) da *Eskom* em turbinas eólicas para geração de energia em Inhambane também é acompanhado por investimentos em energia hidrelétrica. O espaço para uma maior cooperação entre os dois países é destacado no Plano de Recursos Integrados da África do Sul, que reconhece a importância que Moçambique pode desempenhar no alívio das restrições energéticas da África do Sul (Lalbahadur; Otto, 2013, p.12)

Via de regra Mbeki buscou dar continuidade a política externa de Mandela e também intensificar as parcerias econômicas e políticas que já existiam ao que concerne à Moçambique. Após sua renúncia em 2008, Kgalema Motlanthe assumiu a presidência da África do Sul (2008-2009), optando por manter a continuidade na condução das relações internacionais do país. Motlanthe foi escolhido por ser visto como a pessoa certa para a tarefa, ocupando uma "vaga transitória" (Lalbahadur; Otto, 2013). Ngwane (2013) aponta que o presidente interino se viu em uma posição onde, ainda que quisesse realmente deixar sua marca, a máquina pública não o permitiria, não apenas porque os resultados dessas relações eram satisfatórios, mas porque poderia gerar mais instabilidade interna.

Diferentes administrações sul-africanas, ao menos em termos retóricos, enfatizaram a centralidade da África, especialmente da África Austral, na sua política externa. O governo de Jacob Zuma (2009-2018) não se afastou do que agora é claramente uma regra estabelecida (Langa; Shai, 2020). Nesse cenário, antes de elencar os avanços da relação África do Sul- Moçambique que impactaram tanto na região quanto na posição sul-africana, convém apontar um problema que perpassa por estados que compartilham fronteiras.

Nesse sentido, segundo Lalbahadur e Otto (2013) a colaboração em questões de segurança também é um aspecto marcante da relação bilateral entre a África do Sul e Moçambique. Isso se faz necessário devido à frequência do crime transfronteiriço, um problema que não foi exclusivo da administração Zuma, agravado pela fragilidade das fronteiras na região. O tráfico de drogas, seres humanos e armas leves também representa uma questão, assim como a caça ilegal de rinocerontes ao longo da fronteira da província de Gaza, no Parque Nacional

Kruger e nas reservas de caça adjacentes. Embora a África do Sul e Moçambique estejam atuando conjuntamente nessas áreas de preocupação, a ausência de um acordo de extradição entre os países limita significativamente o alcance das medidas que podem ser adotadas para combater o crime transfronteiriço.

No que diz respeito ao governo Zuma, o problema central foi o atraso prolongado na nomeação de um representante permanente sul-africano em Maputo, o que contribuiu para várias dificuldades. Reconhecendo a necessidade de fortalecer os laços, as entrevistas de campo com representantes de ambos os governos mostraram um desejo de reduzir a burocracia para criar um ambiente favorável ao crescimento do comércio e do investimento. De maneira geral, a presença diplomática sul-africana em Moçambique é bem recebida e promove um bom relacionamento com as diversas entidades governamentais com as quais interage. Contudo, a incapacidade da África do Sul de manter um único alto comissário nos três primeiros anos do governo sugeriu certa desorganização diplomática por parte do país (Lalbahadur; Otto, 2013).

Inegavelmente essa desorganização diplomática gerou um atraso nessas relações. Portanto, ainda segundo Lalbahadur; Otto (2013), houveram tentativas de soluções, sendo a primeira delas a nomeação de um novo alto comissário sul-africano em Moçambique, Charles Nqakula, em 2012. Mas a mais efetiva solução foi a criação da Comissão Binacional (BNC) formalmente estabelecida durante o governo Zuma, a qual permitiu que os dois países explorassem novos domínios de cooperação e as reuniões realizam-se anualmente. A importância da África do Sul para Moçambique se reflete no fato de ser um dos dois únicos países com os quais possui uma BNC, sendo o outro Portugal.

Ainda que a criação da BNC foi útil para as dinâmicas das relações entre ambos os Estados, a política externa de Zuma com o passar do tempo se enfraqueceu. Pois, de acordo com Gqiza (2019), o período de Zuma no poder foi caracterizado por diversas polêmicas relacionadas à sua gestão. Esses problemas internos transbordaram para o cenário internacional, onde a África do Sul viu sua imagem de nação bem governada e economicamente sólida se deteriorar. A política externa de Zuma foi criticada por três falhas interligadas que fizeram o país retroceder. Sendo eles:

De acordo com Qobo (2018), havia uma cultura política defeituosa e paralisia institucional. Qobo (2018) sugere que as negociações da África do Sul na arena internacional foram baseadas em ganhos pessoais e não no bem do país. Em segundo lugar, a má liderança do Departamento de Relações Internacionais e Cooperação levou a que a maioria de seus objetivos estratégicos não fosse realizada. Em terceiro lugar, a maioria das missões diplomáticas eram nomeações políticas em que as nomeações não eram baseadas no mérito (Gqiza, 2019, p.10)³⁸.

Zuma deixa a presidência e em 2018 assume o atual presidente sul-africano Cyril Ramaphosa. Ramaphosa preservou o interesse da África do Sul em desempenhar um papel mais ativo no continente, por meio da Agenda Africana, que pode ser vista como a continuidade e o fortalecimento do Renascimento Africano. A postura de continuidade reside em mantê-lo comprometido com o estímulo à criação e implementação de sistemas democráticos nos países africanos, com a busca pela paz e segurança no continente, e com o estabelecimento de mecanismos que promovam o desenvolvimento econômico das nações africanas, entre outros propósitos defendidos por essa doutrina de revitalização africana. (Otavio, 2021a).

É possível observar que o fortalecimento dessas políticas aumentou a cooperação entre a África do Sul e outros países africanos. Conforme aponta Otavio (2021a), além da preservação e expansão das alianças estratégicas entre Pretória e nações africanas, como no caso de Moçambique, essa agenda assegurou ao país uma crescente inserção econômica no continente, consolidando-se como um dos principais parceiros comerciais de países como Moçambique, Zimbábue, Zâmbia, Malawi, Namíbia e entre outros.

As relações entre África do Sul e Moçambique revelam o quão necessário é para o Departamento de Relações Internacionais e Cooperação sul-africano pensar sua política externa de forma estratégica. Isso fica claro à medida em que a África do Sul, segundo o Banco de Moçambique (2023), apresenta-se como o principal parceiro econômico africano de Moçambique, logo as relações entre ambos mostram-se fundamentais para promover o crescimento e a estabilidade na região da África Austral. A África do Sul é o principal parceiro comercial de Moçambique e a principal fonte de investimento direto estrangeiro.

³⁸ Texto original: According to Qobo (2018), there was a defective political culture and institutional paralysis. Qobo (2018) suggests that South Africa's dealings in the international arena were based on personal gains rather than the good of the country. Secondly, poor leadership of the International Relations and Cooperation Department led to most of its strategic objectives not realized. Thirdly, the majority of diplomatic missions were political appointments wherein appointments were not based on merit.

3.3. Relações África do Sul- Zimbábue

Segundo Sidiropoulos (2020), as interações entre a África do Sul e o Zimbábue foram moldadas por diversos acontecimentos históricos, entre eles uma grave crise econômica e social no Zimbábue, que exerceu considerável influência sobre a África do Sul, principalmente devido ao aumento da violência xenofóbica contra cidadãos zimbabuanos em território sul-africano. Além disso, a crise econômica e política no Zimbábue, agravada pela pandemia de Covid-19, tem gerado uma série de desafios amplamente disseminados.

Enquanto o FMI e outras entidades internacionais destacam a importância de implementar reformas políticas e econômicas no Zimbábue, a SADC e a África do Sul clamam pelo fim imediato das sanções. Nesse contexto, o governo sul-africano entende o que é preciso para superar essa crise, mas carece de determinação política (Sidiropoulos, 2020). Considerando que a situação no Zimbábue afeta de maneira significativa a economia de toda a África Austral, a ineficácia das ações da África do Sul na solução da crise zimbabuana coloca em dúvida seu papel de liderança regional.

A África do Sul e o Zimbábue compartilham não apenas a proximidade geográfica, mas também uma extensa história de vínculos regionais e profundos laços culturais. Nesta seção, focaremos nas relações entre os dois países, abordando os principais acontecimentos que moldaram essa trajetória, a fim de compreender o impacto que o Zimbábue exerce sobre a política externa sul-africana em relação à África Austral. Além disso, analisaremos até que ponto a postura da África do Sul em relação ao Zimbábue desafia sua posição como liderança regional.

3.3.1. Histórico das Relações África do Sul- Zimbábue (1980-1999)

Como foi apresentado no capítulo anterior acerca da constituição da África do Sul como um Estado, convém apresentar, brevemente, a formação de Zimbábue, antiga Rodésia³⁹. Destaca-se que a trajetória do Zimbábue pode ser dividida em

³⁹ *Rhodesia* é uma homenagem a Cecil Rhodes, importante na expansão britânica no sul da África que, por meio da *British South Africa Company*, recebeu autorização do governo britânico para explorar economicamente a região do Zimbábue. Igualmente negociou acordos com chefes tribais locais, entre os quais o rei Lobengula de Ndebele, para explorar a região. Rhodes liderou os colonos que fundariam o *Fort Salisbury* (atual Harare, capital do Zimbábue), marco símbolo da colonização inglesa daquele país. (Gontijo, 2016, s/p.)

duas grandes fases: antes da ocupação britânica e após a proclamação de independência da Rodésia.

Nesse contexto, Zimbábue começou a ser colonizada por ingleses no final do século XIX, através de expedições de caráter imperialista. A história da Rodésia do Sul se desenvolve desde o estabelecimento desses assentamentos coloniais, passando pelo reconhecimento oficial como colônia pelo Reino Unido em outubro de 1923, até a Declaração Unilateral de Independência em 1965, proclamada pelo primeiro-ministro Ian Smith, que marcou a separação unilateral da metrópole britânica (Thomas, 1997; Gontijo, 2016).

Conforme Thomson (2011) e Gontijo (2016), essa exploração resultou na imposição de um domínio colonial branco sobre o país. Em menos de um século, um novo confronto assolou a nação, porém desta vez a população negra conseguiu recuperar o controle e renomeou o país como Zimbábue. Na primeira metade de 1980, Zimbábue alcançou sua independência após uma longa e árdua guerra de libertação nacional.

Considerando a formação do Estado zimbabuano, é possível, a partir de agora, destacar o histórico das relações entre África do Sul e Zimbábue. Ainda como colônia, o Zimbábue enfrentava tensões com a Grã-Bretanha, sua metrópole, nesse período, marca o início das interações entre os vizinhos. Nesse contexto de conflito, a assistência da África do Sul e de Portugal, especialmente via Moçambique, foi crucial para o regime de Ian Smith⁴⁰. É importante destacar que, nesse período, a colonização no Zimbábue era marcada pela dominação branca sobre a população negra, favorecendo o regime do *Apartheid* que dominava a África do Sul (Branco; Mexia, 2008).

De acordo com DIRCO, diante do contexto do apartheid na África do Sul e do processo de independência do Zimbábue, fruto de uma guerra em que a população negra reconquistou o poder, os dois países romperam formalmente os laços diplomáticos em 1980, ano da independência do Zimbábue. No entanto, entre 1980

⁴⁰ A trajetória de Rodésia rumo à soberania teve início com a Declaração Unilateral de Independência (UDI), assinada pelo primeiro-ministro Ian Smith em 11 de novembro de 1965. Esse ato, apesar de tornar o país independente do Reino Unido, resultou em seu isolamento tanto pela metrópole quanto pela comunidade internacional. Ian Smith, durante os 18 meses que antecederam a declaração, esteve em negociações com o governo britânico para preservar o domínio da minoria branca. Entretanto, o Reino Unido rejeitou tal proposta, insistindo em um governo da maioria, como havia ocorrido em outras colônias, além de exigir o fim da discriminação racial. Nesse contexto, Smith buscava estabelecer Rodésia como uma nação soberana dentro da Commonwealth, com a rainha Elizabeth II como chefe de Estado. Contudo, a monarca recusou essa função, o que enfraqueceu significativamente as aspirações políticas do novo país (Gontijo, 2016).

e 1994, a África do Sul manteve relações informais com o Zimbábue. Um exemplo claro dessas relações extraoficiais foi o auxílio e o papel de liderança exercido por Zimbábue na luta anti-*Apartheid*.

Regionalmente, o Zimbabwe assumiu-se como líder quer dos Estados da Linha da Frente (ELF), quer da *Southern African Development Coordination Conference* (SADCC), condição essa que implicou o agravamento das relações com a África do Sul do *Apartheid*. Nos seus intentos destinados a evitar a quebra da dependência por parte dos estados da região, a África do Sul praticou uma política de recompensas e sanções. Nesse sentido, concedeu incentivos económicos aos estados que, na região, aceitassem moderar as suas críticas ao regime do *apartheid*, como foi o caso do Malawi e a Suazilândia, por outro, praticou uma desestabilização, directa e indirecta, contra aqueles estados que mantiveram o seu criticismo e apoiaram os movimentos de libertação sul-africano, o *African National Congress* (ANC) e o *Pan-African Congress* (PAC), como foi o caso de Angola, Moçambique ou do Zimbabwe. (Branco; Mexia, 2008, p.48-49)

A libertação de Nelson Mandela, líder histórico do CNA, seguida da vitória eleitoral deste movimento nas primeiras eleições multirraciais da África do Sul, alterou significativamente o equilíbrio de poder na região. Até a libertação de Mandela em 1990, e especialmente até a vitória do CNA em 1994, a África do Sul era considerada um estado pária no cenário internacional. Nesse período, o Zimbábue, devido às suas infraestruturas e ao nível de desenvolvimento, desempenhava o papel de país líder na África Austral, atraindo a maior parte do investimento estrangeiro. No entanto, com a ascensão de Mandela ao poder, a figura de Mugabe, que antes tinha grande destaque internacional, foi ofuscada. Além disso, o fim das sanções contra a África do Sul fez com que o país, mais desenvolvido e atraente que o Zimbábue, voltasse a ser um polo de interesse para investimentos estrangeiros (Branco; Mexia, 2008).

Segundo site oficial do DIRCO, Em 1994, as relações bilaterais entre a África do Sul e o Zimbábue foram oficialmente restabelecidas, com o início das relações diplomáticas plenas em 29 de abril daquele ano. Esse processo de normalização foi evidenciado por várias trocas de visitas entre os presidentes e ministros de ambos os países.

3.3.2. Zimbábue sob perspectiva da política externa sul-africana

A política externa da África do Sul em relação ao Zimbábue, especialmente durante os governos de Thabo Mbeki (1999-2008), Kgalema Motlanthe (2008-2009),

Jacob Zuma (2009-2018) e Cyril Ramaphosa (2018-presente), reflete a tentativa do país de equilibrar interesses nacionais, regionais e internacionais, especialmente no contexto da SADC. Nessa seção, portanto, vamos apresentar e analisar como cada um desses presidentes lidou com o vizinho.

De acordo com Rizzi e Schutz (2014), é sabido que Mbeki priorizou o continente africano com base no conceito de *African Renaissance*. Suas relações com o Zimbábue passaram por uma significativa aproximação durante esse período. Destaca-se que, no início de 2005, Mbeki participou ativamente das negociações em conflitos envolvendo diversos países africanos, incluindo o Zimbábue. Todavia, a postura da política externa de Mbeki referente a esse vizinho foi “nebulosa” fruto de sua “dubiedade”.

Inegavelmente, o Zimbábue acabou se constituindo a maior dificuldade externa para o governo de Mbeki. Internamente, a situação no Zimbábue se agravou nos anos 1990, quando Mugabe⁴¹ buscou se manter no poder de qualquer maneira, utilizando táticas como repressão aos adversários políticos, manipulação de eleições e restrições à liberdade de expressão, entre outras medidas. Como consequência dessas ações governamentais, a economia do país entrou em colapso, tendo apenas 20% de sua população vivendo acima da linha de pobreza (Rizzi; Schutz, 2014).

Mbeki, mesmo diante de uma crise no Zimbábue, optou por uma postura leniente. Para ele, a população zimbabuana deveria tomar suas próprias decisões e resolver seus desafios, já que as dificuldades eram heranças do colonialismo e do controle branco. Assim, ele acreditava que a África do Sul deveria adotar uma *quite diplomacy*, promovendo o diálogo entre o governo do Zimbábue e seus opositores políticos. Além dessa diplomacia silenciosa, Mbeki apoiou Mugabe e sua administração, apesar de não haver uma ligação pessoal entre eles (Barber; 2010). Em linhas gerais,

Apesar de todos os triunfos da política externa que podem ser atribuídos a Mbeki, o único engajamento que gerou mais debate e críticas acaloradas tanto em casa quanto no exterior foi (e ainda é) o Zimbábue. Paradoxalmente, a "diplomacia silenciosa" de Mbeki em relação ao

⁴¹ Robert Gabriel Mugabe (1924-2019) foi um político que liderou o Zimbábue como presidente de 1987 a 2017. Ele desempenhou um papel central na Guerra Civil da Rodésia, liderando a União Nacional Africana do Zimbábue (ZANU), e assumiu o controle do país após o conflito, inicialmente como primeiro-ministro de 1980 a 1987, e posteriormente como presidente com plenos poderes executivos até novembro de 2017, quando foi deposto por uma intervenção militar.

Zimbábue produziu os resultados mais baixos, embora tenha sido o engajamento de política externa mais diretamente relevante do ponto de vista do interesse próprio sul-africano. Desafiando as tentativas de resolução, a crise em curso acelerou o fluxo de refugiados do Zimbábue para a África do Sul, onde foram percebidos pelo público em geral como competindo por empregos com os pobres sul-africanos e maltratados e explorados pelas autoridades de imigração, empregadores e comunidades em que se estabeleceram. O governo de Mbeki fez pouco para resolver essas questões (Sidiropoulos, 2008, p. 110, tradução nossa⁴²).

Mbeki além de não ajudar na resolução da crise no vizinho, expôs a África do Sul a uma posição de incapacidade de resolver conflitos regionais, prejudicando a busca do país pela posição inquestionável de liderança regional. Ainda que no geral a política externa dele não tenha sido eficiente diante ao Zimbábue, não podemos dizer que não houveram tratativas e tentativas de soluções.

A crise no país segue se aprofundando nos anos seguintes e, em 2008, na Cúpula da União Africana, é decidido que a SADC deveria, formalmente, atuar como mediadora da crise no Zimbábue. Na Reunião de Cúpula da SADC, alguns meses depois, é indicado o Presidente da África do Sul, Thabo Mbeki, como mediador chefe [...]. A mediação da África do Sul, que se concentrou na tentativa de diálogo entre a oposição e a ZANU-PF, esperava tratar de uma ampla gama de assuntos, mas resultou em alguns pequenos resultados (Schutz, 2018, p. 139).

Após a saída de Mbeki, Kgalema Motlanthe assumiu provisoriamente a presidência em 2008, optando por manter a mesma linha diplomática de seu antecessor. A política externa sul-africana em relação ao Zimbábue não passou por mudanças significativas, com Motlanthe enfatizando a mediação da África do Sul na SADC e a promoção da estabilidade regional. (Lalbahadur; Otto, 2013).

Em 2009, Jacob Zuma assumiu a presidência e, desde então, a África do Sul consolidou seu papel fundamental como representante do continente africano em grande parte das organizações internacionais e fóruns de diálogo globais. No que diz respeito a questões regionais, o governo de Zuma adotou uma postura não-confrontacionista, focando na promoção da paz, segurança e estabilidade. Destaca-se também a reaproximação com Angola, que foi identificada como o

⁴² Texto original: For all the foreign policy triumphs that can be ascribed to Mbeki, the one engagement that generated the most debate and heated criticism both at home and abroad was (and still is) Zimbabwe. Paradoxically, Mbeki's 'quiet diplomacy' vis-a-vis Zimbabwe yielded the least results, although it was the most directly relevant foreign policy engagement from the perspective of South African self-interest. Defying attempts at resolution, the ongoing crisis accelerated the flow of Zimbabwean refugees into South Africa where they were perceived by the general public to be competing for jobs with South African poor and poorly treated and exploited by immigration authorities, employers and communities in which they settled. Mbeki's government did little to resolve these issues.

principal parceiro africano da África do Sul, em detrimento de outros países, como o Zimbábue (Rizzi; Schutz, 2014).

A política externa de Zuma representou uma virada de chave para as relações internacionais sul-africanas, pois a partir dele pode-se notar uma real reinserção da África do Sul no cenário regional. O que se pode perceber das relações África do Sul- Zimbábue é que, nos primeiros anos da presidência de Zuma, sua administração adotou uma postura confrontacional em relação a Mugabe e seu partido. Isso foi provavelmente influenciado pelas críticas direcionadas a Mbeki por sua abordagem mais branda em relação ao vizinho, e pode ter sido motivado pelo desejo de Zuma de estabelecer sua própria abordagem e se diferenciar de seu antecessor. No entanto, durante o meio de seus dois mandatos, Zuma e sua administração passaram a adotar uma postura mais semelhante à de Mbeki. Principalmente devido a experiência acumulada na região da África Austral e ao reconhecimento da influência de Mugabe na área (Langa; Shai, 2020).

De acordo Langa e Shai (2020), com Durante seu mandato, embora não fosse sua principal prioridade, Zuma conseguiu empenhar tempo à recuperação da economia do Zimbábue e ao fortalecimento dos laços econômicos entre ambos. É relevante destacar que, no período pós-2009, as relações entre a África do Sul e o Zimbábue foram amplamente influenciadas por Pretória, devido às dinâmicas de poder desiguais entre os dois países. Mesmo assim, o vizinho conseguiu mostrar uma resistência considerável às pressões sul-africanas, utilizando a retórica anti-imperialista e o princípio amplamente respeitado de não interferência nos assuntos internos de outros Estados, muito também devido o grau de importância que a África do Sul deu ao Zimbábue.

Conforme Baran, a política externa da África do Sul em relação ao Zimbábue durante o governo de Cyril Ramaphosa (2018-presente) tem sido marcada por diplomacia cautelosa e engajamento pragmático. Ambos os países compartilham um passado de colonialismo de colonos e regimes de minoria branca, mas seguiram trajetórias diferentes após suas independências. Ramaphosa, ao assumir o poder após o governo de Jacob Zuma, manteve uma abordagem de não intervenção direta nos assuntos internos do Zimbábue, preferindo resolver as crises políticas através de negociações na SADC.

A postura de Ramaphosa reflete a preocupação em preservar a estabilidade regional e evitar um colapso no Zimbábue, que poderia agravar a crise de imigração

para a África do Sul. A relação econômica entre os dois países também é um fator determinante, pois a África do Sul é um dos principais parceiros comerciais do Zimbábue, o que reforça a necessidade de uma política externa pragmática. Embora Ramaphosa tenha sido pressionado a condenar a repressão do governo de Emmerson Mnangagwa, ele tem optado por uma abordagem mais discreta, buscando manter a diplomacia como principal ferramenta de diálogo (Baran, 2023).

Para Baran (2023), apesar da cautela sul-africana, a falta de ação mais assertiva tem gerado críticas, já que a presidência de Mnangagwa não trouxe a democratização esperada no Zimbábue. O governo sul-africano, embora comprometido com a estabilidade, enfrenta desafios em sua política externa, tentando equilibrar as pressões internas e internacionais com a necessidade de manter a paz e a cooperação regional, especialmente em um contexto de desilusão política após as crises dos governos de Mugabe e Zuma.

4. PROJEÇÃO DA ÁFRICA DO SUL COMO POTÊNCIA NA REGIÃO DA ÁFRICA AUSTRAL

A África do Sul emerge como um ponto focal não apenas dentro do continente africano e da região sul da África, mas também dentro do sistema mundial. Sua localização estratégica, tanto geopolítica quanto geoeconomicamente, confere-lhe um papel crucial no panorama internacional contemporâneo. Logo, compreender as relações internacionais desse Estado é fundamental não apenas para decifrar sua própria dinâmica de política externa, mas também para desvendar os complexos processos políticos e as complexidades das interações internacionais em toda a região africana.

Dessa forma, ao se tratar da África do Sul torna-se quase impossível entender sua política externa sem levar em consideração seus aspectos internos, dessa forma, essa análise usará como base a teoria do Realismo Neoclássico. Uma vez que, de acordo com Silva (2015), o Realismo Neoclássico supõe que elementos sistêmicos são influenciados por características domésticas dos Estados, levando a respostas não homogêneas a incentivos estruturais.

Nesse vies, a África do Sul, desde o fim do *Apartheid*, tem buscado se posicionar como uma potência regional na África Austral. Inegavelmente, sua transição para um regime democrático, em meados dos anos 1990, redefiniu sua política externa e inserção no cenário internacional, ao mesmo tempo em que moldou as relações do país com seus vizinhos. O país tem utilizado, ou ao menos tentado utilizar, sua posição geopolítica, suas capacidades econômicas e sua experiência política para projetar influência na região e liderar processos de integração e estabilização.

Este capítulo, portanto, busca examinar a trajetória da África do Sul em consolidar-se como uma potência regional, explorando a aplicação da teoria do Realismo Neoclássico em sua política externa e a análise entre as expectativas criadas em torno de sua projeção de poder e a realidade de seus desafios regionais. Para tal, a estrutura do capítulo está dividida em três subcapítulos sendo o primeiro deles a conceituação da teoria realista neoclássica, seguido pela aplicação do Realismo Neoclássico na política externa sul-africana e, por fim a apresentação sobre a projeção de poder sul-africana na África Austral, buscando entender as expectativas e a realidade da diplomacia da África do Sul.

4.1. Realismo Neoclássico

Nesta seção, abordaremos a conceituação do realismo neoclássico nas relações internacionais, uma corrente que busca complementar as limitações do realismo clássico e do neorealismo ao integrar variáveis internas e externas no estudo do comportamento estatal. O realismo neoclássico oferece uma perspectiva mais abrangente, ao sugerir que as ações dos Estados não são apenas influenciadas pela estrutura do sistema internacional, mas também por fatores domésticos, como a política interna, a percepção dos líderes e as capacidades estatais. Assim, exploraremos como essa teoria busca explicar de forma mais complexa as escolhas de política externa no cenário global.

Ainda nessa ideia, partindo do pressuposto que “política externa é o instrumento de relação entre Estados e suas elites com os fatores internacionais e estruturais do sistema regional” (Silva, 2017, p. 73), observa-se que as teorias de relações internacionais formuladas pelo Realismo Neoclássico procuram examinar como mecanismos sistêmicos influenciam nas abordagens de política externa adotadas por nações de maneiras diversas, por meio de processos internos, tais como coesão entre elites, fragilidade interna, percepção individual, associados à formação dos Estados (Schweller, 2006; Zakaria; 2008).

A corrente do realismo neoclássico é uma vertente da tradição realista nas Relações Internacionais, que busca entender a dinâmica da política internacional por meio da análise do poder como meio de troca e das interações geralmente conflitantes entre os Estados. Vale ressaltar que o que diferencia o realismo neoclássico das correntes predecessoras é sua tentativa de examinar o comportamento dos Estados na arena internacional a partir de uma análise tanto do nível interno (ou doméstico) quanto do nível externo (ou internacional) (Dawood, 2016; Lima, 2021).

De acordo com Silva (2017) e Zakaria (2008), essa corrente parte da premissa de que os fatores sistêmicos do cenário internacional não são suficientes para explicar, por si só, as ações dos Estados. Em vez disso, ela argumenta que esses fatores são mediados por aspectos internos, como a política doméstica, as percepções dos líderes e a capacidade estatal. Ou seja, os Estados não reagem de maneira uniforme ou automática aos estímulos do sistema internacional, já que cada Estado filtra essas pressões externas de acordo com suas características internas, o que resulta em respostas diferenciadas, mesmo em situações semelhantes.

Nesse ínterim, as teorias de política externa desenvolvidas pelo realismo neoclássico buscam entender como os mecanismos sistêmicos, como a distribuição de poder no sistema internacional, influenciam a política externa de diferentes países de maneira variada, estão suscetíveis a processos domésticos específicos. Entre esses processos, destacam-se a coesão das elites políticas, a vulnerabilidade interna do Estado e as percepções individuais dos tomadores de decisão. Nesse sentido, esses fatores internos moldam a capacidade de um país de reagir a pressões externas, influenciando a maneira como os Estados formulam sua postura internacional. (Lobell; Ripsman; Taliaferro, 2009; Rose, 1998; Schweller, 2003).

Desse modo, conforme Silva (2017), o realismo neoclássico oferece uma análise mais detalhada ao conectar as dinâmicas internas à construção e consolidação dos Estados com os desafios impostos pelo sistema internacional. Uma vez que, “se um Estado tentar ou não mudar o sistema internacional depende basicamente da natureza do Estado e da sociedade que ele representa” (Gilpin, 1981, p. 54). Nesse sentido, a construção do Estado abrange tanto fatores sistêmicos externos, de âmbito global e regional, quanto dinâmicas internas.

Lobell, Ripsman e Taliaferro (2009), na obra *Neoclassical realism, the state, and foreign policy*, propõe três vertentes⁴³ do realismo neoclássico, porém para tal análise focaremos na terceira delas. Nesta perspectiva, essa abordagem apresenta variáveis específicas. Para explicá-la os autores descrevem o sistema internacional e seus estímulos como uma variável independente, classificando o realismo neoclássico como uma teoria centrada no Estado, embora reconheçam a presença de outros atores. Soma-se a isso o conceito de modificadores estruturais, que afetam o comportamento dos Estados de maneira uniforme ou não, impactando assim a estrutura do sistema. Esses modificadores podem incluir geografia, difusão tecnológica e o equilíbrio entre tecnologias militares ofensivas e defensivas. Tais fatores, segundo os autores, podem alterar os efeitos da estrutura sistêmica (como a anarquia internacional e a distribuição de capacidades), apesar de não serem

⁴³ Combinando abordagens sistêmicas e internas, e superando as limitações mencionadas, os autores propõem duas variantes do realismo neoclássico. A primeira versão considera que, na maioria das vezes, o equilíbrio internacional ocorre de forma automática (como sugere o realismo estrutural), e o realismo neoclássico só precisaria intervir para explicar casos excepcionais de desvio, como erros de interpretação por parte dos líderes ou restrições políticas/econômicas internas. Já a segunda versão acredita que o realismo neoclássico pode explicar uma variedade mais ampla de comportamentos de política externa, e não apenas anomalias (Lobell; Ripsman; Taliaferro, 2009).

estruturais em si. Essas mudanças afetam principalmente as interações externas entre Estados (Lobell; Ripsman; Taliaferro, 2009; Lima 2021).

Assim, se pode afirmar que o contexto e os meios disponíveis ao Estado e suas elites, juntamente com as dinâmicas das relações entre Estado e sociedade, são fundamentais para compreender as escolhas de política externa. Visto que, esses fatores não operam de forma isolada, mas em interação constante com o ambiente internacional. Logo, para uma análise mais abrangente dessas interações, torna-se essencial aplicar abordagens teóricas que integrem tanto variáveis internas quanto externas. Nesse contexto então, o Realismo Neoclássico surge como uma importante ferramenta analítica, oferecendo uma visão mais complexa das ações estatais. Portanto, na próxima seção, abordaremos como essa corrente teórica pode ser aplicada ao estudo da política externa sul-africana, explicando como fatores domésticos e sistêmicos influenciam suas decisões no cenário internacional e buscando entender qual a posição da África do Sul diante da África Austral.

4.2. Realismo Neoclássico aplicado na política externa sul-africana

Tendo em vista o tópico anterior, pode-se assumir que o Realismo Neoclássico, uma corrente teórica que combina elementos do realismo estrutural e considerações de nível doméstico, oferece uma lente útil para analisar a política externa sul-africana. De acordo com essa abordagem, embora as pressões sistêmicas do ambiente internacional sejam determinantes cruciais, as percepções e capacidades internas do Estado também desempenham um papel fundamental na formulação das suas estratégias externas. Nesse sentido, no contexto da África do Sul, esse enquadramento ajuda a explicar como o país busca equilibrar sua posição como liderança regional, enquanto enfrenta limitações internas, além de pressões externas, como a competição por influência no continente africano.

Partindo do pressuposto que interação entre esses fatores molda as decisões sul-africanas, revelando a complexidade de sua política externa, objetiva-se analisar se a África do Sul consegue se estabelecer como liderança na região da África Austral por meio de sua política externa, principalmente em vista de suas relações com Angola, Moçambique e Zimbábue durante o período de 1999 a 2024, visto no capítulo anterior.

Dessa forma, Randall Schweller (2006), especialista em política internacional, argumenta que as potências regionais do sul global, como a África do Sul,

frequentemente enfrentam restrições em suas ações devido às limitações de sua capacidade estatal. Entre os principais desafios estão a falta de coesão interna, a baixa legitimidade das instituições estatais e o predomínio do foco governamental em questões domésticas, em detrimento de uma atuação mais ampla no cenário internacional.

A partir dessa abordagem dessa relação de causa e consequência entre o âmbito doméstico e a postura assumida por cada Estado na arena internacional, pode-se analisar que foi a partir da transição do Regime do *Apartheid* para um governo democrático que a África do Sul se viu diante de uma nova política externa, dado que entre o final dos anos 80 e o começo dos anos 90, de acordo com Rizzi e Schutz (2014), o fim do *Apartheid* resultou para a África do Sul uma mudança expressiva em suas estruturas sociais, econômicas e políticas, possibilitando o término do isolamento do país no cenário internacional.

Nesse ínterim, baseando-se nas relações internacionais da África do Sul frente à África Austral, a partir do legado de Mandela, sua importância tanto para as transformações internas que impactaram a postura sul-africana no cenário internacional, quanto para a criação das bases da nova política externa sul-africana. Conforme aponta Otávio (2021b), Mandela fundamentou sua atuação em três metas principais para a redefinição da política externa. Sendo o primeiro objetivo o rompimento com o paradigma de inserção internacional vigente durante o regime do *Apartheid*. Já o segundo foi a busca por uma presença mais ativa no cenário global, fortalecendo os laços internacionais e aumentando a participação do país em organismos internacionais e articulações multilaterais. E a terceira meta envolvia o interesse pela integração no continente africano, buscando não apenas o fortalecimento dos vínculos bilaterais com outras nações, mas também a admissão na OUA e na SADC.

Em outras palavras, o fim do regime do *Apartheid* na África do Sul em 1994 marcou uma transformação radical na sua política interna e externa. A diplomacia sul-africana na época desse regime era caracterizada por uma conduta defensiva e isolacionista, com a África do Sul se tornando um pária global devido à sua política de segregação racial. Após a democratização, a África do Sul emergiu como um líder regional na África Austral e adotou uma postura mais cooperativa e engajada no sistema internacional, com forte ênfase na diplomacia multilateral e na integração

regional, especialmente através da SADC (Vale, 2003; Rizz; Schutz, 2014; Silva, 2017).

De acordo com Silva (2017), os progressos e as limitações do processo de reconstrução estatal no pós-apartheid influenciaram de forma direta as respostas da política externa regional ao longo do período. Um exemplo claro disso, na política externa regional do governo Mandela, foi que a SADC serviu como meio de legitimação para a ação simbólica de formalizar a "[...] estrutura hierárquica da região, uma forma de multilateralismo construído em torno do poder da África do Sul [...]" (Vale, 2003, p. 132).

Analisando pela ótica da teoria, o Realismo Neoclássico ajuda a explicar essa transição. Dado que de acordo com o pensamento realista neoclássico, a mudança na política externa da África do Sul deve ser entendida pela transformação da ordem sistêmica global, levando em consideração o cenário do pós-Guerra Fria e a queda da bipolaridade, e também, tão importante quanto, pelos fatores internos que remodelaram a estrutura estatal e a composição das elites políticas no país. Ainda conforme o Realismo Neoclássico, a política externa é moldada, também, pelas elites definidoras de política externa⁴⁴ que interpretam as pressões sistêmicas de acordo com suas próprias percepções e interesses. No caso da África do Sul, a transição democrática trouxe uma nova elite política ao poder, liderada pelo CNA, que tinha uma visão fundamentalmente diferente em relação ao papel do país na região e no mundo. (Silva, 2017; Schweller, 2018).

[...] o ANC, procurava desfazer-se da imagem de movimento comunista revolucionário e ressaltar seus valores democráticos, sua aceitação de práticas de livre-comércio, multipartidarismo e realismo periférico. O ANC percebia a necessidade de uma rearticulação da sua política exterior devido ao colapso da URSS e à percepção de uma nova ordem com tendência multipolar, dominada politicamente pelos EUA (DÖPCKE, 1998, p. 146) [...]. A mobilização contundente do ANC, aliada à atenção internacional para que se garantisse a concretização da transição na África do Sul, limitou os prospectos de ação externa e a confinou ao uso de instrumentos diplomáticos para assegurar a reorganização regional (Silva, 2017, p. 198).

⁴⁴ Esta tipologia de elites definidoras de política externa assume o pressuposto da teoria das elites de que "[...] o poder político pertence sempre a um restrito círculo de pessoas: o poder de tomar e de impor decisões válidas para todos os membros do grupo." (Bobbio, 1998, p. 385). Quer gostemos ou não, a política externa em geral concentra-se nas mãos de poucos, justificada pelo apelo de lidar com interesses especiais e muitas vezes sigilosos da política pública (Carlsnaes, 2002, p. 432-433; Cohen, 1968, p. 530). Entretanto, isso não significa que esse grupo seja homogêneo ou esteja isolado de interações com outras elites (visão pluralista), tampouco com outros grupos sociais (Silva, 2017, p. 96-97).

Esses teóricos de política internacional pós-Apartheid, influenciados pela ideologia do CNA e pelas vivências de resistência ao apartheid, buscaram reformular a diplomacia da África do Sul com o objetivo de promover a justiça social e a segurança regional. O presidente Nelson Mandela, seguido por Thabo Mbeki, formulou uma política internacional que priorizava a reconciliação, a colaboração e o crescimento econômico. A ideia de "Renascimento Africano", defendida por Mbeki, exemplifica essa nova diretriz, que visava revitalizar a África como um continente de paz e prosperidade, com a África do Sul à frente desse movimento (Visentini, 2010; Ned, 2022).

Conforme Kelly (2007), o continente africano esteve por séculos sob a lógica e o domínio de potências estrangeiras, sendo por muito tempo visto apenas como um território de disputa entre grandes forças. Nesse contexto, surge a necessidade de apresentar o conceito de um Renascimento Africano, central na política da África do Sul, o qual reconhece os efeitos do colonialismo, como fronteiras artificiais e divisões étnicas, mas também enxerga o potencial de modernização da região. Ou seja,

[...] African Renaissance pode ser compreendido a partir de duas dimensões, sendo a primeira relacionada às transformações vistas tanto no cenário internacional quanto no regional, ambas favoráveis ao continente. No cenário internacional, tal favorecimento relaciona-se à maior presença de potências tradicionais e emergentes no continente africano, motivadas, principalmente, pela busca por recursos naturais. Já no âmbito regional, o aumento das eleições democráticas, o declínio ou fim de regimes autoritários, o crescimento econômico e a diminuição do número de guerras existentes, são alguns dos exemplos que simbolizavam um continente em transformação (Nyang'oro; Shaw, 2000). Paralelamente a essa dimensão, a segunda diz respeito ao protagonismo da África do Sul nesse processo de renascimento, no caso, de tornar-se um ator importante no convencimento dos países africanos à adotarem mudanças nas áreas da política, da economia e da segurança. (Otavio, 2021b, p.10)

Como dito, outro aspecto central do Realismo Neoclássico é o reconhecimento de que a política externa de um Estado é limitada pela sua capacidade interna, incluindo recursos econômicos e militares. Nesse sentido, de acordo com dados do site Trading Economics (2024), embora a África do Sul seja a maior economia da África Austral, com o maior Produto Interno Bruto da região, suas limitações econômicas internas, marcada pela desigualdade social, desemprego e escassez de oportunidades, afetam sua capacidade de agir como uma liderança hegemônica plena na região.

Essas restrições foram visíveis em várias situações em que a África do Sul tentou mediar conflitos regionais ou participar de iniciativas de desenvolvimento. Por exemplo, enquanto o país desempenhou um papel crucial no estabelecimento da NEPAD e em várias missões de paz na África, sua capacidade de sustentar essas iniciativas foi limitada pelos desafios econômicos e sociais domésticos. Isso reflete a necessidade de balancear as ambições internacionais com os recursos disponíveis, outro ponto fundamental do Realismo Neoclássico.

Nesse âmbito, pode-se observar que as tomadas de decisões acerca das diretrizes da política externa sul-africana ditam diretamente a conduta da África do Sul com seus vizinhos e também em sua imagem na região. De acordo com Schutz (2014), Buzan e Weaver (2003), os complexos regionais de segurança⁴⁵ compreendem quatro níveis de análise, o qual, para esse trabalho, dedicaremos apenas aos dois primeiros. O primeiro refere-se ao doméstico, que aborda a situação interna dos países, com foco especial na estabilidade política, já o segundo nível diz respeito às relações Estado-Estado, que efetivamente configuram a região.

Os problemas de segurança na África, como destacam Buzan e Waever (2003), estão tanto no nível doméstico quanto nas relações entre os Estados. A origem desses problemas, contudo, são, majoritariamente, questões internas, como os fluxos de refugiados e as guerras civis; nesse sentido, os autores afirmam que a interação em termos de segurança, na região, dá-se, muito mais, pela fraqueza dos Estados do que pela força. Söderbaum (1998) compartilha a opinião dos autores, afirmando que a principal fonte de insegurança da África Austral são os conflitos domésticos (Schutz, 2014, p. 30).

De acordo com Landsberg (2010) e Silva (2017), as pressões econômicas e sociais internas da África do Sul, especialmente resultantes das políticas neoliberais e das desigualdades deixadas pelo *Apartheid*, limitaram significativamente a política externa sul-africanas durante o governo de Thabo Mbeki por exemplo. A necessidade de conciliar crescimento econômico com redistribuição de renda e engajamento do setor privado fez com que Mbeki vinculasse a transformação doméstica à atuação internacional, especialmente na África e no sul global. No entanto, as demandas internas por superação da pobreza e desigualdade criaram limites para a política externa, que precisou ser moldada por um pragmatismo que

⁴⁵ Os complexos regionais de segurança, para Buzan e Waever (2003), representa um conjunto de unidades cujos principais procedimentos de securitização, dessecuritização, ou ambos, estão tão entrelaçados que suas questões de segurança não podem ser adequadamente examinadas ou tratadas de forma isolada.

evitasse rupturas. Assim, ainda segundo os autores, a projeção externa do país passou a depender de uma atuação mais cautelosa e centrada no multilateralismo, com destaque para instituições regionais como a SADC, que buscavam promover a integração econômica e estabilização política.

Internamente, o governo lidava com a necessidade de estabilidade e crescimento, o que influenciou diretamente suas escolhas externas. A política de “diplomacia silenciosa”, adotada em crises como a do Zimbábue, refletia as limitações impostas pelas pressões internas, evitando confrontos mais diretos que pudessem repercutir negativamente no cenário doméstico. Ao mesmo tempo, iniciativas como a criação do SAFTA⁴⁶ e do RISDP⁴⁷ mostravam que a África do Sul buscava fortalecer sua liderança regional através de maior integração econômica e estabilização securitária. No entanto, o foco nas demandas domésticas restringiu o país de adotar uma política externa mais assertiva, priorizando a mediação e a estabilidade como forma de garantir, também, sua própria transformação interna (Vieira, 2010; Vickers, 2012; Landsberg, 2012).

Tendo isso em vista, analisa-se que o Realismo Neoclássico destaca como a política externa de um Estado é influenciada pela percepção das elites em relação à segurança e à posição estratégica do país frente a seus vizinhos. No caso da África do Sul, suas relações com os países da África Austral, como Angola, Moçambique e Zimbábue, têm sido marcadas por uma combinação de cooperação e conflito. Embora a África do Sul tenha promovido a integração regional, seus interesses nacionais nem sempre se alinharam com os de seus vizinhos. As tensões com o Zimbábue, especialmente durante o regime de Robert Mugabe, ilustram os dilemas enfrentados pela África do Sul ao tentar equilibrar sua política externa entre a cooperação regional e seus próprios interesses estratégicos (Schweller, 2014; Silva, 2017; Langa; Shai, 2020).

Com base nos critérios de análise oferecidos pelo Realismo Neoclássico, que integra variáveis internas e sistêmicas, o pensamento das elites responsáveis pela política externa, e os desafios internos de construção do Estado, podemos entender como os incentivos sistêmicos influenciam o comportamento internacional de um país. Isso explica como a política externa pode variar de acordo com cada

⁴⁶ Área de Livre Comércio da SADC.

⁴⁷ *Indicative Strategic Development Plan* (Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional).

presidência. No caso do atual presidente sul-africano, Ramaphosa, por exemplo, há uma busca clara por protagonismo no cenário internacional.

Paralelamente à diplomacia econômica, a universalidade na política externa e a valorização do multilateralismo podem ser expressas no âmbito político-diplomático. No entanto, diferentemente dos governos Mbeki e Zuma, o que se percebe é a busca da administração Ramaphosa em utilizar tais ferramentas como forma de resgatar o status de país com forte dimensão moral, e, nesse sentido, aproximar-se da política externa adotada ao longo da administração Mandela (Otavio, 2021b, p. 97).

A conexão entre o protagonismo internacional buscado por Ramaphosa e a abordagem estratégica de pan-africanismo adotada pelas elites sul-africanas está na visão compartilhada de que o desenvolvimento interno da África do Sul depende da prosperidade regional. Sob a ótica do Realismo Neoclássico, essa perspectiva das elites molda as ações externas, buscando não apenas ganhos econômicos e diplomáticos para o país, mas também a promoção de uma política que fortaleça os vínculos com seus vizinhos. Ramaphosa, ao enfatizar o multilateralismo e a universalidade em sua política externa, reflete essa consciência de que o sucesso da África do Sul no cenário internacional está ligado à estabilidade e ao desenvolvimento da África Austral, aproximando-se assim das ideias de Renascimento Africano (Silva, 2017; Lubaszewski, 2019; Otavio, 2021b).

As elites responsáveis pela política externa sul-africana, ao reconhecerem que o desenvolvimento sustentável do país está intrinsecamente ligado à prosperidade dos países vizinhos, adotaram uma abordagem estratégica de pan-africanismo. Com base na percepção de que a África do Sul não pode florescer cercada por um "mar de pobreza", essas elites passaram a promover uma visão que integra o país à realidade de subdesenvolvimento do continente. Esse reconhecimento impulsionou a política externa sul-africana a reforçar a ideia de Renascimento Africano, priorizando o fortalecimento econômico e político da região como parte de seu próprio interesse nacional. Essa postura também reflete a responsabilidade assumida pelo país em contribuir para a estabilidade e o desenvolvimento da África Austral, consolidando sua liderança regional e seu compromisso com a integração continental. (Barber, 2005; Habib 2009; Lubaszewski, 2019).

A política externa da África do Sul, influenciada tanto por variáveis internas quanto sistêmicas, é profundamente moldada pelas elites políticas que enxergam o

desenvolvimento regional como um elemento central para o sucesso do país. Desde Mandela até Ramaphosa, os governos sul-africanos têm reconhecido que a prosperidade da África do Sul não pode ser isolada do contexto africano mais amplo. A combinação da busca por protagonismo internacional, a adoção de uma política pan-africanista e o resgate de valores morais na arena global mostram como a política externa sul-africana evoluiu, mas mantém a centralidade da cooperação regional como pilar de seu sucesso.

A posição regional da África do Sul, desde 1994, busca equilibrar as dinâmicas internas e externas, enquanto tenta assumir o controle da ordem regional. Desde uma política mais cautelosa e voltada para a construção de credibilidade sob a liderança de De Klerk até uma política regional cada vez mais ativa com Mandela, Mbeki, Zuma e Ramaphosa, o país procurou e procura estabelecer um sistema regional suficientemente institucionalizado para fomentar a participação dos países vizinhos, mas restrito a um arranjo que garantisse a centralidade da África do Sul. Porém uma das características dessa abordagem foi a ambiguidade, embora a cooperação regional tenha sido a base de sua nova inserção internacional, ela se estruturou em uma tensão entre, por um lado, a solidariedade regional e a promessa de renascimento, e por outro, os interesses de uma elite econômica herdada do *Apartheid*, refletindo as pressões econômicas de caráter hegemônico (Visentini, 2010; Siva 2017; Otavio, 2021b).

4.3. Expectativa versus Realidade: a projeção de poder sul-africana na região da África Austral

A política externa sul-africana, entre os anos de 1999 e 2024, vem sendo marcada por uma série de interações estratégicas com os países vizinhos da África Austral, notadamente Angola, Moçambique e Zimbábue. Neste período, a África do Sul vem tentando consolidar sua influência regional e garantir sua segurança mediante uma abordagem que combinava elementos de cooperação e competição. Dado que, seguindo as ideias de Adler e Greve (2009), as estratégias adotadas por lideranças regionais têm o potencial de influenciar de maneiras diversas as dinâmicas regionais e os arranjos institucionais.

De acordo com o que se analisa da corrente do Realismo Neoclássico, um Estado precisa associar as variáveis domésticas, como a capacidade estatal e a coesão política, a capacidade do governo de mobilizar o poder material de maneira

eficaz, a habilidade de perceber as ameaças e oportunidades no cenário internacional por parte das elites definidoras de política externa para alcançar os objetivos de sua política externa (Zakaria, 2008). Nesse sentido, a África do Sul, após o fim do *Apartheid*, pretendia desempenhar um papel central na estabilização e desenvolvimento da África Austral (Pallotti; Zambernardi, 2016).

Ao observarmos que “[...] os problemas africanos devem ser resolvidos pelos africanos. Os interesses comuns e a responsabilidade com relação ao bem-estar econômico, sociológico e ambiental da África Austral devem ser as bases da cooperação e da boa vizinhança” (Mendonça, 2000, p. 42, tradução nossa)⁴⁸, pode-se entender que se estabelecer, na África, em específico na África Austral, como a liderança regional revela-se estrategicamente necessário para os interesses sul-africanos. Vale ressaltar, que Herbst, um dos principais acadêmicos em estudos africanos em seu texto *Western and African Peacekeepers: Motives and Opportunities* (2000), aponta critérios implícitos para a caracterização de lideranças regionais, destacando que as lideranças são, por definição, grandes e capazes de projetar poder além de suas próprias fronteiras de forma imparcial.

Consoante a Zakaria (2000) e Silva (2017), a habilidade de influência concentra-se principalmente na capacidade do Estado de converter recursos disponíveis em potencial (potência nacional) em habilidades eficazes de ação no sistema (poder real). Portanto, as competências do Estado terão um impacto significativo na disposição das elites responsáveis pela formulação da política externa de agir de forma proativa no sistema. Nesse contexto, analisando o comportamento da África do Sul diante de seus vizinhos, a fim de entender se esse Estado consegue se estabelecer como liderança regional, através das dinâmicas de sua política externa, é possível perceber uma discrepância entre as expectativas e a realidade da atuação da política externa sul-africana.

Desde o fim do *Apartheid* em 1994, a África do Sul foi posicionada como a principal potência regional da África Austral, com a expectativa de liderar iniciativas de integração e desenvolvimento econômico. Esse papel de hegemonia regional, baseado em sua economia robusta, estabilidade política e envolvimento em blocos internacionais, gerou grandes expectativas de que o país conduziria o progresso

⁴⁸ Texto original: “[...] African problems must be solved by Africans. Common interests and responsibility for the economic, sociological and environmental well-being of southern Africa must be the basis for cooperation and good neighborliness.

regional. No entanto, a realidade da projeção de poder sul-africana na África Austral revelou desafios internos e externos que limitaram o alcance dessas aspirações (Pallotti; Zambenardi, 2016; Mlambo; Adetiba, 2020).

Pallotti e Zambenardi (2016) apresentam as expectativas quanto ao papel da África do Sul no cenário internacional pós-*Apartheid*. A África do Sul pretendia desempenhar um papel central na estabilização e desenvolvimento da África Austral. Isso foi impulsionado por sua inserção em blocos globais como os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), que deu à África do Sul uma plataforma global para atuar como porta-voz do continente africano e da região da África Austral, ao menos na teoria. Esperava-se que o país liderasse iniciativas de paz, democracia e desenvolvimento econômico na região, fortalecendo a segurança e promovendo reformas em instituições globais como o Conselho de Segurança da ONU e o Fundo Monetário Internacional.

A transição da África do Sul para a democracia em 1994 e seu crescimento econômico substancial posicionaram o país como uma força natural para liderar a integração regional e um representante claro dos interesses da África Austral, de acordo com a interpretação da diplomacia sul-africana. Dessa forma, com base em sua capacidade econômica e militar, esperava-se que a África do Sul impulsionasse iniciativas como o desenvolvimento de infraestrutura, a paz regional e o fortalecimento das economias dos países vizinhos (Mlambo; Adetiba, 2020).

De fato, e além das instituições regionais e continentais, os estados hegemônicos (países que possuem economias relativamente robustas) eram vistos como atores imperativos no estímulo à integração regional em seus territórios e na África em geral. Ao restringir isso à África Austral, o fim do apartheid na África do Sul deu ao país a plataforma perfeita para orientar suas estruturas de integração regional como resultado de sua economia relativamente robusta e postura hegemônica em comparação com seus vizinhos (Mlambo; Adetiba, 2020, p. 6-7, tradução nossa)⁴⁹.

Essas expectativas foram reforçadas pelo papel ativo da África do Sul em blocos multilaterais, como a SADC e o BRICS, que lhe deram uma plataforma para articular uma agenda de desenvolvimento continental. O governo sul-africano,

⁴⁹ Texto original: Indeed, and apart from regional and continental institutions, hegemonic states (countries possessing relatively robust economies) were viewed as imperative role players in stimulating regional integration in their territories and Africa at large. By narrowing this to Southern Africa, the end of apartheid in South Africa gave the country the perfect platform to steer its regional integration frameworks as a result of its relatively robust economy and hegemonic posture in comparison to its neighbours.

especialmente durante o início dos anos pós-apartheid, buscou integrar o país com seus vizinhos e promover iniciativas que favorecessem a estabilidade e o desenvolvimento na região (Prinsloo, 2019).

A política externa da África do Sul tornou-se mais previsível, orientada para o continente africano e focada na cooperação multilateral. Nesse contexto, o país conduziu suas relações com a África por meio de estruturas multilaterais, especialmente na SADC, e passou a alinhar suas preocupações de segurança nacional com as da região. Essa abordagem multilateral revelou a África do Sul como uma "potência média", cujos líderes acreditavam que, embora o país não pudesse agir de forma eficaz isoladamente, poderia exercer uma influência significativa em pequenos grupos ou por meio de instituições internacionais (Prinsloo, 2016).

Apesar das expectativas e mesmo que a África do Sul tenha se envolvido em várias operações de paz e tenha promovido políticas para integração regional, a realidade mostrou que a África do Sul enfrentou desafios consideráveis em seu papel de hegemonia regional. Internamente, o país continua a enfrentar problemas estruturais como desigualdade, altos níveis de desemprego e pobreza. Essas questões domésticas limitaram a capacidade de Pretória de dedicar recursos e atenção suficientes para seus compromissos regionais. Nesse sentido, entre os principais limitantes podemos destacar as fragilidades internas, contradições em suas políticas, tensões com outros países africanos e deficiência nas parcerias regionais (Pallotti; Zambenardi, 2016; Mlambo; Adetiba, 2020).

Segundo dados do Banco Africano de Desenvolvimento (ADGB)⁵⁰ de 2024, ao que tange às fraquezas internas, a África do Sul enfrenta grandes desafios econômicos e sociais, como consideráveis níveis de desemprego entre adultos e jovens, além de uma sociedade marcada por forte desigualdade social, dado que atualmente a África do Sul está entre os dez países mais desiguais do mundo. Inegavelmente isso afeta sua capacidade de atuar como uma potência regional robusta, restringindo a capacidade da África do Sul de projetar poder de forma consistente na região, uma vez que o foco principal do governo debruça-se, principalmente, sobre as questões nacionais (Pallotti; Zambenardi, 2016).

Como as elites sul-africanas enfrentaram o desafio de equilibrar a responsabilidade de liderança regional com a necessidade de lidar com problemas

⁵⁰ Do inglês *African Development Bank Group* (ADBG).

internos, isso acaba se refletindo em algumas incoerências na política externa do país, onde a busca por uma liderança regional, às vezes, foi limitada por crises internas, como instabilidade política, corrupção e fraturas dentro do CNA. Esse cenário nos leva ao segundo fator limitante, as contradições em suas políticas. Em conflitos, como o de Zimbábue, apresentado no capítulo anterior, as posições da África do Sul foram inconsistentes, o que gerou críticas e enfraqueceu sua liderança na região (Silva, 2017).

Isso, como Prys (2012) argumenta, mostrou ainda mais a pouca influência que Pretória tem nas questões regionais. Sua incapacidade de conter a vasta instabilidade política e o padrão de vida atender às expectativas internacionais prejudicou ainda mais sua postura hegemônica. Nesse sentido, com a África do Sul não assumindo uma posição robusta, isso foi uma preocupação para muitos, tanto na região quanto fora dela. Hamill (2018) observa outros fatores que minam a posição hegemônica de Pretória; O país demonstrou deferência exagerada aos pontos de vista de outros estados regionais, às vezes reformulando esses pontos de vista de acordo com seus valores e normas (Mlambo; Adetiba, 2020, p. 19, tradução nossa)⁵¹.

O Realismo Neoclássico também oferece uma explicação para o comportamento seletivo da África do Sul ao que se refere a termos de envolvimento militar e intervenções. Em casos como o Zimbábue, a África do Sul atuou como mediador e promotor da paz, mas mostrou hesitação em se envolver militarmente de maneira significativa. Isso pode ser explicado pela cautela das elites sul-africanas em evitar aventuras militares onerosas, dado o contexto doméstico delicado, além de limitações econômicas e operacionais das Forças Armadas Nacionais da África do Sul (SANDF). Nesse cenário, a influência limitada da África do Sul em questões regionais tão fundamentais mostrou a fragilidade de sua postura de liderança (Silva, 2017; Hamill, 2018).

Esse enfraquecimento na liderança sul-africana nos leva a outro ponto crucial, a perspectiva dos outros estados da região da África Austral em relação à posição sul-africana. Já que, segundo Pallotti e Zambernardi (2016), as relações com outros possíveis destaques regionais, como Angola, muitas vezes são marcadas por

⁵¹ Texto original: This as Prys (2012) argues further showed the little influence Pretoria has on regional issues. Its inability to stem the vast political instability and, the standard of living, meet international expectations further dented its hegemonic posture. In this vein, with South Africa not taking a robust stand in this was a concern to many, both in the region and beyond. Hamill (2018) notes other factors undermining Pretoria's hegemonic position; the country has demonstrated exaggerated deference to the viewpoints of other regional states, rather at times reshaping such views according to its values and norms.

competição, prejudicando a unidade africana. Além disso, investimentos sul-africanos em outros países africanos geraram críticas por serem vistos como neocoloniais.

A África do Sul é frequentemente vista como a liderança natural da região, especialmente por países de fora do continente africano, que tendem a considerá-la como a principal representante dos interesses da África Austral. No entanto, ao analisarmos a perspectiva dos Estados vizinhos, podemos identificar uma resistência em aceitar a África do Sul nessa posição de liderança. Muitos países da região demonstram cautela em relação às suas iniciativas, que são frequentemente interpretadas como movidas por interesses próprios, ao invés de voltadas para o benefício coletivo da África Austral e para a promoção de uma integração verdadeiramente equilibrada (Pallotti; Zambernardi, 2016; Hamil, 2018).

Para alguns, a hegemonia de Pretória é prejudicada como resultado de alguns estados regionais não estarem dispostos a aceitar sua liderança apenas por causa de suas políticas de desestabilização na era do apartheid e sua supremacia econômica pós-era do apartheid. Assim, sua liderança é mais bem-vinda na esfera internacional do que na região ou na África em geral (Mlambo; Adetiba, 2020, p. 18-19, tradução nossa)⁵².

Essa desconfiança se deve, em parte, ao histórico de ações sul-africanas que, segundo a visão de outros Estados, priorizam o fortalecimento de sua própria influência regional, em detrimento de uma abordagem mais cooperativa e integradora. Isso gera tensões e obstáculos para que a África do Sul seja amplamente reconhecida como a verdadeira líder e defensora dos interesses da região como um todo (Hamill, 2018).

Muito de seu ressentimento decorre do fato de que faz parte da bagagem que inevitavelmente acompanha o status de grande potência, pois as disparidades de poder às vezes geram oposição, resistência e até discórdia, em vez de obediência e aceitação. Assim, Pretória tem lutado nas últimas duas décadas para combater a percepção africana e da África Austral como um estado hegemônico de interesse próprio (Mlambo; Adetiba, 2020, p.17, tradução nossa)⁵³.

⁵² Texto original: To some, Pretoria's hegemony is hindered as a result of some regional states not willing to accept its leadership merely because of its destabilisation policies in the apartheid era and its economic supremacy post the apartheid era. Thus, its leadership is more welcomed in the international sphere than in the region or in Africa in general.

⁵³ Texto original: Much of its resentment stems from the fact that it forms part of the baggage that inevitably accompanies major power status as power disparities at times generate opposition, resistance, and even discord rather than obedience and acceptance. Thus, Pretoria has over the last two decades struggled to counter both the African and Southern African perception as a self-interested hegemonic state.

Esses interesses conflitantes acabam por dificultar, até certo ponto, um avanço mais sólido nos processos de cooperação e integração. Isso evidencia mais um obstáculo para a liderança da África do Sul, a defasagem nas parcerias regionais. A carência de cooperação entre os países da região é demonstrada pelo fato de que a colaboração dentro da SADC tem sido comprometida por divisões internas, limitações na implementação de mecanismos de segurança e pelo legado da política de desestabilização herdada do *Apartheid* (Pallotti; Zambernardi, 2016).

Portanto, a projeção da África do Sul como potência regional na África Austral demonstrou ambições significativas, mas enfrentou desafios consideráveis. Durante o período pós Mandela, o país tentou alavancar seu papel de liderança regional por meio de operações diplomáticas e de paz, ao mesmo tempo em que promoveu a agenda africana em fóruns internacionais como a UA e o BRICS. Entretanto, os resultados foram limitados, com a África do Sul sendo incapaz de manter consistentemente seu papel de líder. Além disso, os desafios internos da África do Sul, incluindo a falta de capacidade militar robusta e uma política interna fragmentada, minaram sua capacidade de projetar poder de forma eficaz e enfraqueceram a posição do país em momentos críticos, levando à sua retirada prematura de algumas missões de paz e à redução de sua influência em organizações como a ONU e a UA. Assim, embora a África do Sul tenha mantido seu status como uma voz relevante em assuntos africanos, suas dificuldades em projetar poder militar e manter uma política externa coesa limitaram sua consolidação como uma potência regional indiscutível (Prinsloo, 2019).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A África do Sul ocupa uma posição estratégica não apenas dentro da África Austral, mas também no cenário global, especialmente devido à sua localização geopolítica e sua relativa robustez econômica. Sua política externa pós-Apartheid, que busca fortalecer laços com os países vizinhos e promover a integração regional, reflete uma tentativa de consolidar-se como liderança na região. No entanto, os desafios internos e a complexidade das relações bilaterais, principalmente com Angola, Moçambique e Zimbábue, revelam os limites dessa influência.

Ainda assim, a atuação da África do Sul é essencial para a estabilidade e o desenvolvimento da África Austral, impactando diretamente as dinâmicas econômicas e políticas do continente. Essa relevância regional também amplia a importância do país no sistema internacional, onde a África do Sul desempenha um papel de interlocutor entre o continente africano e o restante do mundo, promovendo agendas de desenvolvimento, paz e segurança que são cruciais para o entendimento das Relações Internacionais contemporâneas.

Com base no problema de pesquisa proposto, o qual convém lembrar, buscou-se analisar se a África do Sul consegue se estabelecer como liderança na região da África Austral através, principalmente, de sua política externa em relação a Angola, Moçambique e Zimbábue durante o período de 1999 a 2024. A monografia foi estruturada de forma a contemplar todos os temas considerados pertinentes e que possuísem relação com o tema central. A partir de uma abordagem hipotético-dedutiva, de natureza qualitativa e de caráter exploratório-explicativo, as questões foram abordadas com suporte bibliográfico, destacando-se o uso de estudos de outros pesquisadores, além de algumas fontes documentais.

A fim de alcançar os objetivos deste trabalho, a monografia foi dividida em três capítulos, sendo eles a apresentação do histórico das relações exteriores da África do Sul, apontando os padrões de conduta de sua política externa diante de sua região, seguido pela investigação das dinâmicas das relações bilaterais entre a África do Sul e Angola, Moçambique e Zimbábue, na perspectiva da política externa sul-africana. E por fim a realização de uma análise da eventual projeção da África do Sul como potência na região da África Austral por meio do arcabouço teórico do Realismo Neoclássico.

Ao longo deste estudo, analisou-se a trajetória da política externa sul-africana e suas interações bilaterais com Angola, Moçambique e Zimbábue, enfatizando como as dinâmicas pós-Apartheid moldaram a posição da África do Sul como uma potencial potência regional. A pesquisa mostrou que, embora o país busque exercer uma influência hegemônica, ele enfrenta barreiras internas e externas que limitam sua capacidade de projeção sobre a África Austral. Esses obstáculos complexos remetem ao contexto histórico da África do Sul e à transição do Apartheid para uma democracia multirracial liderada por Nelson Mandela. Esse período marcou uma ruptura com o isolamento internacional e inaugurou uma política externa fundamentada no multilateralismo e na cooperação regional, definindo um novo posicionamento de Pretória no cenário africano.

Nesse sentido, baseado nessa pesquisa, podemos afirmar que a trajetória histórica da África do Sul é marcada por profundas transformações, que culminaram em um exemplo de superação das divisões sociais, políticas e econômicas impostas pelo sistema de *Apartheid*. Esse regime de segregação racial, que dominou o país por várias décadas, não só privou a maioria da população de seus direitos e dignidade, mas também isolou a África do Sul do restante do mundo. O *Apartheid* instituiu uma sociedade rigidamente dividida e deixou profundas cicatrizes em todos os aspectos da vida social, política e econômica do país. Contudo, o fim do regime e a ascensão de Nelson Mandela à presidência trouxeram uma nova esperança para o país, que passou a trilhar um caminho voltado para a reconciliação e para a construção de uma sociedade democrática e justa.

Com a liderança de Mandela, o governo pós-*Apartheid* assumiu um compromisso claro com a justiça social e com a criação de uma sociedade inclusiva. Diversas políticas foram implementadas para combater a pobreza, reduzir as desigualdades e incluir a população historicamente excluída das oportunidades econômicas e sociais. O novo governo sabia que o caminho para a paz e o desenvolvimento passava pela reconstrução da nação a partir de princípios de igualdade e respeito aos direitos humanos. Assim, por meio de programas de reconstrução e desenvolvimento, foram promovidas ações para melhorar o acesso à educação, à saúde e à moradia, buscando assegurar uma base sólida para o futuro de todos os sul-africanos.

No cenário internacional, a transformação da África do Sul foi igualmente notável. O país passou de um status de paria, rejeitado pelo mundo devido ao

Apartheid, para um protagonista nas relações internacionais e no fortalecimento de laços diplomáticos, especialmente dentro do continente africano. A nova diplomacia sul-africana, sob a liderança de Mandela, buscou uma abordagem baseada na cooperação e no respeito aos direitos humanos. Isso representou uma mudança radical em relação ao passado, pois o país se aproximou de nações e organizações internacionais, como a União Africana e o Movimento dos Não-Alinhados, e reafirmou seu papel como defensor da paz, da democracia e do desenvolvimento sustentável. Mandela e seus sucessores entenderam que a África do Sul poderia desempenhar um papel fundamental na construção de uma África mais forte e unida, capaz de enfrentar seus próprios desafios de forma independente e colaborativa.

A atuação internacional da África do Sul, focada na diplomacia e na resolução pacífica dos conflitos, transformou o país em um exemplo de liderança e reconciliação. No continente africano, a nação destacou-se como uma voz ativa em favor da estabilidade e do progresso regional, promovendo iniciativas de cooperação e integração econômica. A valorização do diálogo e o compromisso com a paz tornaram-se princípios norteadores da política externa sul-africana, contribuindo para fortalecer o papel do país como um ator relevante no cenário global. Esse novo direcionamento possibilitou que a África do Sul passasse a ter uma atuação ativa em organizações multilaterais, assumindo o compromisso de promover o desenvolvimento e o bem-estar em toda a África.

Portanto, foi possível entender o histórico das relações exteriores da África do Sul. O qual foi possível analisar que a história da África do Sul pós-*Apartheid* foi marcada por grandes transformações, as quais deixaram um legado para as relações internacionais sul-africana. A superação do regime segregacionista e a construção de uma nova sociedade, representaram uma ruptura definitiva com o passado de exclusão e opressão. No âmbito internacional, o país passou de um estado de isolamento para destaque regional em temas como democracia e direitos humanos. Hoje, a África do Sul representa, inegavelmente, uma nação que busca representar a promoção de um futuro compartilhado, onde o respeito à dignidade humana e o compromisso com o desenvolvimento se tornaram os pilares de sua identidade e atuação no mundo.

Exploramos o quão complexas são as relações bilaterais da África do Sul com Angola, Moçambique e Zimbábue, analisando como esses laços refletem as

dinâmicas políticas, econômicas e históricas da África Austral. A partir de uma perspectiva detalhada, compreendemos que as interações entre esses países, embora marcadas por períodos alternados de cooperação e conflito, são essenciais não apenas para a política externa sul-africana, mas também para a estabilidade e o desenvolvimento da região.

A relação entre a África do Sul e Angola, por exemplo, destaca-se pela evolução de um relacionamento que, durante a Guerra Fria, foi caracterizado pelo antagonismo e por interesses geopolíticos divergentes, mas que, na era pós-Apartheid, se transformou em uma parceria estratégica. Ambos os países emergem como líderes regionais, com Angola assumindo um papel fundamental na geopolítica africana e a África do Sul promovendo esforços de cooperação econômica e integração regional. Essa aliança é um reflexo do compromisso de ambas as nações com a construção de uma África Austral mais estável e unida, onde a colaboração se torna a base para superar desafios comuns.

Em relação a Moçambique, a proximidade geográfica e os laços históricos consolidaram uma parceria de longa data, especialmente no campo econômico, com a África do Sul atuando como principal parceiro comercial e investidor em infraestrutura no país. A colaboração no fornecimento de energia e na construção de corredores de desenvolvimento demonstra a interdependência entre essas nações e a importância de Moçambique para a economia sul-africana. Esse laço não apenas fortalece as cadeias produtivas e energéticas da região, mas também exemplifica o papel de liderança da África do Sul no apoio ao crescimento dos países vizinhos, contribuindo para uma integração regional mais sólida e interconectada.

Já a relação com o Zimbábue é especialmente desafiadora, pois envolve não apenas questões econômicas, mas também aspectos políticos e sociais sensíveis. A crise política e econômica do Zimbábue, acompanhada por um fluxo migratório intenso e por episódios de xenofobia na África do Sul, testa os limites da diplomacia sul-africana e a capacidade do país de liderar iniciativas de estabilização na região. A posição de não intervenção direta adotada pela África do Sul reflete uma tentativa de manter a diplomacia como ferramenta principal, embora as consequências da instabilidade no Zimbábue representem um obstáculo contínuo à afirmação da liderança sul-africana. Ainda assim, a parceria econômica entre os dois países permanece significativa, reforçando a necessidade de uma política externa que

busque o equilíbrio entre a cooperação e o pragmatismo na gestão das relações bilaterais.

Logo, este trabalho demonstrou que as relações bilaterais da África do Sul com Angola, Moçambique e Zimbábue não apenas revelam os avanços da diplomacia sul-africana, mas também ilustram as complexidades e desafios de sua atuação regional. A África do Sul permanece comprometida com a paz, a segurança e o desenvolvimento sustentável na África Austral, mas apresenta dificuldades em projetar-se como liderança natural da região, especialmente pelas dificuldades inerentes ao contexto histórico e político dessas relações. Da perspectiva e objetivos sul-africanos pode-se notar a contínua busca por fortalecer esses laços bilaterais, promovendo o diálogo e a cooperação, representa uma esperança para a construção de uma África Austral mais integrada, sendo esses processos guiados pela África do Sul.

Este trabalho explorou a hipótese de que a África do Sul, embora seja frequentemente considerada uma potência regional na África Austral, enfrenta dificuldades substanciais para consolidar-se como líder através de sua política externa em relação a Angola, Moçambique e Zimbábue entre os anos de 1999 e 2024. A partir de uma análise detalhada, compreendemos que, apesar de sua capacidade econômica relativamente superior e sua posição geopolítica estratégica, o país encontra entraves internos e externos que limitam seu papel como líder regional absoluto. Entre esses desafios, destacam-se questões de desigualdade, desemprego e as complexas heranças do Apartheid, que ainda permeiam sua sociedade e estrutura política, influenciando a forma como o país se posiciona no cenário regional.

A análise fundamentada no Realismo Neoclássico trouxe à tona a ideia de que a política externa sul-africana é moldada tanto pelos incentivos do sistema internacional quanto pelas dinâmicas internas do país. Desde a transição democrática pós-Apartheid, a África do Sul buscou se reposicionar como uma nação promotora da paz, da cooperação e do desenvolvimento regional, pautando-se pelo ideal de "Renascimento Africano" e pelo engajamento em instituições multilaterais, como a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) e a União Africana (UA). Esses esforços, sob a liderança de figuras como Nelson Mandela e Thabo Mbeki, procuraram fazer da África do Sul um exemplo de reconciliação e cooperação na região. Contudo, à medida que o país buscava liderar iniciativas de

integração, desenvolvimento econômico e estabilidade regional, surgiam obstáculos decorrentes de sua própria estrutura interna e das complexas relações com seus vizinhos.

A relação com Angola, por exemplo, é marcada por uma história de rivalidade e cooperação seletiva. Durante a Guerra Fria, os dois países se confrontaram em razão de alinhamentos ideológicos opostos e influências externas, mas, na era democrática sul-africana, evoluíram para uma parceria cautelosa e estratégica. Angola emerge como um ator cada vez mais relevante no continente, e essa ascensão muitas vezes gera tensões competitivas com a África do Sul, ainda que ambos cooperem em questões específicas. Esse relacionamento reflete uma ambiguidade, onde a cooperação e a competição caminham juntas, dificultando o estabelecimento de uma liderança clara por parte da África do Sul.

Em Moçambique, a interação foi mais sólida, com uma colaboração expressiva em setores econômicos, como energia e infraestrutura, refletindo uma interdependência econômica significativa. A África do Sul tem investido no desenvolvimento de Moçambique, e a proximidade geográfica e histórica fortaleceu os laços entre os países. Entretanto, o impacto da influência econômica sul-africana sobre Moçambique também gerou tensões, com críticas de que o país vizinho estaria excessivamente dependente das decisões de Pretória. Essa complexa relação evidencia que, mesmo onde há cooperação, a África do Sul enfrenta resistências e desafios que limitam sua atuação como uma potência que dita os rumos da África Austral.

A relação com o Zimbábue, por outro lado, revela os limites mais evidentes da política externa sul-africana. A crise econômica e política no Zimbábue ao longo das últimas décadas gerou grande impacto na África do Sul, especialmente com o aumento do fluxo migratório e as consequências sociais desse movimento, como a xenofobia. A África do Sul adotou uma postura de "diplomacia silenciosa" durante o período de Robert Mugabe, evitando intervenções diretas e priorizando o diálogo, mas essa postura foi amplamente criticada pela comunidade internacional e até mesmo por outros países africanos, que esperavam uma ação mais decisiva. Esse contexto enfraqueceu a imagem da África do Sul como líder regional, evidenciando suas limitações ao enfrentar questões de estabilidade e segurança na região.

Assim, este trabalho conclui que, corroborando com a hipótese inicial, embora a África do Sul aspire a uma liderança efetiva e busque construir uma imagem de

potência regional engajada e promotora de cooperação, as limitações internas e a resistência e interpretação dos Estados vizinhos dificultam a consolidação desse papel. As dificuldades econômicas e sociais do país afetam sua capacidade de liderar de maneira consistente e plena, enquanto as dinâmicas regionais refletem uma resistência à sua influência, principalmente entre nações que veem sua atuação com desconfiança. A posição privilegiada que o país ocupa em termos de infraestrutura e economia não foi suficiente para estabelecer uma liderança indiscutível, pois as iniciativas de integração, embora presentes, não conseguiram superar completamente os entraves domésticos e externos.

Em virtude disso, portanto, a África do Sul demonstra uma influência significativa na África Austral, mas claramente com limitações. Embora seus esforços para fortalecer a integração regional e promover a estabilidade sejam notáveis, o país enfrenta desafios consideráveis para transformar sua posição geopolítica em uma liderança amplamente reconhecida. Em última análise, a trajetória da África do Sul revela que sua política externa, marcada por um ideal de cooperação e desenvolvimento conjunto, é complexa e reflete as dificuldades de se estabelecer como uma liderança consolidada em uma região com histórico de rivalidades e interesses divergentes.

6. REFERÊNCIAS

- ADEBAJO, Adekeye. Thabo Mbeki. **Ohio University Press**, 2017. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=KKqxDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA1945&dq=ADEBAJO.+Adekeye.+Thabo+Mbeki.+&ots=GjE5Z-aUoy&sig=IzU08nU5V_9RiyfdGynwLaYcPUs>. Acesso em: 25 de ago de 2024.
- ADLER, Emanuel; GREVE, Patricia. When security community meets balance of power: overlapping regional mechanisms of security governance. **Review of International Studies**, Cambridge, v. 35, n. S1, p. 59–84 , 2009. Disponível em: <<https://doi.org/10.1017/S0260210509008432>>. Acesso em: 17 abr. 2024.
- ADBG. **African Development Bank Group (ADBG)**. African Economic Outlook 2024. Driving Africa's Transformation. The Reform of the Global Financial Architecture. 2024. Disponível em: <https://www.afdb.org/sites/default/files/2024/06/06/aeo_2024_-_country_notes.pdf>. Acesso em 15 out. 2024.
- ALDEN, Chris; LE PERE, Garth. South Africa in Africa: bound to lead?. **Politikon**, v. 36, n. 1, p. 145-169, 2009. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/02589340903155443>>. Acesso em 15 set. 2024.
- ALDEN, Chris; SCHOEMAN, Maxi. South Africa's symbolic hegemony in Africa. **International Politics**, v. 52, p. 239-254, 2015. Disponível em: <<https://link.springer.com/article/10.1057/ip.2014.47>>. Acesso em: 05 abr. 2024.
- AHWIRENG-OBENG, Fred; MCGOWAN, Patrick J. Partner or hegemon? South Africa in Africa: part one. **Journal of Contemporary African Studies**, v. 16, n. 1, p. 5-38, 1998. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/02589009808729619>>. Acesso em: 01 abr. 2024.
- BARAN, Sinan. New Leaders, New Dawns? South Africa and Zimbabwe under Cyril Ramaphosa and Emmerson Mnangagwa ed. by Chris Brown, David Moore and Blair Rutherford. **Africa: The Journal of the International African Institute**, v. 93, n. 5, p. 706-708, 2023. Disponível em: <<https://muse.jhu.edu/article/918346>>. Acesso em 16 set. 2024.
- BARBER, James. The new South Africa's foreign policy: principles and practice. 2005. **International Affairs**, [s.l]: v. 81, n.5, p. 1079-1096, 2005. Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/j.1468-2346.2005.00503.x>>. Acesso em: 25 jul. 2024.
- BARBOSA, Claudia de Angelo. Os desafios da diplomacia econômica da África do Sul para a África Austral no contexto Norte-Sul. **Fundação Alexandre Gusmão**, 2015.
- BIRMINGHAM, David. A history of postcolonial Lusophone Africa. **Indiana University Press**, 2002.
- BRAGA, Pablo de Rezende Saturnino. **A rede de ativismo transnacional contra o apartheid na África do Sul**. Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. Disponível em: <https://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0812654_10_pretextual.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2024.

BRANCO, Luís Castelo. **As missões da ONU na África Austral: sucessos e fracassos**. Nação e Defesa, 2003.

BRANCO, Castelo; MEXIA, Luis Bernardo Nunes. **África e a crise no Zimbabwe**. 2008. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11067/209>>. Acesso em: 20 mar. 2024.

CAMPOS, Armando de. **África do Sul, potência regional**. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 1996.

CARDOSO, F. J. A África do Sul e a metamorfose das relações regionais. Lisboa. **Revista**, p. 1-14, 1993.

CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno. Economic Linkages between South Africa and Mozambique. **Paper de investigação e discussão preparado para o DfID (Dept. para o Desenvolvimento Internacional do Governo Britânico): Pretoria**. 2002. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Carlos-Castel-Branco/publication/284720099_Economic_linkages_between_Mozambique_and_South_Africa/links/56571b0908aea4fc2aac0bc08/Economic-linkages-between-Mozambique-and-South-Africa.pdf>. Acesso em: 10 set. 2024.

COETZEE, Cari. **A política externa de diplomacia silenciosa da África do Sul em relação ao Zimbabué: o construtivismo como quadro para realçar as normas contraditórias dos direitos humanos e da solidariedade africana**. 2004. Tese de Doutorado. Stellenbosch: Universidade de Stellenbosch. Disponível em: <<https://scholar.sun.ac.za/handle/10019.1/50099>>. Acesso em: 10 mai. 2024.

DAVIES, R. (1993). South Africa and Mozambique: Past and Future. In: Thede, N., Beaudet, P. (eds) A Post-Apartheid Southern Africa?. **International Political Economy Series**. Palgrave Macmillan, London. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/978-1-349-23020-4_4>. Acesso em: 06 abr. 2024.

DAVIES, Robert. Promoting regional integration in Southern Africa: an analysis of prospects and problems from a Southern African perspective. **African Security Review**, [S.l.], ano 5, n. 5, 1996.

DAWOOD, Layla. **Neoclassical Realism**. 2016. Disponível em: <<https://www.oxfordbibliographies.com/display/document/obo-9780199756223/obo-9780199756223-0187.xml>> Acesso em: 05 out. 2024.

DIRCO, Department of International Relations & Cooperation. Bilateral Relations. Disponível em: <<https://dirco.gov.za/bilateral-relations/>>. Acesso em 15 set. 2024.

Department of International Relations and Cooperation (DIRCO). (ANNUAL REPORT 2022/23). Disponível em: <https://www.gov.za/sites/default/files/gcis_document/202310/international-relations-and-cooperation-annual-report.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2024.

DEPARTMENT OF INTERNATIONAL RELATIONS AND COOPERATION (DIRCO). **South African Foreign Policy**: Discussion Document, Pretoria: 1996. Disponível em: <<http://www.info.gov.za/greenpapers/1996/foraf1.htm>>. Acesso em: 28 de maio 2024.

DÖPCKE, Wolfgang. Uma nova política exterior depois do apartheid? Reflexões sobre as relações regionais da África do Sul, 1974-1998. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 41, p. 133-161, 1998. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbpi/a/7wQxskTrr9nFdsSnnLmC4pt/>> Acesso em: 11 mai. 2024.

EVANS, Graham. A política externa da África do Sul após Mandela Mbeki e seu conceito de renascimento africano. **A Távola Redonda**, v. 88, n. 352, p. 621-628, 1999. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/750459621>>. Acesso em: 27 de ago de 2024.

FARLEY, Jonathan. **Southern Africa**. Routledge, 2008.

FLEMES, Daniel. Potência regional África do Sul: Hegemonia cooperativa limitada pelo legado histórico. **Revista de Estudos Africanos Contemporâneos**, v. 2, pág. 135-157, 2009. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/02589000902867238>>. Acesso em: 05 abr. 2024.

GALLAS, Daniel Russman. A política externa da África do Sul de 1994 aos dias de hoje condicionantes internos e limites externos. 2007. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/11396>>. Acesso em: 05 abr. 2024.

GELDENHUYS, Deon. **A diplomacia do isolamento: a formulação da política externa sul-africana**. Springer, 1984.

GEORGE, Edward. The Cuban intervention in Angola, 1965–1991 From Che Guevara to Cuito Cuanavale. **Frank Cass**. London. New York. (2005). Disponível em: <<https://doi.org/10.4324/9780203009246>>. Acesso 20 ago. 2024.

GILPIN, Robert. **War and change in world politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

GINGA, Damião Fernandes Capitão. Angola e a complementaridade do mar: o mar enquanto fator geoestratégico de segurança, defesa e de afirmação. Tese de Doutorado. **Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias**. Lisboa. 2014. Disponível em: <<http://www.portaldeperiodicos.marinha.mil.br/index.php/revistadaegn/article/download/4226/4106>>. Acesso em: 25 de ago de 2024.

GONTIJO, Manuel Magalhães dos Santos. DE CULTURAS POLÍTICAS, A. Transmutação; DOS COLONOS, Identidade. **DA RODÉSIA AO ZIMBÁBUE**. 2016. Disponível em: <http://www.encontro2016.historiaoral.org.br/resources/anais/3/1330812076_ARQUIVO_TRABALHOCOMPLETO_XIENCONTROABHO2012_DOC.pdf>. Acesso em 13 set. 2024.

GORDIN, Jeremy. Zuma: A biography. **Jonathan Ball Publishers**, 2010. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=PMbnDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT6&dq=jacob+zuma+biography&ots=6a98yZgtDt&sig=4vib7CoW_VyltQNn-LstHeJaAsM>. Acesso em: 30 de ago. de 2024.

GQIZA, Lona. Change or consistency? A historical overview of South Africa's post-apartheid foreign policy. **The Strategic Review for Southern Africa**, v. 41, n. 2, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.35293/srsa.v41i2.308>>. Acesso em 15 set. 2024.

HABIB; Adan. South Africa's Foreign Policy: Hegemonic Aspirations, Neoliberal Orientations and Global Transformation. **South African Journal of International Affairs**. London: v.2, n. 16, p.143-159, 2009.

HAFFNER, Jacqueline A.; BIHALE, Domingos. Relações políticas entre Moçambique e África do Sul, 1975-1992: divergências político-ideológicas, agressões militares e desestabilização. **Astrolabio**, n. 32, p. 214-243, 2024. Disponível em: <<https://revistas.unc.edu.ar/index.php/astrolabio/article/view/41445>>. Acesso em 08 set. 2024.

HAMILL, James. **Africa's Lost Leader: South Africa's continental role since apartheid**. Routledge, 2019. Disponível em: <<https://www.taylorfrancis.com/books/mono/10.4324/9780429260933/africa-lost-leader-james-hamill>>. Acesso em 16 out. 2024.

HERBST, Jeffrey. **Western and African peacekeepers: Motives and opportunities**. na, 2000.

HILL, Christopher. **A mudança política da política externa**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2003. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/intersecoes/article/download/25545/18335/81512>>. Acesso em: 17 abr. 2024.

JOSÉ, Joveta. **A política externa de Angola: novos regionalismos e relações bilaterais com o Brasil**. Tese de Doutorado defendida na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2011. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/35078>>. Acesso 15 ago. 2024.

JOVITA, João Baptista de. **A política externa de Angola: uma análise das dinâmicas regionais com a África do Sul (1975-2002)**. 2022. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/T.101.2022.tde-10012023-175001>>. Acesso em: 10 ago. 2024.

KELLY, Robert E. Teoria da segurança no “novo regionalismo”. **Revista de Estudos Internacionais**, v. 2, pág. 197-229, 2007. Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/j.1468-2486.2007.00671.x>>. Acesso em: 17 abr. 2024.

Lalbahadur, A., Otto, L. (2013). Mozambique's Foreign Policy: Pragmatic Non Alignment as a Tool for Development. Occasional Paper n. 160. Pretoria: South Africa Institute of International Affairs. Disponível em: <[https://www.academia.edu/download/32758998/saia_sop_160_lalbahadur_otto_20131220_\(3\).pdf](https://www.academia.edu/download/32758998/saia_sop_160_lalbahadur_otto_20131220_(3).pdf)>. Acesso em 09 set. 2024.

LANDSBERG, Chris. Promoting Democracy: The Mandela-Mbeki Doctrine. **Journal of Democracy**, [S.l.]: v. 11, n. 3, p.107-121, 2000.

LANDSBERG, Chris. **The Diplomacy of Transformation: South African Foreign Policy and Statecraft**. Johannesburg: Palgrave Macmillan, 2010.

LANDSBERG, Carl. A política externa do Governo Jacob Zuma: associação ou dissociação?. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, v. 1, n. 1, p. 79-108, 2012. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/austral/article/download/27993/18016/0>>. Acesso em: 12 de ago de 2024.

LANDSBERG, Chris. Multilateralismo e a onu na política externa da África do sul. **Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais Brazilian Journal of Strategy & International Relations**, p. 43. 2015. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/303986416.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2024.

LANGA, Nduduzo; SHAI, Kgothatso B. The Jacob Zuma Era: a política externa da África do Sul em relação ao Zimbábue (2009-2018). **Journal of African Foreign Affairs**, v. 7, n. 2, p. 61-75, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1093/ia/iiaad072>>. Acesso em 16 set. 2024.

LIMA, Letícia Cordeiro Simões de Moraes. Mudança de Maré?: A (re)visão chinesa sobre o Mar do Sul da China. 2021. 219 f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais). **Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <<http://www.bdt.d.uerj.br/handle/1/18063>>. Acesso em: 17 abr. 2024.

LIMA, Gabrielle; COLINO, Izabella. Uma África do Sul pós independência analisada sob a perspectiva pós-colonial: da emancipação ao Apartheid. *Revista Discente Ofícios de Clio*, v. 5, n. 9, p. 66-66, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.15210/clio.v5i9.19780>>. Acesso em: 11 mai. 2024.

LIPTON, Merle. Understanding South Africa's foreign policy: the perplexing case of Zimbabwe. , London: v. 16, n. 3, p. 331-346, 2009.

LUBASZEWSKI, Natasha Pereira. **O Papel da África do Sul no Desenvolvimento Regional: O caso das relações económicas bilaterais com Moçambique**. 2019. Dissertação de Mestrado. Universidade de Lisboa (Portugal). Disponível em: <<https://www.academia.edu/download/92748702/286612734.pdf>>. Acesso em 08 set. 2024.

MALOKA, Eddy T. The South African "African renaissance" debate: a critique. *PENSÉE SOCIALE CRITIQUE POUR LE XXI^e SIÈCLE*, p. 471, 2001. Disponível em: <[Pensée sociale critique pour le XXI^e siècle/Critical social thought for the XXIst century : Mélanges en l'honneur de Samir Amin/Essais in honour of Samir Amin - Dieng. Amady Aly. - Founou-Tchuigoua, Bernard - Sy. Sams Dine - L'Harmattan - Torrossa](https://www.cairn.info/revue-pensee-sociale-critique-pour-le-xxi-siecle/2001-1-471.htm)>. Acesso em: 22 de ago de 2024.

MANDELA, Nelson. South Africa's Future Foreign Policy. *Foreign Affairs*, Tampa, V. 72, N. 5, 1993.

MANDELA, Nelson. **Speech by President Nelson Mandela at a Banquet in Honour of Julius Nyerere**, Johannesburg: 17 Oct. 1997. Disponível em:<<http://www.info.gov.za/speeches/1997/05220x64597.htm>>. Acesso em: 01 de julho de 2024.

MAPHAKA, Dominic; TIRIVANGASI, Happy Mathew. An Afrocentric Analysis of South Africa's Paradiplomacy: A Case of Limpopo Province, 2009-2018. **Journal of**

African Foreign Affairs, v. 9, n. 1, p. 53, 2022. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/27159678>>. Acesso em: 05 set. 2024.

MARTINS, Ismael. **O percurso político e a experiência da diplomacia angolana**, pela Rádio Luanda Antena Comercial (LAC). 2019. Revisitado em 02 de março de 2022. Rádio LAC/ORION/-programa Café da Manhã. Disponível em: <https://youtu.be/dAdpLB3fork?si=Q9_kIAv0hLwgyRkg>. Acesso em: 12 de ago de 2024.

MASHAMAITE, P.; ACHU, C. **Navegando no dilema diplomático da África do Sul: elaborando uma política externa coerente para o envolvimento com governos de transição**. 2024. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/20.500.11910/22889>>. Acesso em: 17 abr. 2024.

MASSANGAIE, Arnaldo Timóteo. A política externa de Moçambique e sua inserção no processo de integração regional na África Austral. 2017. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/168604>>. Acesso em: 19 abr. 2024.

MCGOWAN, Patrick J.; AHWIRENG-OBENG, Fred. Partner or hegemon? South Africa in Africa: part two. **Journal of Contemporary African Studies**, v. 16, n. 2, p. 165-195, 1998. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/02589009808729627>>. Acesso em: 25 mar. 2024.

MENDONÇA, Hélio Magalhães. Política externa da África do Sul (1945-1999). In: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (Org.). **África do Sul: visões brasileiras**. Brasília/São Paulo: IPRI/Alexandre de Gusmão, 2000. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=i&url=https%3A%2F%2Ffunag.gov.br%2Fbiblioteca-nova%2Fproduto%2Floc_pdf%2F630%2F1%2Fbrazilian_views_on_south_african_foreign_policy&psig=AOvVaw0aJyxdj4vRJB13DE655Yr-&ust=1712521862424000&source=images&cd=vfe&opi=89978449&ved=0CAcQrpoMahcKEwilr9ebt66FAxUAAAAAHQAAAAAQBA>. Acesso em: 05 abr. 2024.

MEARSHEIMER, John J. **A tragédia da política das grandes potências**. New York: WW Norton, 2001.

MLAMBO, Daniel Nkosinathi; ADETIBA, Toyin Cotties. South Africa and regional integration in southern Africa post-1994: realities, challenges and prospects. **Journal of Nation-Building and Policy Studies**, v. 4, n. 1, p. 5, 2020. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Daniel-Mlambo/publication/342839083_South_Africa_and_regional_integration_in_southern_Africa_post-1994_realities_challenges_and_prospects/links/5f09c17b299bf18816129de4/South-Africa-and-regional-integration-in-southern-Africa-post-1994-realities-challenges-and-prospects.pdf>. Acesso em 10 out. 2024.

MORGENTHAU, Hans J. **A Política entre as Nações: A luta pelo poder e pela paz**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2003.

NED, Lieketseng Yvonne. African renaissance as a premise for reimagined disability studies in Africa. **Journal of Black Studies**, v. 53, n. 5, p. 485-504, 2022.

NETO, Irene Alexandra. **Agostinho Neto e a libertação de Angola, 1949-1974: arquivos da PIDE-DGS**. 2011.

NGWENYA, Nomfundo Xenia. **South Africa in Africa**. In: HOFMEISTER; Wilhelm. 2011.

NGWANE, Simphiwe. Harvey, E. 2012. **Kgalema Motlanthe: The Situation? A Political Biography**. [Book review]. 2013. Disponível em: <[https://repository.nwu.ac.za/bitstream/handle/10394/10519/Y&T_2013\(9\)_Ngwane_S.pdf?sequence=1](https://repository.nwu.ac.za/bitstream/handle/10394/10519/Y&T_2013(9)_Ngwane_S.pdf?sequence=1)>. Acesso em 16 set. 2024.

NYANG'ORO, Julius E; SHAW, Timothy M. O Renascimento Africano no Novo Milênio? Da anarquia aos mercados emergentes?. **Jornal Africano de Ciência Política/Revisão de Ciência Política Africana**, p. 14-28. 2000. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/23489902>>. Acesso em: 10 abr. 2024.

OGUNNUBI, Olusola. **South Africa's soft power and the diplomacy of nuclear geopolitics**. *GeoJournal*, v. 87, n. 1, p. 247-260, 2022. Disponível em: <<https://link.springer.com/article/10.1007/s10708-020-10252-x>>. Acesso em: 15 nov. 2023.

OTAVIO, Anselmo. A ADMINISTRAÇÃO RAMAPHOSA E O RETORNO AO PROTAGONISMO DA ÁFRICA DO SUL: TENDÊNCIAS E DESAFIOS À POLÍTICA EXTERNA. **Revista Brasileira de Estudos Africanos**, v. 6, n. 11, 2021a. Disponível em: <<https://doi.org/10.22456/2448-3923.105503>>. Acesso em: 25 mar. 2024.

OTAVIO, Anselmo. Inserção Regional em tempos de intolerância: imigração, xenofobia e os desafios à África do Sul pós-apartheid. **Carta Internacional**, v.16, n.1, p. e1086-e1086, 2021b. Disponível em: <<https://doi.org/10.21530/ci.v16n1.2021.1086>>. Acesso em: 10 abr. 2024.

OTAVIO, Anselmo. Por uma nova inserção regional: o legado de Mandela na política externa da África do Sul/For a new regional integration: the legacy of Mandela in South Africa's Foreign Policy. **Brazilian Journal of International Relations**, v. 4, n. 3, p. 645-669, 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.36311/2237-7743.2015.v4n3.10.p645>>. Acesso em: 25 mar. 2024.

PALLOTTI, Arrigo; ZAMBERNARDI, Lorenzo. Twenty Years after: Post-Apartheid South Africa, the brics and Southern Africa. In: **South Africa after Apartheid**. Brill, 2016. p. 220-239. Disponível em: <<https://brill.com/downloadpdf/book/edcoll/9789004326736/B9789004326736-s013.pdf>>. Acesso em: 13 de out de 2024.

PENHA, Eli Alves. O dilema da geopolítica em Angola: entre o "Hearthland" africano e o Atlântico Sul. **Tensões Mundiais**, Fortaleza, v. 12, n. 22, p. 17-32, 2016. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/235716371.pdf>>. Acesso em: 03 de set de 2024.

PEREIRA, Analúcia Danilevicz. África do Sul e Brasil: dois caminhos para a transição ao pós-Guerra Fria 1984-1994. 2007. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/10924>>. Acesso em: 17 mai. 2024.

PEREIRA, José Carlos Fernandes de Azevedo. **Relações económicas entre África do Sul e Moçambique: cooperação ou dominação?** 2006. Disponível em: <<https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/1096>>. Acesso em 30 ago. 2024.

PREÇO, Robert M.; KELLER, E.; ROTHCHILD, D. África do Sul e Afro-Marxismo: As Relações de Pretória com Moçambique e Angola numa Perspectiva Regional. **Regimes Afro-Marxistas: Ideologia e Política**, ed. E. Keller e D. Rothchild (Boulder, CO: Lynne Rienner, a ser publicado), 1987. Disponível em: <<https://doi.org/10.1515/9781685859404-013>>. Acesso em: 05 abr. 2024.

PRINSLOO, Barend Louwrens. The security dilemma evident in South Africa's foreign policy towards Africa. *Africa Review*, v. 8, n. 2, p. 81-95, 2016. Disponível em: <https://brill.com/view/journals/bafr/8/2/article-p81_1.xml>. Acesso em: 15 out. 2024.

PRINSLOO, Barend Louwrens. South Africa's efforts to Project Influence and Power in Africa (2000 to 2017). *The Strategic Review for Southern Africa*, v. 41, n. 1, 2019. Disponível em: <https://www.upjournals.up.ac.za/index.php/strategic_review/article/view/233>. Acesso em: 15 out. 2024.

PRYS, Miriam. **Redefining regional power in international relations: Indian and South African perspectives**. Routledge, 2012. Disponível em: <<https://www.taylorfrancis.com/books/mono/10.4324/9780203119495/redefining-regional-power-international-relations-miriam-prys>>. Acesso em: 15 out. 2024.

PRYS, Miriam. Regional hegemon or regional bystander: **South Africa's Zimbabwe policy 2000–2005**. *Politikon*, v. 36, n. 2, p. 193-218, 2009. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/02589340903240138>>. Acesso em: 05 abr. 2024.

Ramaphosa. 2019. **Remarks by President Cyril Ramaphosa at the G7 and Africa Partnership**. Biarritz. Disponível em: <<https://cutt.ly/ratwhGu>>. Acesso em 30 ago. 2024.

Relatório Trimestral de Balança de Pagamentos – Ano 2, n.º 1 (Agosto 2023) – Maputo: BM/DER, 2023 – Trimestral . Balança de pagamento – Moçambique. I.Banco de Moçambique CDU 336 : 31 (679) (05). Disponível em: <<https://www.bancomoc.mz/media/bvtbjaif/relat%C3%B3rio-trimestral-da-balan%C3%A7a-de-pagamentos-i-trimestre-de-2023.pdf>>. Acesso em: 06 abr. 2024.

RIPSMAN, Norrin M. Neoclassical Realism and Domestic Interest Groups. In: LOBELL, Steven E.; RIPSMAN, Norrin M.; TALIAFERRO, Jeffrey W. (Org.). **Neoclassical Realism, the State, and Foreign Policy**. New York: Cambridge University Press, 2009. p. 170–193.

RIZZI, Kamilla Raquel; SCHUTZ, Nathaly Xavier. Política externa da nova África do Sul: reinserção e afirmação regional. **AUSTRAL: Brazilian Journal of Strategy & International Relations**, v. 3, n. 5, 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.22456/2238-6912.45173>>. Acesso em: 25 mar. 2024.

ROBINS, Steven; MADZUDZO, Elias; BRENZINGER, Matthias. Uma avaliação da situação dos San na África do Sul, Angola, Zâmbia e Zimbabué . Windhoek: Centro de Assistência Jurídica, 2001. Disponível em: <<https://citeseerx.ist.psu.edu/document?repid=rep1&type=pdf&doi=9009395180b84403fb32c490b828b5ddf9446b6f>>. Acesso em: 05 abr. 2024.

ROSE, Gideon. **Neoclassical Realism and Theories of Foreign Policy**. *World Politics* 5.1. 1998. Disponível em: <<https://www.cambridge.org/core/journals/world-politics/article/neoclassical-realism-a>>

[nd-theories-of-foreign-policy/48B6DD61980E75A29672E8553D0F79E4>](#). Acesso em: 05 out. 2024.

RUBIN, Maxine; SOEST, Christian von. **South Africa's Watershed Election: The Dawn of Coalition Politics**. 2024. Disponível em: <[South Africa's Watershed Election: The Dawn of Coalition Politics \(ssoar.info\)](#)>. Acesso em: 05 set. 2024.

SANTOS, Juliana Soares. A África do Sul e a integração regional na África Austral. In: **Congresso Internacional da Associação Latino-Americana de Estudos Africanos e Asiáticos, ALADAA**. 2002. Disponível em: <<https://aladaainternacional.com/wp-content/uploads/A-Africa-do-Sul-e-a-integracao-regional-na-Africa-Austral.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2024.

SAVITE, Adilson Chissapa. **Angola no novo contexto das relações internacionais (1961-1991)**. Lobito: Escolar Editora. 2014.

SCHENONI, Luis L. The southern African unipolarity. **Journal of Contemporary African Studies**, v. 36, n. 2, p. 207-228, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/02589001.2017.1364355>>. Acesso em: 06 abr. 2024.

SCHOLVIN, Sören. **South Africa and Secondary Powers: Contestation in Sub-Saharan Africa**. 2017. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/pdf/resrep25909.pdf>>. 2014 Acesso em: 06 abr. 2024.

SCHRAEDER, Peter J. Política externa da África do Sul: de pária internacional a líder do renascimento africano. **A mesa redonda**, v. 90, n. 359, pág. 229-243, 2001.

SCHUTZ, Nathaly Silva. **Integração na África Austral: a comunidade para o desenvolvimento da África Austral (SADC) e os condicionantes históricos e políticos da integração**. 2014. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/106413>>. Acesso em: 27 mar. 2024.

SCHUTZ, Nathaly Silva. O Pan-africanismo e o Processo de Integração na África Austral: uma perspectiva histórica. **Conjuntura Internacional**, 10(3), 49-58, 2013. Disponível em: <<https://periodicos.pucminas.br/index.php/conjuntura/article/view/6489>>. Acesso em: 09 mai. 2024.

SCHUTZ, Nathaly Silva Xavier. O FIM DA ERA MUGABE NO ZIMBÁBUE: MUDANÇA OU CONTINUIDADE?. **Revista Brasileira de Estudos Africanos**, v. 3, n. 5, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.22456/2448-3923.81803>>. Acesso em 16 set. 2024.

SCHWELLER, Randall L. The Progressiveness of Neoclassical Realism. In: ELMAN, Colin; ELMAN, Miriam F (Org.). **Progress in International Relations Theory: Apraising the field**. Cambridge: BCSIA, 2003. p. 311–347. Disponível em: <https://direct.mit.edu/books/edited-volume/chapter-pdf/2296198/9780262272285_caj.pdf>. Acesso em 09 out. 2024.

SCHWELLER, Randall L. **Unanswered Threats: Political Constraints on the Balance of Power**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2006.

SCHWELLER, Randall L. Unanswered threats: A neoclassical realist theory of underbalancing. In: **The Realism Reader**. Routledge, 2014. p. 265-271. Disponível

em: <<https://api.taylorfrancis.com/content/chapters/edit/download?identifierName=doi&identifierValue=10.4324/9781315858579-41&type=chapterpdf>>. Acesso em 09 out. 2024.

SCHWELLER, Randall. Opposite but compatible nationalisms: a neoclassical realist approach to the future of US–China relations. **The Chinese Journal of International Politics**, v. 11, n. 1, p. 23-48, 2018. Disponível em: <<https://academic.oup.com/cjip/article-abstract/11/1/23/4844056>>. Acesso em 14 out. 2024.

SIDIROPOULOS, Elizabeth. South African foreign policy in the post-Mbeki period. **South African Journal of International Affairs**, v. 15, n. 2, p. 107-120, 2008. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/10220460802636158>>. Acesso em 13 set. 2024.

SIDIROPOULOS, Elizabeth. It is very much in SA's interest to 'interfere' in Zimbabwe. **South Africa Institute of International Affairs**. Business Day. 2020. Disponível em: <<https://saiia.org.za/research/it-is-very-much-in-sas-interest-to-interfere-in-zimbabwe/>> Acesso em: 06 abr. 2024.

SIKO, John Alan. **Democratic Foreign Policy Making and the Thabo Mbeki Presidency: A Critical Study**. 2014. Tese de Doutorado. University of South Africa. Disponível em: <https://www.academia.edu/download/83114675/thesis_siko_ja.pdf>. Acesso em: 02 de set de 2024.

SILVA, Igor Castellano da. **Política externa na África Austral: causas das mudanças nos padrões de cooperação-conflito (1975-2010)**. 2015. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/207434>>. Acesso em: 25 mar. 2024.

SILVA, Igor Castellano da. **Política Externa na África Austral: Guerra, Construção do Estado e Ordem Regional (África do Sul, Angola, Moçambique)**. SIKO, John Alan. **Democratic Foreign Policy Making and the Thabo Mbeki Presidency: A Critical Study**. 2014. Tese de Doutorado. University of South Africa. Disponível em: <https://www.academia.edu/download/83114675/thesis_siko_ja.pdf>. Acesso em: 02 de set de 2024. **Zimbábue e Namíbia**). CEBRAFRICA/UFRGS, 2017. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=Ue3bDgAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA104&dq=Din%C3%A2micas+da+pol%C3%ADtica+externa+sul+africana:+as+rela%C3%A7%C3%B5es+com+Angola,+Mo%C3%A7ambique+e+Zimbabu%C3%A9+&ots=dYa8gSe3tw&sig=37Elckx8ysuSd5CKrg8RoBEkvFc>>. Acesso em: 25 mar. 2024.

SILVA, Antônio Carlos Matias da. Angola: história, luta de libertação, independência, guerra civil e suas consequências. **NEARI em Revista**, v. 4, n. 5, 2018. Disponível em: <<https://revistas.faculdedamas.edu.br/index.php/neari/article/view/660>>. Acesso 19 ago. 2024.

SILVA, Igor Castellano da. Política externa regional de Angola:mudanças frente à ordem sistêmica (1975-2010). **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais** e-ISSN 2238-6912 | ISSN 2238-6262| v.4, n.7, | p.139-172. 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.22456/2238-6912.57106>>. Acesso em: 12 de ago de 2024.

SILVINO, Joaquina. O corredor de Maputo: pedra angular da integração sócio-económica do sul de Moçambique na África Austral. **Universidade Técnica de Lisboa** (Portugal), 2002. Disponível em: <<https://search.proquest.com/openview/67533964b16dda370db15ddf005e06ab/1?pq-origsite=gscholar&cbl=2026366&diss=y>>. Acesso em 11 set. 2024.

SINGER, Paul Israel. A política econômica externa da África do Sul. In: GUIMARÃES, Samuel (Org.). **África do Sul: visões brasileiras**. Brasília: IPRI/FUNAG, 2000.

SHUBIN, Vladimir. **África do Sul e fim da Guerra Fria. História da Guerra Fria**, p. 1-4, 2024. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/14682745.2024.2317467>>. Acesso em: 25 mar. 2024.

SMITH, David; SIMPSON, Colin; DAVIES, Ian. **Mugabe**. (No Title), 1981.

SÖDERBAUM, Fredrik. O novo regionalismo na África Austral. **Politeia: Revista de Ciência Política e Administração Pública**, v. 3, pág. 75-94, 1998.

SWART, Gerrie; DU PLESSIS, Anton. Do Apartheid à Desestabilização a uma **Comunidade de Segurança da África Austral. Rumo a uma Política Comum de Defesa e Segurança na Comunidade de Desenvolvimento da África Austral**, n. 17, pág. 14, 2004.

TAYLOR, Ian. Globalization and regionalization in Africa: reactions to attempts at neo-liberal regionalism. **Review of International Political Economy**, v. 10, n. 2, p. 310-330, 2003. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/0969229032000063270>>. Acesso em 15 set. 2024.

THOMAS, Anthony. **Rhodes: The Race for Africa**. New York: St. Martin's Press. 1997. 1a. edição.

THOMSON, A. **Land Reform in Zimbabwe**. Amazon Digital Services. 2011. Edição Amazon Kindle.

TRADING ECONOMICS. **África do Sul**. 2024 Disponível em: <<https://pt.tradingeconomics.com/south-africa/gdp-growth-annual>>. Acesso em 15 out. 2024.

VALE, Peter. **Security and Politics in South Africa: The Regional Dimension**. London: Lynne Rienner, 2003.

VICKERS, Brendan. Towards a new aid paradigm: South Africa as African development partner. **Cambridge Review of International Affairs**, v. 25, n. 4, p. 535-556, 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/09557571.2012.744638>>. Acesso em: 25 mar. 2024.

VIEGAS FILHO, José. A Segurança do Atlântico Sul e as Relações com a África. **Fundação Alexandre de Gusmão**, 2016.

VIEIRA, Marco Antonio. Southern Africa's response (s) to international HIV/AIDS norms: the politics of assimilation. **Review of International Studies**, v. 37, n. 1, p. 3-28, 2011. Disponível em: <<https://www.cambridge.org/core/journals/review-of-international-studies/article/south>>

[ern-african-responses-to-international-standards-norms-the-politics-of-assimilation/472A04AA2B31B614258C74B3BF1C25E9](https://biblioteca.unisced.edu.mz/handle/123456789/1821)>. Acesso em: 15 out. 2024

VISENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. **Independência, marginalização e reafirmação da África (1957-2007)**. 2008. Disponível em: <<https://biblioteca.unisced.edu.mz/handle/123456789/1821>>. Acesso em: 10 mai. 2024.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **A África na Política Internacional: O sistema interafricano e sua inserção mundial**. Curitiba: Juruá, 2010.

VISENTINI, Visentini; PEREIRA, Analucia. **África do Sul: história, estado e sociedade**. 2010. Disponível em: <https://funag.gov.br/biblioteca-nova/pdf/mostraPdf/1/858/afrika_do_sul:_historia_estado_e_sociedade>. Acesso em: 27 mar. 2024.

WALTZ, Kenneth. **Teoria da política internacional**. Reading: Addison-Wesley Publishing, 1979.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalismo histórico e civilização capitalista**. Trad. R. Aguiar e C. Benjamin. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2001, 144 p.

WESTAD, Odd Arne. **The Global Cold War: Third world interventions and making our times**. 15th printing. **Cambridge University Press**. 2019.

ZAKARIA, Fareed. **Da riqueza ao poder: as origens da liderança global dos Estados Unidos**. Barcelona: Editorial Gedisa, 2000.

ZAKARIA, Fareed. **The future of American power: how America can survive the rise of the rest**. **Foreign affairs**, p. 18-43, 2008.